UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE EDUCAÇÃO

JÚLIA AUDI FEIGENBLATT

**Entre São Paulo e Bolívia: a vida na cidade narrada pelas crianças
bolivianas na Praça Kantuta**

São Paulo
2020

JÚLIA AUDI FEIGENBLATT

**Entre São Paulo e Bolívia: a vida na cidade narrada pelas crianças
bolivianas na Praça Kantuta**

Dissertação apresentada à Faculdade de Educação
da Universidade de São Paulo para a obtenção do
título de Mestre em Educação

Área de Concentração: Educação e Ciências
Sociais: Desigualdades e Diferenças

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Marcia Aparecida Gobbi

VERSÃO CORRIGIDA

A versão original encontra-se disponível na Biblioteca da Faculdade de
Educação da Universidade de São Paulo.

São Paulo

2020

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Catálogo da Publicação

Ficha elaborada pelo Sistema de Geração Automática a partir de dados fornecidos pelo(a) autor(a)
Bibliotecária da FE/USP: Nicolly Soares Leite - CRB-8/8204

F297e Feigenblatt, Julia Audi
Entre São Paulo e Bolívia / Julia Audi
Feigenblatt; orientadora Marcia Aparecida Gobbi. --
São Paulo, 2020.
193 p.

Dissertação (Mestrado - Programa de Pós-Graduação
Educação e Ciências Sociais: Desigualdades e
Diferenças) -- Faculdade de Educação, Universidade de
São Paulo, 2020.

1. Criança. 2. Imigração. 3. Bolívia. 4. São Paulo.
5. Praça Kantuta. I. Gobbi, Marcia Aparecida,
orient. II. Título.

FOLHA DE APROVAÇÃO

Júlia Audi Feigenblatt

Entre São Paulo e Bolívia: A vida na cidade narrada pelas crianças bolivianas na Praça Kantuta

Dissertação apresentada à Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo para a obtenção do título de Mestre em Educação

Área de Concentração: Educação e Ciências Sociais: Desigualdades e Diferenças

Aprovado em:

Prof. Dr^a. Marcia Aparecida Gobbi (Orientadora)

Faculdade de Educação da USP

Assinatura: _____

Prof. Dr. _____

Instituição: _____ Assinatura: _____

Prof. Dr. _____

Instituição: _____ Assinatura: _____

AGRADECIMENTOS

Agradeço a todas as crianças que se aproximaram da proposta de desenho na Praça Kantuta ao longo dos meses que lá estive e que me doaram seus desenhos. Especialmente Ângelo, Arthur, Gabriel, Melany, Sabrina e Samuel que, além disso, compartilharam comigo seu tempo e suas histórias. E a seus pais: Brigide, Glória, Jaime, Rocío e Vivian, pela confiança. Aos trabalhadores da feira Kantuta que me receberam tão bem, em especial a Ernesto, Inty, Luiz e Ronald por todas as conversas.

À Márcia, pela paciência e orientação cuidadosa, tão importante ao longo deste processo; pelo comprometimento e entusiasmo em relação às crianças que são tão inspiradores.

À Flávia Schilling e à Maria Cristina Soares de Gouvêa pela conversa na banca de qualificação que tanto contribuiu para o encaminhamento da pesquisa.

Ao Tiago e ao Renato, por terem insistido para que eu tentasse o ingresso no mestrado, quando eu achei que isso não era possível.

Ao Diego e à minha mãe pelas leituras, conversas e o apoio constante que foram essenciais para o desenvolvimento deste trabalho. Sem vocês nada disso seria possível.

À Celi e a Miriam pelas leituras e revisões, e pelas falas doces que encorajam a pesquisa.

À Marina e ao Gui por compartilharem as angústias, pela companhia nos estudos e pelas trocas, que fizeram esse processo muito mais gostoso.

À Irina, Julia, Marina e Thales, pela convivência harmoniosa e pelo lar acolhedor. À Julia, especialmente, pelos cafés e companhia que salvam a vida.

Às amigas: Amanda, Mell, Luisa e Paula, que acompanharam de perto essa jornada, me encorajando e sendo companhias fundamentais nos momentos de descontração. À Bruna, pela leitura generosa e pelas conversas que acalmam. À Laura e à Aline pela companhia em algumas visitas de campo.

A todos da Escola Recreio, por fazer juntos um ambiente delicioso de se trabalhar e por me ensinar todos os dias o olhar cuidadoso com as crianças. Em especial à Anna Carolina, Bá, Camila, Carolina, Diego, Eluana, Manuella, Marina, Marina, Milena pela torcida e pelas batatas fritas.

À minha família e principalmente ao meu pai, pelo apoio incondicional e por serem parte essencial da minha formação, me ensinando sempre a questionar e a buscar saber mais.

À Ana Paula, Fátima e Meta, por cuidarem de mim e garantirem que eu chegasse ao final inteira.

Muito obrigada!

Em minha opinião, a importância da antropologia reside precisamente no seu potencial de educar e, através dessa educação, de transformar vidas – as nossas próprias e as daqueles entre os quais trabalhamos. Mas esse potencial apenas se concretizará se estivermos dispostos a aprender com eles. E não aprenderemos nada se não os levarmos a sério (INGOLD, 2019, p. 13).

RESUMO

FEIGENBLATT, Julia Audi. Entre São Paulo e Bolívia: a vida na cidade narrada pelas crianças bolivianas na Praça Kantuta, 2020. Dissertação (Mestrado em educação) — Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2020.

Esta pesquisa tem como objetivo compreender a percepção das crianças bolivianas, filhas de trabalhadores da Praça Kantuta, acerca de suas vidas na cidade de São Paulo. Parto dos pressupostos da sociologia da infância, enxergando as crianças como sujeitos da pesquisa, capazes de falar sobre suas próprias vidas, relatando visões e experiências válidas. A Praça Kantuta foi escolhida como local de pesquisa por ser muito frequentada pela população boliviana, com grande parte do público formado por famílias com crianças, além de ser palco de diversas manifestações culturais, como festas religiosas, comemorações de datas históricas, apresentações de dança e música. A partir da combinação de diferentes métodos (desenhos, fotografias e conversas com as crianças) identifiquei cinco aspectos mais mencionados nas falas das crianças e que são analisados nesta dissertação: 1) A relação com a Praça Kantuta; 2) A dupla identidade e a percepção do Brasil e da Bolívia; 3) A casa; 4) A escola; 5) O lazer/Os sonhos. Como pontos mais importantes, destaco a exclusão das crianças da cidade, tanto pelo medo quanto pela dificuldade de acesso aos equipamentos de lazer, devido à distância e ao custo, assim como pela falta de tempo de seus pais, que trabalham de segunda a segunda. O lazer, bastante valorizado pelas crianças, acontece principalmente na televisão ou no YouTube, além de locais fechados como o Shopping D ou a escola. A Praça Kantuta também se caracteriza como um espaço de lazer, sendo um dos poucos espaços públicos cujo uso é descrito pelas crianças e está vinculado ao trabalho de seus pais. O trabalho de seus pais influencia muito suas vidas e está bastante presente em seu cotidiano. O ambiente da costura divide o espaço com a casa e aos finais de semana as feiras ocupam seus dias. As questões relacionadas a identidade permeiam diversos aspectos de suas vidas, tais como a forma como vivem ou rechaçam as manifestações culturais na feira Kantuta, as relações que estabelecem com professores e colegas na escola e as imagens que fazem de São Paulo e Bolívia.

Palavras-chave: Criança. Imigração. Bolívia. São Paulo. Praça Kantuta.

ABSTRACT

FEIGENBLATT, Julia Audi. Between São Paulo and Bolivia: life in the city narrated by Bolivian children in Kantuta square, 2020. Dissertação (Mestrado em educação) — Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2020

This paper aims at comprehending the perception that Bolivian children (daughters and sons of Kantuta Square workers) have of their lives in the city of São Paulo. Starting from the premises of the Sociology of Childhood, I approach children as subjects of the research, capable of talking about their own lives, providing valid views and experiences. Kantuta Square was chosen as the place for research for being frequented by the bolivian population, with great part of its public formed by families with children, besides being a stage of diverse cultural manifestations, as religious festivities, celebration of historic events, dance and music performances. Using a mixed method approach (drawings, photos and conversations with the children) I identified five most mentioned aspects by the children which will be analysed in this dissertation: 1) Relationship with Kantuta square; 2) Double identity and the perception of Brazil and Bolivia; 3) The house; 4) The school; 5) Leisure and dreams. As most important, I highlight the children's seclusion from the city, both by fear and by difficulties of access to leisure equipment, due to long distances and unaffordable prices, as well as their parents' lack of time, considering they usually work from Monday to Monday. Leisure is much appreciated by the children and takes place mostly in front of the television or YouTube, besides indoor spaces such as Shopping D or the school. Kantuta Square is also characterized as a place for leisure, being one of the few public spaces whose use is described by the children and is connected to their parents' work. Their parents' work plays a big part in their lives and is boldly present in their everyday lives. The sewing environment shares space with the house and on weekends the markets take up their days. The questions related to identity are embedded in many aspects of their lives, such as the way they live or repel cultural manifestations at Kantuta Square, the relationships they build with teachers and colleagues at school, as well as the picture they make of São Paulo and Bolivia.

Keywords: Child. Immigration. Bolivia. São Paulo. Kantuta Square.

RESUMEN

FEIGENBLATT, Julia Audi. Entre São Paulo y Bolivia: la vida en la ciudad narrada por niños bolivianos en la plaza Kantuta, 2020. Dissertação (Mestrado em educação) — Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2020

Este trabajo tiene por objetivo comprender la percepción de los niños bolivianos, hijos de trabajadores de la Plaza Kantuta, acerca de sus vidas en la ciudad de São Paulo. Parto de los presupuestos de la sociología de la infancia, viendo a los niños como sujetos de la investigación, capaces de hablar acerca de sus vidas, relatando visiones y experiencias válidas. La Plaza Kantuta fue elegida como sitio de investigación por ser muy frecuentada por la población boliviana, con gran parte del público compuesto por familias con niños, además de ser palco de muchas manifestaciones culturales, como fiestas religiosas, celebraciones de fechas históricas, presentaciones de danza y música. A partir de la combinación de diferentes métodos (dibujos, fotos y conversaciones con los niños) identifiqué cinco aspectos más mencionados en el discurso de los niños y que son analizados en este trabajo: 1) La relación con la Plaza Kantuta; 2) La doble identidad y la percepción acerca de Brasil y de Bolivia; 3) La casa; 4) La escuela; 5) Diversión/ Los sueños. Como puntos más importantes, destaco la exclusión de los niños de la ciudad, tanto por miedo como por la dificultad de acceso a equipamientos de diversión, debido a la lejanía y al valor, así como la falta de tiempo de sus padres, que trabajan de lunes a lunes. La diversión, bastante valorizada por los niños, pasa mayormente en frente de la televisión o YouTube, además de sitios cerrados como el shopping D o la escuela. La Plaza Kantuta también se caracteriza como un espacio de diversión, siendo uno de los pocos espacios públicos cuyo uso es descrito por los niños y está vinculado al trabajo de sus padres. El trabajo de sus padres influye mucho en sus vidas y está muy presente en su cotidiano. El ambiente de la costura comparte espacio con la casa y a los fines de semana las ferias llenan sus días. Las cuestiones relacionadas a identidad permean muchos aspectos de sus vidas, tales como la manera como viven o rechazan las manifestaciones culturales de la Plaza Kantuta, las relaciones que establecen con los profesores y colegas y las imágenes que forman de São Paulo y Bolivia.

Palabras clave: Niño. Inmigración. Bolivia. São Paulo. Praça Kantuta.

Índice de Figuras

Figura 1 – Rua Pedro Vicente, 2017. Acervo pessoal	25
Figura 2 – A feira Kantuta, 2017. Acervo pessoal	27
Figura 3 – Julia e Melany no cantinho de desenho, 2019. Foto tirada pelas crianças	30
Figura 4 – Crianças desenhavam a praça, 2019. Acervo pessoal	37
Figura 5 – Rocío, mãe de Melany, 2019. Foto tirada por Melany	41
Figura 6 – Barraca de artesanato típico, 2017. Acervo pessoal	87
Figura 7 – Barraca de corte de cabelo, 2019. Acervo Pessoal	88
Figura 8 – Barraca de produtos típicos, 2017. Acervo pessoal	88
Figura 9 – Brinquedos para as crianças na praça, 2017. Acervo pessoal	89
Figura 10 – O Jogo de <i>Rayuela</i> , 2017. Acervo pessoal	92
Figura 11 – A Festa de Cochabamba, 2017. Acervo pessoal	94
Figura 12 – Uma menina assiste ao ensaio de <i>Salay</i> de Ernesto, 2017. Acervo pessoal	95
Figura 13 – A Praça Kantuta. Desenho feito pelas crianças	96
Figura 14 – Grafite no muro da Praça Kantuta, 2019. Acervo pessoal	97
Figura 15 – A barraca de Melany e Samuel, 2019. Foto tirada por Melany	99
Figura 16 – Barraca de sorvete, 2019. Foto tirada pelas crianças	100
Figura 17 – Barraca de sorvete, 2019. Foto tirada pelas crianças	101
Figura 18 – Dançarinos reunidos com pula-pula ao fundo, 2019. Foto tirada pelas crianças	102
Figura 19 – Bancos novos compõem a paisagem da praça, 2019. Foto tirada pelas crianças	103
Figura 20 – Composição de desenhos feita pelas crianças: a cidade, a Kantuta e o metrô	105
Figura 21 – Dançarinos na quadra, 2019. Foto tirada pelas crianças	106
Figura 22 – Dançarinos na quadra, 2019. Foto tirada pelas crianças	106
Figura 23 – Dançarinos e músicos na quadra, 2019. Foto tirada pelas crianças	107
Figura 24 – Dançarino caminha pela rua da praça, 2019. Foto tirada pelas crianças.	107
Figura 25 – Cartaz do grupo de dança, 2019. Foto tirada pelas crianças	108
Figura 26 – Samuel, 2019. Foto tirada pelas crianças	110
Figura 27 – Papel e giz do cantinho de desenho, 2019. Foto tirada pelas crianças	110
Figura 28 – Julia, 2019. Foto tirada pelas crianças	111
Figura 29 – A cidade de São Paulo. Desenho feito pelas crianças	123
Figura 30 – Vista da casa do tio. Foto tirada por Melany	125
Figura 31 – Foto tirada por Melany dentro do Uber	126
Figura 32 – Foto tirada por Melany pela Janela do Uber	126
Figura 33 – Foto tirada por Melany pela Janela do Uber	127
Figura 34 – Melany. Foto tirada a pedido de Melany dentro do Uber	127
Figura 35 – Desenho feito por Gabriel	129
Figura 36 – Desenho feito por Gabriel	130

Figura 37 – Desenho feito por Ângelo	131
Figura 38 – Gabriel e Arthur. Foto tirada a pedido de Gabriel	132
Figura 39 – Cama com lençol do Homem-Aranha. Foto tirada por Gabriel	132
Figura 40 – Melany na varanda de sua casa. Foto tirada a pedido de Melany	133
Figura 41 – Melany no quarto de costura. Foto tirada a pedido de Melany	134
Figura 42 – Parede do quarto de um casal de moradores. Foto tirada por Melany	134
Figura 43 – Portão da Escola. Foto tirada a pedido de Gabriel	139
Figura 44 – Gabriel no topo da escada. Foto tirada a pedido de Gabriel	139
Figura 45 – Grupo da escola. Foto tirada por Melany	142
Figura 46 – Lembrança da Chácara Encantada. Foto tirada por Melany	143
Figura 47 – Mickey. Desenho feito por Gabriel	144
Figura 48 – Mickey. Desenho Feito por Samuel	145
Figura 49 – Pikachu. Desenho Feito por Samuel	145
Figura 50 – Bendy. Desenho feito por Samuel	146
Figura 51 – Ben 10. Foto tirada por Melany	147
Figura 52 – Ben 10. Foto tirada por Melany	147
Figura 53 – Jogo Minecraft assistido no YouTube. Foto tirada por Melany	148
Figura 54 – Jogo Minecraft assistido no YouTube. Foto tirada por Melany	148
Figura 55 – Jogo Minecraft assistido no YouTube. Foto tirada por Melany	149
Figura 56 – Programa de YouTube. Foto tirada por Melany	150
Figura 57 – Enaldinho. Foto tirada por Melany	150
Figura 58 – Programa televisivo. Foto tirada por Melany	151
Figura 59 – Programa televisivo. Foto tirada por Melany	151
Figura 60 – Programa televisivo. Foto tirada por Melany	152
Figura 61 – Gibi <i>Turma da Mônica Jovem</i> . Foto tirada por Melany	153
Figura 62 – Gibi <i>Turma da Mônica Jovem</i> . Foto tirada por Melany	153
Figura 63 – Gibi. Foto tirada por Melany	154
Figura 64 – Nuvens. Foto tirada por Melany	156
Figura 65 – Nuvens. Foto tirada por Melany	157
Figura 66 – Torre Eiffel. Desenho feito por Gabriel	158
Figura 67 – Foguete. Desenho feito por Gabriel	158
Figura 68 – Navio. Desenho feito por Gabriel	159
Figura 69 – Universo. Desenho feito por Melany	160
Figura 70 – Praia. Desenho feito pelas crianças	161

Índice de Mapas

Mapa 1 – Percurso do metrô Armênia à Praça Kantuta	26
Mapa 2 – Brasil. Localização da população nascida na Bolívia segundo município de residência em 2000	58
Mapa 3 – Distribuição da população nascida na Bolívia residente na Região Metropolitana de São Paulo (RMSP) em 2000 (áreas de ponderação).	61
Mapa 4 – Bairros de residência.	62
Mapa 5 – Localização da Praça Kantuta	84

Índice de Tabelas

Tabela 1 – Imigrantes residentes no Brasil segundo país de nascimento	57
Tabela 2 – Bolivianos que residiam há menos de 10 anos ininterruptos na Unidade da Federação no Censo 2010 (Pessoas)	59

Lista de Siglas

Centro Latinoamericano y Caribeño de Demografía (CELADE)

Consejo de Población para el Desarrollo Sostenible (CODEPO)

Conselho Nacional de Imigração (CNI)

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)

Organização das Nações Unidas (ONU)

Região Metropolitana de São Paulo (RMSP)

Sumário

Introdução	13
1. “Uma pesquisa é tipo detetive?” ou “Você sabe o que é <i>cuchara</i> ?”: pontos de partida, considerações metodológicas e percurso de pesquisa.	22
2. Contextualizando o campo: os movimentos migratórios	43
2.1. Questões sobre os movimentos migratórios internacionais	43
2.2. O contexto das migrações na Bolívia	48
2.3. Chegando a um novo lugar: os imigrantes bolivianos em São Paulo ...	52
2.3.1. O contexto brasileiro.....	52
2.3.2. Caracterizando o fluxo Bolívia-Brasil	56
2.3.3. Os imigrantes bolivianos em São Paulo	60
2.4. “Eu nasci aqui, mas eu tenho sangue de boliviano” – questões de pertencimento e identidade para as crianças imigrantes.....	67
3. Contextualizando o campo: a Praça Kantuta.....	78
3.1. Os estudos da cidade e as crianças.....	78
3.2. “Um cantinho da Bolívia aqui”: a feira Kantuta.....	83
3.3. A praça pelas crianças.....	96
4. O ser criança boliviana em São Paulo	112
4.1. Entre Brasil e Bolívia.....	118
“Eu prefiro mais a Bolívia que aqui”: um lugar de liberdade.....	118
“Na minha rua ela sempre tem ladrões”: São Paulo, cidade da exclusão .	123
4.2. A casa.....	129
4.3. A escola	136
4.4. Lazer/Sonhos	144
Discussão final.....	164
Bibliografia	174
ANEXO A – Perguntas para a entrevista semiestruturada com os familiares..	182

ANEXO B – Perguntas para a entrevista semiestruturada com os organizadores da feira	183
ANEXO C – Termo de autorização de participação em pesquisa – Pais/responsáveis	184
ANEXO D – Termo de autorização de uso de imagem e depoimentos	185

Introdução

Nas últimas décadas, o crescimento do número de migrantes bolivianos em São Paulo vem chamando bastante atenção, tornando-se tema de matérias de jornal e pesquisas acadêmicas. Esses que chegam podem ser divididos em diferentes grupos compostos por gênero e faixas etárias. Nesta pesquisa identifico as crianças – meninas e meninos – como sujeitos fundamentais e ainda pouco conhecidos e afirmados como grupos a serem investigados (GONÇALVES, 2019; MAGALHÃES, 2010; SILVA, 2014). As crianças bolivianas em São Paulo foram objeto de estudo das pesquisas de Ana Paula Silva (2014) e Giovanna Modé Magalhães (2010) que pensaram sua inserção em algumas escolas da cidade. Carolina Gonçalves (2019), por sua vez, olhou para as crianças na ocupação Prestes Maia e refletiu sobre suas vidas neste contexto da luta por moradia. Aqui, o principal objetivo é compreender a percepção das crianças bolivianas, filhas de trabalhadores da Praça Kantuta, acerca de suas vidas na cidade de São Paulo. A proposta foi identificar os temas que saltavam a partir da pesquisa, nas conversas com as crianças, com suas complexidades de abordagem. A pergunta então se tornou: Com quais fios se formam a tessitura desta vivência das crianças em sua vida na cidade? Quais narrativas constroem acerca de suas experiências?

A Praça Kantuta foi escolhida como local de pesquisa por ser muito frequentada pela população boliviana, com grande parte do público formado por famílias com crianças, além de ser palco de diversas manifestações culturais como festas religiosas, comemorações de datas históricas, apresentações de dança e música. Partindo desta proposta, e inspirada pela pesquisa de Fernanda Müller (2007) identifiquei ao longo da pesquisa cinco aspectos mais mencionados nas falas das crianças e que serão analisados nesta dissertação: 1) A relação com a Praça Kantuta; 2) A dupla identidade e a percepção do Brasil e da Bolívia; 3) A casa; 4) A escola; 5) O lazer/Os sonhos.

Dentro dos estudos da infância, a imagem da criança excluída da cidade e das pesquisas tem sido reiterada ao longo dos últimos anos. Desta imagem deriva também um apelo para que crianças sejam incluídas nas pesquisas, além de levadas em consideração nos planejamentos urbanos. A ideia de que cidades pensadas para crianças são cidades melhores para todos é uma das máximas que têm circulado no meio

acadêmico, mas já tem sido incorporada também por alguns discursos do senso comum¹.

“Uma amiga me conta, na volta de uma viagem a Paris com a família. ‘Só quando estava lá é que percebi que minha filha estava, literalmente, andando na rua pela primeira vez’”. Assim, ilustrando essa ideia, começa um artigo da jornalista Eliane Brum para o jornal *El País* escrito em junho de 2015, em que ela trata das diferenças de classe social através da análise do confinamento das crianças de classe média e alta em condomínios.

Ao mesmo tempo que valorizo e reconheço a importância destas reflexões, parto de outro ponto de vista sobre a relação das crianças com a cidade, entendendo, como Prout, que “Para milhões de crianças os contornos de suas vidas cotidianas e experiências são (em parte) moldados pelos ambientes da cidade”, (PROUT apud MÜLLER; NUNES, 2014, p. 660) e, deste modo, independentemente da forma como suas experiências se dão, seria importante entender como vivem suas vidas nesses lugares, conhecendo como percebem e utilizam o espaço, com quem e como se relacionam.

Estas questões sobre o lugar das crianças na pesquisa serão abordadas no primeiro Capítulo, **“Uma pesquisa é tipo detetive?” ou “Você sabe o que é *cuchara*?”: pontos de partida, considerações metodológicas e percurso de pesquisa**. Nele, abordarei as questões metodológicas que nortearam este trabalho. Um dos objetivos era fazer uma reflexão sobre o trajeto trilhado e as escolhas que foram feitas ao longo do percurso. Deste modo, neste capítulo, também faço uma reflexão sobre as questões vividas ao longo da pesquisa a partir da metodologia e de alguns autores da antropologia e sociologia. Reforço aqui que não se trata de uma pesquisa antropológica, porém busco inspirações em autores e práticas oriundos da antropologia para pensar os métodos de pesquisa e as questões que surgem a partir deste encontro com as crianças, conferindo a este trabalho certo aspecto interdisciplinar.

Apesar de a pesquisa pretender enfatizar o protagonismo das crianças imigrantes em sua relação com as cidades, não seria possível essa abordagem sem antes tratar do contexto mundial no que se refere à globalização e principalmente aos processos migratórios. Temos vivido nos últimos anos diversas questões relacionadas à crise de

¹ Ver <https://www.theguardian.com/cities/2018/feb/28/child-friendly-city-indoors-playing-healthy-sociable-outdoors>

refugiados, provocadas por guerras, diásporas, condições de extrema pobreza, entre outros. Saskia Sassen (2014) chega a se referir a esses movimentos como *expulsões*, empregando gravidade à questão e propondo que paremos de pensar esses problemas como simples agravamento de situações já existentes e sim em termos de uma ruptura radical que gera novos significados.

The notion of expulsions takes us beyond the more familiar idea of growing inequality as a way of capturing the pathologies of today's global capitalism. Further, it brings to the fore the fact that forms of knowledge and intelligence we respect and admire are often at the origin of long transaction chains that can end in simple expulsions. (SASSEN, 2014, p. 1)²

Dentro do contexto brasileiro, além das recentes mudanças em relação à legislação de imigração promulgadas no final de 2017, em fevereiro de 2018 vimos surgir um grande debate no país a respeito da vinda de imigrantes venezuelanos ao estado de Roraima. O aumento intenso do fluxo de migrantes superlotou os sistemas de abrigo, educação e saúde da região, chegando a ser referido como “crise migratória”, o que foi criticado por diversos especialistas que apontavam a denominação como um grande exagero, uma vez que o país tem tamanho suficiente para receber um grande número de estrangeiros, sendo apenas necessário que haja uma organização para distribuí-los em outros locais do território. Além de questões sobre falta de preparo do estado para o acolhimento dessa população, a situação trouxe para o debate público as diversas contradições nas falas e ações do governo, que, apesar de propor uma abordagem humanitária à questão, como assegurado na nova lei, pautou suas ações no âmbito da segurança pública. Além disso, foi apontada a contradição na dificuldade de obtenção de refúgio³ – que é concedido apenas nos casos em que há uma comprovação de “fundado temor de perseguição” ou quando há uma “grave e generalizada violação de direitos humanos” – apesar de o Brasil fazer duras críticas ao governo venezuelano de Nicolás Maduro neste sentido, explicitando as tensões políticas existentes⁴.

² A noção de expulsões nos leva além da ideia mais familiar da desigualdade crescente como uma maneira de capturar as patologias do capitalismo global dos dias de hoje. Além disso, traz ao primeiro plano o fato de que formas de conhecimento e inteligência que respeitamos e admiramos estão frequentemente na origem de longas cadeias de transação que podem culminar em simples expulsões. (Tradução nossa).

³ Sobre refúgios concedidos à crianças ver a dissertação de Monique Lazarin (2019)

⁴Ver https://brasil.elpais.com/brasil/2018/02/16/politica/1518736071_492585.html e <https://www.nexojournal.com.br/expresso/2018/02/14/Como-o-Brasil-lida-com-a-imigra%C3%A7%C3%A3o-venezuelana>

Neste cenário é preciso que nos perguntemos sobre quais são as disputas políticas envolvidas na questão das imigrações, é necessário refletir sobre o medo que nos leva a classificar a chegada de imigrantes como uma crise e o que nos faz tratar o caso a partir das agências de segurança pública e não como uma questão humanitária. O que nos faz tratar pessoas como “outros”, uma ameaça, um problema? Perguntemo-nos ainda, somando nossa preocupação à já apresentada por Adela Cortina: haveria formas específicas de tratamento para outros, quando são imigrantes negros, bolivianos, homens ou mulheres? Nos termos de Cortina (2016), haveria maneiras de compreendê-los e, ao mesmo tempo, rechaçá-los quando são pobres? Sendo assim, a pobreza delinearía e imporía modos de lidar com o outro – importante reflexão à qual proponho outra: e quando esses imigrantes e pobres são crianças? Como nos relacionamos com elas e como elas se relacionam com o processo migratório, em seus percursos com desejos de vida em territórios tão distantes? Estas questões apresentadas aqui não são objeto dessa pesquisa, que tem por objetivo conhecer as percepções das crianças bolivianas de suas vidas em São Paulo, e deste modo não serão respondidas pelo presente trabalho. São, porém, importantes questionamentos que nos ajudam a entender o contexto no qual a vida de imigrantes está inserida.

A questão da imigração tem sido vivida por diversos países, principalmente na Europa e nos EUA, nos últimos anos. A chegada de imigrantes tem provocado reações extremistas, como o BREXIT na Inglaterra, a construção do muro na fronteira dos EUA com o México e, mais recentemente, a separação de crianças de seus pais na fronteira do EUA e a negação da Itália em receber um navio com 629 refugiados, deixando-os vagando em alto mar. Neste sentido, Achille Mbembe (2016) também nos questiona sobre a soberania e a decisão sobre os corpos dos outros e sobre a morte. Como decidimos sobre aqueles que buscamos salvar ou sobre aqueles que deixamos morrer?

Mas essa também não é uma problemática recente. O filósofo Tzvetan Todorov (1996), em seu livro *A Conquista da América*, faz uma busca nos relatos feitos pelos espanhóis sobre seus encontros com os povos indígenas da América central, refletindo justamente sobre o que nos faz “eu” ou “nós” e “outros”. Suas reflexões passam por questões como a incapacidade de reconhecer o que é diferente; a nossa tendência em ver a partir de expectativas prévias; uma visão de superioridade e a comparação dos índios a animais por conta das diferenças; a imposição da religião católica como sinônimo do bem na luta contra o mal; a busca por ouro e poder que justificaria qualquer ação;

posições psicanalíticas como pulsão de morte e pulsão de domínio; moral; relativização das ideias de bom selvagem e dos índios como demoníacos e bárbaros, entre outras.

Mumford (1998, p. 32), numa reflexão sobre a história das cidades e dos assentamentos humanos, parte de uma ideia sobre a caça nos grupos neolíticos para afirmar que:

A guerra primeva de “cada um contra todos” é uma história de fadas: o belicoso homem primitivo de Hobbes tem realidade histórica ainda menor que o bom selvagem de Rousseau. Como no caso dos pássaros, a “territorialidade” pode ter amistosamente estabelecido pretensões de fronteira que somente mais tarde, ante uma preocupação mais “civilizada” pela propriedade e pelo privilégio, conduziram a violentos conflitos.

Neste sentido, percebi que a questão territorial e de posse aparece tanto na análise de Todorov quanto na de Mumford como motivações importantes para guerras e extermínios entre os povos (no caso de Todorov, tanto no que se refere à colonização espanhola quanto à asteca). Assim, posso afirmar ainda que, no capitalismo, isso ganha nuances bastante acentuadas, chegando a provocar níveis elevados de desigualdade, preconceitos e disputas mercadológicas e territoriais.

Ainda sobre esse tema, refletindo sobre as fronteiras no Brasil, José de Sousa Martins afirma:

Na minha interpretação, nesse conflito, a fronteira é essencialmente o lugar da alteridade. É isso o que faz dela uma realidade singular. À primeira vista é o lugar do encontro dos que por diferentes razões são diferentes entre si, como os índios de um lado e os civilizados de outro; como os grandes proprietários de terra, de um lado, e os camponeses pobres, de outro. Mas, o conflito faz com que a fronteira seja essencialmente, a um só tempo, um lugar de descoberta do outro e de desencontro. Não só o desencontro e o conflito decorrentes das diferentes concepções de vida e visões de mundo de cada um desses grupos humanos. O desencontro na fronteira é o desencontro de temporalidades históricas, pois cada um desses grupos está situado diversamente no tempo da História. Por isso, a fronteira tem sido cenário de encontros extremamente similares aos de Colombo com os índios da América: as narrativas das testemunhas de hoje, cinco séculos depois, nos falam das mesmas recíprocas visões e concepções do outro. (1996, p. 27)

A fronteira é, então, lugar de alteridade, encontro e contradições. Contradições que, como descreve Todorov, fazem com que os espanhóis enxerguem os indígenas como bons selvagens, ingênuos, incapazes de fazer o mal, para depois vê-los como cães imundos a quem se deve matar e escravizar. Ou fazem com que a compreensão de Cortez sobre os astecas, advinda de seu fascínio por eles, seja justamente o que torna sua destruição possível. Contradições que fazem, até hoje, com que aquele que se diz civilizado, avançado, se permita matar e escravizar outros grupos. Contradições outras, como descreve Martins em outro texto (1993, p. 16), que continuam permitindo a

existência de grupos missionários e que permitem que essas relações de dominação sejam modernizadas em forma de dívida externa, em que a democracia é apenas uma fachada e em que a violência do capitalismo se torna cada vez mais distante da dignidade humana.

Ao mesmo tempo, é preciso que não esqueçamos uma dimensão importante deste outro-imigrante, do qual estamos falando, trazida por Carlos José Ferreira dos Santos (2008). Ao analisar diversos documentos históricos da passagem do século XIX para o século XX, relativos à composição populacional da cidade de São Paulo, o autor aponta para uma tendência do discurso da época em ressaltar o aumento da população italiana e europeia, valorizando o fato como uma característica do progresso da cidade. E constata que, apesar do crescimento da população “não branca”, estes índices raramente eram considerados e analisados (SANTOS, 2008, p. 40). Em relação à imigração, o autor chega mesmo a afirmar que:

O crescimento populacional de São Paulo relacionado à elogiada imigração, ao que tudo indica, entre outros aspectos esteve vinculado a esse contexto sociocultural de incorporação de etnias européias, consideradas superiores, sendo rejeitados os imigrantes de outras regiões [...] (SANTOS, 2008, p. 41-42).

Assim, voltamos à questão de uma ideia de superioridade de algumas populações. Quais são aquelas que recebemos e as que deixamos de receber? De que modo interagimos? Novamente Cortina apresenta reflexão relevante: além do jogo de disputas pelo mercado, pelos territórios, temos um elemento apaziguador quando esses outros são diferentes, porém, consumidores. Os imigrantes em sua quase totalidade e, em particular, os tratados aqui não usufruem dessa condição, que poderia se aplicar a turistas estrangeiros, em especial os que chegam à Europa anualmente. Menos ainda se são crianças, essas que não consomem e não produzem qualquer fonte de renda, ou seja, que exigem cuidados do país para onde rumam e que extraem tempo de trabalho daqueles adultos e adultas que as acompanham. Além disso, aproximando-nos da questão aqui proposta, mesmo quando o outro é “aceito” para entrar no país, não é raro que sofra preconceitos, como apontam algumas pesquisas realizadas ao longo dos anos com a população boliviana em São Paulo⁵.

Cogo e Riegel (2016) partem das ideias de Stuart Hall para afirmar que as identidades são relacionais, ou seja: “É na relação com o Outro que as identidades se

⁵ Ver Magalhães (2010) e Silva (2012).

inscrevem na ordem dos discursos, se (re)constroem através de representações que se produzem em narrativas sobre quem somos em relação a esse Outro” (idem, p. 29). Segundo as autoras, o conceito de representação se relaciona ao emprego da linguagem como construtora de sentido sobre o mundo, sendo através dela que os sujeitos produzem e disputam sentidos sobre o mundo.

Refletindo também sobre questões de linguagem e alteridade, Gouvea (2011, p. 548) parte da etimologia da palavra infante – aquele que não fala – para afirmar que “ao tomar posse da linguagem a criança faz-se produtora de cultura, informando suas experiências e partilhando valores sociais através das múltiplas linguagens”. Porém, esta apropriação se dá, como não poderia deixar de ser, a partir de seu lugar social definido pela condição infantil. A cultura que produz, é, portanto, diversa daquela produzida pelos adultos, marcando sua condição social como um “outro” uma vez que é percebido por sua incapacidade de compreender e utilizar a linguagem adulta. As crianças bolivianas são então, duplamente “outros”.

Nesta busca pelas questões referentes ao estudo do outro, me deparei com questões da antropologia e da sociologia que são essenciais para este entendimento, bem como para a realização da pesquisa. Além disso, seguindo a linha de análise de Santos (2008), que propõe pensar nas diferenças entre os trabalhos exercidos pelas populações imigrantes europeias e pelos brasileiros das populações mais pobres, podemos refletir sobre o tipo de atividade econômica que estes imigrantes exercem ao chegar ao Brasil.

No segundo capítulo, **Contextualizando o campo: os movimentos migratórios**, apresento essas questões referentes ao contexto migratório mundial no qual estamos inseridos, traçando, posteriormente, um percurso histórico das migrações dentro da Bolívia, assim como da Bolívia a São Paulo. Em seguida, trato das questões referentes à chegada desta população a São Paulo e sua vida aqui. Por último, falo especificamente das questões associadas à migração na infância, relacionando-as com identidade e pertencimento.

É preciso lembrar que estamos inseridos em um contexto específico: a cidade de São Paulo e, principalmente, a Praça Kantuta. Desta forma, no terceiro capítulo, **Contextualizando o campo: a Praça Kantuta**, apresento algumas ideias sobre os estudos da cidade a partir da escola de Chicago e das reflexões de alguns estudiosos brasileiros, como Magnani (1996, 2012, 2016) e Frehse (2013) para depois pensar a participação das crianças na cidade. Neste sentido, me apoio na ideia apresentada por Tonucci (2004) e já destacada por Jacobs (2014) na década de 50, de que as cidades se

tornam cada vez mais hostis a seus cidadãos, afetando principalmente as crianças e levando-as a serem excluídas da rua. Ou, como escreveu Castro (2001, p. 114): “Como se, poderíamos dizer, a ocupação da cidade pela criança e pelo jovem não fosse bem-vinda, a não ser dentro da ordenação prevista pelo adulto”. Apesar disso, Certeau (2008) e Lefebvre (2011) nos ajudam a pensar nas formas criativas pelas quais os cidadãos e, neste caso mais específico, as crianças, se apropriam destes espaços, refletem sobre eles e os modificam. Buscar a perspectiva das crianças sobre suas experiências e construções de lugar se faz necessário se quisermos compreender as relações que estabelecem na e com a cidade, bem como as transformações que promovem nela em seu habitar cotidiano. Assim, neste capítulo apresento um pouco da estrutura da Praça Kantuta, onde se localiza e como é organizada, para, por último, apresentar a visão das crianças sobre ela e as formas como se relacionam com ela, que é o objeto central desta pesquisa.

Pensando nesta busca pela perspectiva das crianças, utilizo algumas discussões sobre memória, história oral e narrativa, entendendo-as como uma forma de compreender sua visão sobre a sociedade, assim como a sociedade em que estão inseridas. Estas discussões tiveram por base a leitura de autores como Beatriz Sarlo, Lucília Delgado, Jaques LeGoff, Ulpiano Menezes, Eric Hobsbawn e Pierre Nora, entre outros.

Apesar de não seguir aqui uma perspectiva historiográfica, aproximo-me desses estudos na medida em que usei as narrativas das crianças como um documento. Mais do que isso, pretendi, neste trabalho como um todo, valorizar as perspectivas das crianças, enxergando-as como atores sociais. Neste sentido, a crítica da noção de fato histórico como algo objetivo, que possibilitou a grupos minoritários como negros, mulheres e imigrantes reclamarem suas próprias versões dos fatos através da história oral, levando-a a afirmar-se “como instrumento de construção de identidade de grupos e de transformação social” (FERREIRA, 2002, p. 322), se aproxima de outros objetivos deste trabalho. É a partir destas premissas que busco as narrativas deste lugar.

Mais ainda, busco compreender também seus sonhos e desejos para o futuro. José de Souza Martins propõe uma análise sociológica dos sonhos, afirmando que eles são “documentos sobre o estado do relacionamento social entre nós e nós mesmos; entre nós e a alteridade que mediatiza a nossa transformação em ser social” (1996, p. 15-16). Neste estudo, o autor faz uma análise dos sonhos noturnos, entendendo-os como uma forma de ver a vida e interpretá-la, estabelecendo, como ele propõe, uma “ponte entre o mundo dos sonhos e o mundo da vida cotidiana” (idem, p. 17).

Aqui, porém, assim como Gonçalves (2019), busco seus sonhos diurnos, partindo da concepção proposta por Bloch (2005) de que os sonhos diurnos expressam o desejo e esperança por uma vida melhor. Neste sentido, os sonhos diurnos além de serem testemunhos da sociedade na qual são gerados, como descrito por Sochaczewski (2012), são ainda propulsores de ações e de mudanças.

Desta forma, no último capítulo, **O ser criança boliviana em São Paulo**, trago as reflexões propostas acima de forma mais aprofundada e, a partir dos desenhos, fotos e conversas com as crianças, busco suas percepções sobre o Brasil e a Bolívia, sua relação com a casa, com a escola e com o lazer.

Por último, gostaria de acrescentar que este trabalho é composto por diversas fotografias e desenhos feitos pelas crianças. Estes são base fundamental para as discussões propostas e caminhos percorridos. Não me proponho aqui a analisar cada um deles em sua composição, mas sim usá-los como disparadores para conversas sobre seu cotidiano e percepções. Entretanto, reconheço a importância de tais registros e, se estamos falando de escuta, participação e visibilidade, convido a todos a dedicar algum tempo à observação de cada um desses registros. Há sempre mais a ser visto.

Bem-vindos à Kantuta!

1. “Uma pesquisa é tipo detetive?” ou “Você sabe o que é *cuchara*?”: pontos de partida, considerações metodológicas e percurso de pesquisa.

Nas últimas décadas, o crescimento do número de migrantes bolivianos em São Paulo vem se intensificando (BAENINGER, 2005; SILVA, 1999; XAVIER, 2010). Entretanto, não são apenas adultos que embarcam nesta viagem e passam a reconstruir suas vidas em um novo lugar. Foi pensando nas crianças que passam por esse processo que iniciei minha pesquisa de mestrado. Partindo do pressuposto de que as crianças – meninas e meninos – são sujeitos fundamentais, ainda pouco conhecidos (GONÇALVES, 2019; MAGALHÃES, 2010; SILVA, 2014), meu intuito era entender a percepção das crianças bolivianas acerca de seu processo migratório e a construção da sua relação com a nova cidade e seus sonhos para o futuro.

Entretanto, ao longo da pesquisa, encontrei uma realidade que me levou por outro caminho, seja pelo contexto do lugar onde realizei meu estudo de campo, seja pelas dificuldades que encontrei e não pude antever, seja por descobertas e escolhas que fiz. Afinal, como propõe Mariza Peirano (2008, p. 9): “a surpresa e os acasos são elementos fundamentais do conhecimento etnográfico”. Além de meu objeto de pesquisa, tinha como proposta refletir acerca da metodologia utilizada, entendendo, como propõem Priscila Alderson (2005), Samantha Punch (2002), Pia Christensen (2004) e Berry Mayall (2008), que a participação das crianças em pesquisas nos propõe diversas reflexões no que diz respeito a relações de poder, métodos de pesquisa e outras. Por último, durante a pesquisa, senti falta de encontrar textos que relatassem, para além dos métodos utilizados e seu embasamento metodológico, também os caminhos trilhados a partir dessas escolhas, as dificuldades encontradas e as soluções que se construíram. Inspirada pela reflexão de autoetnografia proposta por Frehse (2013), relatarei nas próximas linhas meu trajeto de pesquisa, refletindo sobre mim mesma e expondo minhas vulnerabilidades na medida do possível e do meu alcance.

Como mencionei acima, meu primeiro objetivo era descobrir como meninas e meninos bolivianos vivenciavam o processo de migração, quais eram suas memórias do lugar que tinham deixado e como se relacionavam com o novo espaço que por aqui encontravam. Deste modo, para mim, era essencial que todos os participantes tivessem nascido na Bolívia e vindo para cá há não muito tempo.

Uma vez que meu intuito era buscar as perspectivas das crianças, e sendo esse um campo no qual já tinha realizado pesquisas anteriores, busquei na sociologia da

infância as primeiras bases metodológicas. Parti do entendimento de que as crianças eram sujeitos da pesquisa, capazes de falar sobre suas próprias vidas, relatando visões e experiências válidas, bem como de que essa investigação poderia colaborar com a construção do conhecimento nas ciências sociais. Assim, baseando-me nas discussões propostas por Punch (2002), Christensen (2004) e Corsaro (2005), escolhi uma abordagem que mistura alguns métodos investigativos, emprestados da antropologia, fotografia e desenho. O objetivo era poder, assim como os antropólogos, me aproximar de um local que não era o meu e observar e ouvir o que as crianças tinham a dizer sobre suas experiências, entendendo as crianças como “outros” – outra faixa etária, outra cultura. É importante destacar aqui que me aproximo destes outros, como propõe Ingold, ao fazer uma distinção entre a antropologia e a etnografia. Para ele o objetivo da Antropologia é

buscar um entendimento generoso, comparativo, não obstante crítico, do ser humano e do conhecimento em um mesmo mundo no qual todos nós habitamos. O objetivo da etnografia é o de descrever as vidas das pessoas que não nós mesmos, com uma precisão e uma afiada sensibilidade através da observação detalhada e da experiência de primeira mão (INGOLD, 2015, p. 1).

O autor afirma também que na antropologia o envolvimento é parte essencial e não se dá “pela objetificação dos outros, mas prestando atenção a eles, vendo o que fazem e escutando o que dizem” (INGOLD, 2019, p. 12). Um estudo *com* as pessoas e não *sobre* elas.

José de Souza Martins, em seu texto sobre o artesanato intelectual (2013), destaca, por exemplo, a necessidade de respeito e valorização da sabedoria do grupo estudado sobre suas próprias vidas, afirmando que “frequentemente, mais do que informantes, as pessoas às quais recorreremos para conhecer sociologicamente a sociedade que estudamos são nossas colaboradoras, enriquecendo nossa sociologia com sua visão vivencial e crítica” (idem, p. 29). Sua perspectiva do artesanato implica uma visão da pesquisa como um fazer pensando. No fazer proposto por Martins está também a criação “de técnicas de pesquisa e abordagem ajustadas à natureza do tema e do objeto” e o que ele denomina prontidão: prontidão para o inesperado, prontidão para a escuta, prontidão para o olhar, prontidão e curiosidade. O artesanato intelectual é uma troca. “Sem interação não há como situar e compreender; situar-se e compreender-se no outro” (idem, p.35).

Pensando no enriquecimento proposto por Martins, construído a partir da diversidade de técnicas, escolhi diferentes linguagens com o intuito de permitir às

crianças se expressar de diversas formas, de maneira que se sentissem confortáveis, além de aprimorar o material coletado para análise, reconhecendo as possibilidades/limitações de cada uma delas. Dentro destes estudos, se fazia também importante refletir sobre as relações de poder entre pesquisadora e pesquisados. Deste modo, a proposta era estar aberta para recusas e novas sugestões de métodos por parte das crianças, ajustando os métodos como propõe Martins. Além disso, propunha-me a assumir uma postura de ‘adulto incomum’, como colocado por Christensen (2004) e Corsaro (2005), mostrando-me genuinamente interessada em conhecer suas visões e seu mundo, refletindo e negociando a todo momento minha posição e reconhecendo também a posição de poder das crianças dentro da pesquisa.

No primeiro momento, eu pretendia passar um dia da semana com cada criança participante ao longo de seis meses, observando seus trajetos, sua casa, além de realizar entrevistas com elas e seus familiares, e depois reuni-las para uma conversa entre todos os participantes. Como forma de me aproximar do campo, da cultura e da população boliviana, além de poder observar as crianças em sua interação com a cultura e o espaço público, bem como buscar possíveis participantes para a pesquisa, em agosto de 2017 passei a frequentar a Praça Kantuta, onde aos domingos acontece uma feira com produtos bolivianos. O local foi escolhido para a pesquisa por ser muito frequentado pela população boliviana (cerca de duas mil pessoas frequentam a praça aos domingos), sendo grande parte do público famílias com crianças, além de ser palco de diversas manifestações culturais.

Já neste início me deparei com uma dificuldade: chegar até a praça. A simples ideia de pegar o metrô para chegar lá me paralisava completamente. Nunca havia feito uma pesquisa que exigisse observação e muito menos contato com as pessoas e, mesmo nas situações de estágio nos anos de graduação (o mais próximo que cheguei disso), costumava ficar muito envergonhada e bastante nervosa. Demorei algumas semanas, preparando-me todos os domingos para ir à praça e conseguindo chegar apenas até a porta do metrô (às vezes nem isso). Finalmente um amigo se ofereceu para me acompanhar e, assim, consegui entrar no metrô e chegar à feira.

Ao chegar em um lugar novo, assim como quando se faz uma pesquisa, é preciso ter os olhos abertos, um olhar atento, descritivo e reflexivo, como proposto por Geertz (1973). Ao refletir sobre o encontro de Colombo com ameríndios, Todorov ressalta a tendência de Colombo a enxergar tudo conforme suas expectativas prévias, tomando como realidade e se relacionando com um mundo que só existia em suas próprias ideias.

Uma pesquisa claramente se distingue de uma expedição, e entre nós e Colombo há mais de 500 anos de distância. Porém, as palavras de Todorov são importantes para entender o quanto nossas ideias preconcebidas modificam nossa capacidade de observação e percepção, que são o principal instrumento do etnógrafo.

Segundo Peixoto, em seu texto “O olho do etnógrafo” (2011, p.206), o escritor e etnógrafo Michel Leiris afirma que “o olho do etnógrafo está preparado para ver (e conhecer) porque se associa aos demais sentidos e sentimentos”. E, para exercitá-lo, seria necessário um exercício reflexivo e autorreflexivo, perguntar-se “quem sou eu?”. Entendi que refletir sobre mim mesma era um aspecto intrínseco da pesquisa (FREHSE, 2013), que perpassava diversas das questões levantadas, quase tanto quanto tentar conhecer as crianças e a cultura boliviana.

Com essas questões em mente desci na estação Armênia, linha azul do metrô, de onde é possível caminhar até a feira. Fiquei surpresa ao perceber a paisagem da região, composta por pequenos comércios em grandes avenidas. Esperava avistar já neste caminho a população boliviana, mas o que encontrei foi uma paisagem tipicamente paulistana, um pouco inóspita, de pontes, rios poluídos, avenidas e poucas pessoas circulando.

Figura 1 – Rua Pedro Vicente, 2017. Acervo pessoal

Assim, eu me perguntava se estaria mesmo no lugar certo. Minhas ideias preconcebidas já começavam a ser postas em xeque e eu mal havia começado. Depois de cruzar a Avenida Cruzeiro do Sul, o cenário começava a mudar um pouco.

Mapa 1 – Percurso do metrô Armênia à Praça Kantuta

Fonte: Google Maps

Ali já era possível avistar alguns ambulantes nas calçadas e, apesar de os produtos (roupas, eletrônicos, brinquedos) não serem tipicamente de nenhum lugar⁶, os vendedores eram claramente estrangeiros. Atrás de cada mesa ou tecido com os produtos expostos estava sempre mais de um vendedor. Muitas vezes havia um núcleo familiar completo (pai, mãe e filhos), e os vizinhos ambulantes se engajavam em longas conversas. Um pouco mais adiante, ao lado esquerdo, um grupo de jovens bolivianos uniformizados ensaiava uma dança e agora já era possível distinguir o conjunto de barracas que rodeava a praça. Neste momento me surpreendi novamente ao perceber

⁶ Refiro-me aqui a produtos inseridos em um modo de produção de um mundo capitalista e globalizado, facilmente encontrados em diversos lugares e que, apesar de serem aparentemente sem identidade, denotam uma forte identidade global e híbrida.

que as primeiras barracas, chegando à praça, eram na verdade de culinária peruana, oferecendo ceviche e lomo saltado⁷, por exemplo.

Figura 2 – A feira Kantuta, 2017. Acervo pessoal

Esta primeira aproximação foi fundamental para que eu pudesse ir promovendo questionamentos a respeito de alguns preconceitos e visões estereotipadas que tinha sobre a comunidade boliviana e sobre a ocupação da Praça Kantuta.

Assim, passei muitos domingos na praça, observando o movimento e frequentando algumas das barracas de comida que existem por ali. Uma das coisas que percebi nesse momento foi que talvez encontrar participantes para a pesquisa não fosse tão fácil quanto eu imaginava, pois, primeiro de tudo, eu tinha uma dificuldade enorme em abordar as pessoas e aquela não me parecia mesmo a melhor forma de iniciar uma pesquisa com crianças. Segundo, porque eu começava a perceber que encontrar crianças que tinham vindo recentemente da Bolívia para cá talvez fosse mais difícil do que eu esperava. Terceiro, porque, enquanto realizei a pesquisa, trabalhava também como professora e, assim, não sabia muito bem como seria a minha disponibilidade de tempo para acompanhar o cotidiano das crianças.

⁷ Ceviche é um prato feito de peixe marinado com limão. Lomo saltado é um prato feito com tiras de carne refogadas com cebolas, tomate e batata frita.

Neste momento, passei pela minha banca de qualificação e as sugestões feitas ajudaram a direcionar a pesquisa, retirando os entraves que se haviam constituído. Primeiro, a sugestão de que não seria necessário que as crianças tivessem vindo da Bolívia para cá, pois mesmo as nascidas aqui trariam marcas culturais e conhecimentos sobre o país de origem de sua família. Depois, a de que a pesquisa se realizasse na própria feira, por ser a casa um espaço muito íntimo, e este convite dever partir das famílias, e não de mim. Essa nova direção trazia uma perspectiva diferente, que me desafiava a desconsiderar o deslocamento e a memória, assim como a chegada em um novo lugar, que haviam embasado o meu percurso até então.

Se a relação de poder entre adultos e crianças pode colocar uma barreira para que elas se expressem livremente, o espaço também pode ser carregado de significados e, assim, interferir na forma como as crianças falam de determinado assunto. Christensen (2004) descreve, por exemplo, como, durante sua pesquisa na escola, duas garotas escolheram realizar a conversa com a pesquisadora no que elas chamam de ‘sala social’, um local onde as crianças podem ficar sem supervisão adulta. Da mesma forma, Mayall (2008), em seu texto, discorre sobre a diferença entre falar com as crianças em casa ou na escola, chamando a atenção também para o fato de a pesquisadora ocupar diferentes posições nos dois lugares. Partindo destas reflexões, eu havia pensado em fazer a pesquisa na casa das crianças por entender que neste espaço elas poderiam se sentir mais confortáveis, e por um desejo meu de não realizar a pesquisa em um espaço escolar, uma vez que eu pretendia ganhar uma visão mais ampla da vida das crianças. A praça, no entanto, era também um local familiar para as crianças, no qual elas se sentiam confortáveis e do qual elas continuavam sendo mais conhecedoras do que eu, e ainda permitia que eu conversasse com elas sem a presença de seus pais ou outros adultos, expressando-se sem possíveis receios em relação a eles.

Assim, voltei à praça já com uma nova proposta, a de conhecer mais a fundo este espaço e me aproximar das crianças que o frequentavam. Como forma de me aproximar das crianças e me inserir no espaço, fui à Kantuta com o intuito de sentar-me com materiais de desenho, deixando-os disponíveis para quem quisesse se aproximar. O desenho era uma das linguagens escolhidas como método de pesquisa, pois, como proposto por Gobbi (2012, p. 136), “Concebendo a criança como construtora de culturas, seus desenhos podem ser vistos como suportes que revelam aspectos diversos das próprias culturas nas quais está inserida”, constituem-se dessa forma como

documentos históricos. Como propõe Gobbi, olhar para os desenhos como fontes documentais:

não significa que possam ser vistos como cópias da realidade, equívoco ainda muito cometido. Como verdade iconográfica, não é expressão de neutralidade ou do todo ali representado. É invenção, fantasia, guarda elementos da imaginação e, por que não do cotidiano vivido e sentido pelas meninas e meninos? (GOBBI, 2014, p. 154)

Ainda mais, dentro de nossa cultura o desenho é uma prática familiar das crianças e, além de constituir registros, suas falas no momento em que desenhavam também nos permitem uma aproximação das formas como as crianças percebem o mundo (GOBBI, 2009). Além disso, a oralidade conjugada ao desenho desvincula a análise deste da visão do adulto.

Outra questão importante em relação à escolha do desenho como método diz respeito a seu uso como uma forma livre de expressão, sem temas preestabelecidos. A ideia era que este espaço de desenho fosse convidativo a quem quisesse se expressar através daqueles materiais trazidos por mim, e que, a partir dos desenhos feitos e das conversas travadas sobre eles ou sobre outros assuntos que surgissem durante sua elaboração, eu pudesse identificar alguns temas que são caros às crianças. Neste sentido, os desenhos reproduzidos aqui foram selecionados a partir dos temas identificados a partir deles, das conversas e das fotografias tiradas pelas crianças, como explicarei mais à frente, e não representam a totalidade dos desenhos feitos pelas crianças ao longo da pesquisa.

Comprei um tecido em uma das barracas na feira, estendi-o no chão e organizei os materiais sobre ele, e logo algumas crianças se aproximaram, perguntando o que eu estava fazendo e pedindo para desenhar. Perguntei-me naquele momento se o fato do tecido trazer estampas com motivos bolivianos aproximaria ou afastaria as crianças da proposta que eu fazia. Será que eu podia utilizar-me destes tecidos, ou estranhariam que eu estivesse me apropriando de algo que não era meu? Fato foi que as crianças vieram e em nenhum momento fui questionada sobre a utilização dos tecidos.

A gentileza de todos que trabalhavam ali, assim como a disposição das crianças para se aproximar iam me deixando mais tranquila e animada com a pesquisa. Apesar disso, estava preocupada em como explicar para as crianças o que eu estava fazendo ali. Eu precisava informar a todos que se aproximassem sobre a pesquisa? Como fazer para deixar claro o que eu estava fazendo? E como faria para juntar os desenhos feitos por eles? Teria que pedir para ficar com eles? (ROBERTS, 2008; Comitê de Ética FEUSP)

Figura 3 – Julia e Melany no cantinho de desenho, 2019. Foto tirada pelas crianças

Essas eram algumas das dúvidas que compunham e compõem a pesquisa, e que foram exigindo reflexões e mudanças de método e de percurso. Para todos os que se aproximavam, eu explicava o que estava fazendo e convidava-os a desenhar, mas sentia que algumas crianças não estavam muito interessadas no que eu tinha para dizer. Talvez porque não entendessem, talvez porque de fato estavam mais interessadas em saber se poderiam desenhar também. Outras, antes mesmo de eu explicar me questionavam sobre o motivo de eu estar ali, e percebi que o fato de eu ser professora era a parte da resposta que mais aplacava seu questionamento. Logo o tecido estava cheio de crianças e eu percebia outro problema: o chão da praça era muito irregular e cheio de pedrinhas, e assim era bastante difícil para as crianças desenharem, principalmente com lápis de cor, mas isso não as impediu. Ao terminarem os desenhos, perguntava a cada um se eles gostariam de levá-los embora ou que eu os guardasse. Para minha surpresa, todas as crianças invariavelmente, responderam que gostariam que eu os guardasse, e com isso resolvi uma das minhas questões. Enquanto desenhavam, as crianças iam conversando entre si e comigo, contando-me coisas sobre suas vidas e também me fazendo perguntas. Fiquei realmente surpresa com sua extroversão e disponibilidade. Senti que as crianças, mesmo sem saber, sabiam mais do que eu sobre aquele processo.

Neste momento, saí de lá cheia de energia, ansiosa por voltar na semana seguinte. Senti que aquele espaço que, a princípio, me amedrontava e me era estranho, agora tornava-se familiar e acolhedor. Na semana seguinte, no entanto, as crianças pareciam não estar interessadas em se aproximar. Fiquei algumas horas sozinha, sem que ninguém chegasse perto, me questionando sobre a eficácia da estratégia escolhida. Esse foi um movimento comum ao longo do campo. Havia dias em que muitas crianças vinham desenhar, desde o momento em que eu estendia o tecido no chão, e outros em que parecia não haver ninguém na praça. Precisei conter minha ansiedade e entender que isso era algo natural. De fato em alguns dias a praça como um todo estava mais vazia; em outros, as crianças simplesmente tinham vontade de fazer outras coisas e eu poderia usar esse tempo para fazer outros tipos de observação e descrições de campo que não conseguia fazer junto às crianças.

Durante vinte semanas, entre os meses de novembro e junho, fiz esse movimento. Dirigia-me à praça aos domingos por volta das 13h-14h, pois descobri que não adiantava ir mais cedo, uma vez que a feira é montada entre 11h30 e 13h e neste horário havia poucas pessoas. Sentava-me com meus panos e materiais de desenho no chão e observava o movimento, esperando as crianças chegarem para desenhar, permanecendo na praça até as 17h30. Nesse tempo, surgiram algumas questões: primeiro, era muito difícil fazer anotações enquanto as crianças desenhavam, pois elas estavam sempre querendo chamar minha atenção, falando todas ao mesmo tempo, disputando para ver quem me contava alguma coisa; ou outras crianças chegavam e eu tinha que explicar o que estávamos fazendo. Era tudo muito intenso e eu não me sentia confortável fazendo anotações enquanto as crianças me contavam suas histórias. Segundo, eu me perguntava como conseguiria pedir autorização de participação na pesquisa aos pais das crianças, se elas sempre estavam desacompanhadas. Por último, observava que, apesar de alguma variação das crianças que se aproximavam para desenhar, tinha um pequeno grupo que sempre permanecia: Gabriel, Arthur, Sabrina e Samuel^{8,9}, filhos de feirantes da praça. Perguntava-me como faria a pesquisa se poucas

⁸ Nesta pesquisa serão usados os nomes verdadeiros das crianças. Sônia Kramer (2002, p. 47) descreve como o uso de números ou iniciais para representar as crianças “negava a sua condição de sujeitos, desconsiderava a sua identidade, simplesmente apagava quem eram e as relegava a um anonimato incoerente com o referencial teórico que orientava a pesquisa”. Ao mesmo tempo, em muitos casos, proteger a identidade das crianças é uma necessidade real e nestes casos, ela sugere propor às crianças que escolham os nomes pelas quais serão representadas. Essa escolha foi fruto de uma discussão feita com as crianças e da avaliação de que, neste caso, isso não se apresenta como um risco para elas.

crianças frequentavam a praça com mais frequência e menos ainda se aproximavam da proposta de desenho que eu tinha criado. Mas aquele grupo de crianças, ainda que pequeno, estava sempre ali, tínhamos estabelecido um vínculo, eles me cobravam quando por algum motivo eu faltava em algum domingo, me faziam sugestões de novos materiais para comprar, me ajudavam a arrumar os tecidos quando eu chegava e quando ia embora, já tinham me contado muito de suas vidas e perguntado também sobre a minha.

Assim, após alguns meses frequentando a praça, resolvi começar minha pesquisa mais a fundo, com aquelas crianças. Gabriel, Sabrina e Samuel tinham em torno de oito anos e Arthur, quatro. Na conversa com a banca de qualificação, tinham me sugerido que procurasse crianças mais velhas, por conta das propostas e perguntas que eu pretendia fazer. Assim, convidei Gabriel, Samuel e Sabrina para fazer parte da pesquisa de outra forma, tirando fotos, conversando, desenhando, entre outras coisas que poderíamos combinar. Conteí a eles que estava pesquisando sobre a vida de crianças bolivianas na cidade de São Paulo e que queria saber um pouco sobre a Bolívia e o que gostavam de fazer por aqui. Arthur, apesar de não ter sido formalmente convidado a participar da pesquisa, em muitos momentos estava conosco, desenhando, conversando, tirando fotos, e pedindo, muitas vezes, para participar também. Sua presença, no entanto, era mais inconstante, mas algumas de suas falas foram incluídas na pesquisa.

As crianças ficaram animadas com a ideia, tentando entender e colocando em suas palavras o que era uma pesquisa.

“Uma pesquisa é tipo detetive?” (Samuel)

“É, vamos fazer uma investigação!” (Gabriel)

Para solucionar o problema das autorizações, combinei com as crianças que iríamos juntos falar com seus pais para pedir as autorizações no encontro seguinte, antes de nos sentarmos para desenhar. Apesar de eu ter escolhido fazer a pesquisa com os filhos dos feirantes da praça, que frequentavam mais assiduamente a feira, em alguns momentos a presença das crianças se fez uma questão. Sabrina, que tinha aceitado participar da pesquisa, na semana seguinte parou de frequentar a feira, pois passou a ir à escola no período da manhã e seus pais não queriam que ela ficasse até tarde na feira aos domingos. Naquele momento, Melany, cuja mãe trabalhava na mesma barraca que a

⁹ O nome de nascimento de Samuel é Adner, porém desde o início se apresentou como Samuel.

mãe de Samuel, passou a integrar o grupo, que acabou se constituindo com estes três participantes. Mesmo assim, depois de algumas semanas, a frequência das crianças começou a diminuir e, durante algum tempo, nenhuma delas estava indo à praça. Ao final, de algumas atividades que propus, só participaram Melany e Gabriel, pois Samuel parou de ir trabalhar com sua mãe, permanecendo em casa com a tia. Ângelo também participou de alguns de nossos encontros, porém sua presença na praça foi bastante intermitente e por isso suas falas foram incluídas apenas em algumas passagens.

Além disso, algumas vezes, apesar de estarem lá, as crianças não queriam participar ou fazer o que eu propunha. Quando fui buscar as autorizações das crianças, por exemplo, Samuel já não parecia tão animado em participar como na semana anterior e fiquei preocupada em tomar cuidado para não pressioná-lo. Já no carnaval de 2019, foram semanas seguidas em que as crianças permaneciam pouco tempo comigo, querendo participar da folia que acontecia na praça, com guerra de sprays de espuma e água. Além disso, a praça trazia brinquedos permanentes além daqueles infláveis que também as afastavam da pesquisa algumas vezes. Entendi esses momentos como possibilidade de escolha das crianças e como sua possibilidade de exercer sua posição de poder na pesquisa, procurando deixar bem claro que eles sempre tinham essa possibilidade de não querer participar ou de colocar suas impressões e desejos sobre o que estávamos fazendo, como proposto por Christensen (2004). A autora relata como em diversos momentos de sua pesquisa as crianças assumem posições de poder, como quando se negavam a participar, denotando a pesquisa como chata, justamente numa oposição à posição de poder que eles atribuíam à pesquisadora (Christensen, 2004, p. 168).

Realizar a pesquisa na praça trazia também outros desafios. Para além do chão irregular, que dificultava o desenho das crianças, em diversos momentos, a ocupação das pessoas na praça – como por exemplo, a música alta, ou a quantidade de pessoas transitando por lá – atrapalhava a conversa com as crianças, ou os desenhos que estavam fazendo, e acabávamos tendo que mudar de lugar ou nos esforçar para falar mais alto para nos escutarmos.

Algo que percebi naqueles primeiros dias foi que, após a conversa sobre a pesquisa, as crianças assumiram outra postura, apropriando-se da pesquisa e parecendo meus guias dentro da praça, querendo me contar muitas coisas sobre suas vidas e experiências sobre a Bolívia. No dia seguinte em que combinei com as crianças que participariam da pesquisa, Gabriel sugeriu um novo lugar para nos sentarmos,

argumentando: “Aqui é perto dos brinquedos e passa muita gente, vai ser um bom lugar” e, quando convidamos algumas crianças para desenhar conosco e elas recusaram, lamentou-se: “Que pena, eu não gosto quando tem pouca criança, não tem desenho, não tem pesquisa...”. Além disso, quando me encontrou, me tomou pela mão, me arrastando pela praça, como meu guia, contando-me sobre as barracas e sobre o carnaval que estava acontecendo aquele dia. Essa postura de conhecedores se demonstrou em outras situações, como quando, por exemplo, Melany me diz: “Como nossa mãe não pode nos dar tanta informação sobre a Bolívia, eu posso te ensinar o dia a dia da gente.”; ou quando Arthur me diz que estava com tosse e sua mãe lhe deu mel em uma *cuchara* e Gabriel me perguntou: “você sabe o que é *cuchara*?”. Além disso, passaram a sugerir outros locais na praça para nos sentar e atividades para fazer ou que não queriam fazer, como retomarei mais adiante. Procurei respeitar também suas vontades nesse momento, tendo que adaptar o cronograma de pesquisa e os métodos escolhidos.

Paralelamente ao cuidado para que as crianças sentissem que poderiam determinar parte do rumo da pesquisa, se queriam ou não continuar participando e sentissem-se valorizadas em seu conhecimento, tive de me atentar e me questionar diversas vezes sobre minha postura como pesquisadora, tomando cuidado para não deixar que minha ansiedade ou algumas de minhas posições pessoais ou papéis sociais interferissem nesse momento.

Em uma de minhas idas a campo, por exemplo, três meninas brasileiras, moradoras de um prédio no quarteirão de trás, se aproximaram e pediram para desenhar. Na parede atrás de nós havia alguns aglomerados de baratas e uma delas diz: “Foram os bolívia que trouxeram as baratas”. Gabriel, que era o único do grupo que estava ali naquele momento, continuou desenhando, sem nem olhar, e eu respondi, dizendo que achava que não, que barata tem em todos os lugares. Mas a menina continuou. Senti que ela me provocava também: “Os bolívia comem barata”. Gabriel continuava quieto e quem respondia era eu. Ela insistia. Quando vi, a menina estava fazendo um desenho com nomes de países e escreveu “Bolívia Fede”. Enquanto isso, uma das outras meninas disse: “se eu pudesse escolher, aqui no Brasil só teriam brasileiros”. A menina que estava fazendo o desenho dos países começou a ler seu desenho e dizer ‘Bolívia fede’ em voz alta. Eu retruco dizendo que ela não sabia, porque nunca foi. Uma das outras diz que a mãe dela já a levou lá e eu duvido. Nessa hora comecei a ficar um pouco mais ríspida e as meninas logo se levantaram para ir embora. Questionei-me muito sobre este episódio. Gabriel passou o tempo todo concentrado em seu desenho, como se nada

estivesse acontecendo, e quem respondeu fui eu. Será que se eu não tivesse respondido elas teriam parado? Agi como ajo com meus alunos quando estes se provocam, assumindo uma posição de professora, e não de pesquisadora. Mas na situação de pesquisa, qual era o meu papel? Ainda mais quando a criança que está comigo continua agindo como se nada estivesse acontecendo. Além disso, como pesquisadora, deveria ter me calado e apenas observado a interação entre eles? Para mim foi muito difícil não reagir frente a agressões como estas. Fiquei me perguntando o que ele pensou e sentiu em relação a isso. Quando elas foram embora, reiterei com ele que não gostei das coisas que elas estavam dizendo e perguntei se isso acontecia muito. Ele me perguntou “que coisas?”. Retomei algumas das falas e ele disse: “é, um pouco”, deu de ombros e continuou desenhando. Questiono novamente se eu deveria ter retomado isso com ele. Se ele não se manifestou, eu deveria insistir? Será que estava ignorando o fato de que ele não queria falar sobre o assunto e impondo minha curiosidade de pesquisa? Este episódio me fez refletir sobre como o pesquisador afeta e é afetado pelo campo e como isso pode interferir no processo de análise, constituindo um aspecto que merece atenção e cuidado especiais ao longo da pesquisa.

Na primeira conversa¹⁰ que tive com as crianças, comecei a fazer algumas perguntas – como, por exemplo, se elas haviam nascido no Brasil ou na Bolívia – a partir das quais fomos conversando sobre os dois países e algumas de suas percepções. Elas estavam animadas em responder às minhas perguntas, estendendo-se em seus relatos. Todos pareciam contentes em me responder e contar um pouco de si e de suas percepções. Apesar disso, creio que antecipei alguns assuntos, além de os ter interrompido algumas vezes durante suas falas, ou fazendo inferências antes que terminassem. Nos próximos encontros, políciei-me para deixar os temas a critério das crianças, escutando mais, apesar de fazer perguntas quando queria saber mais sobre alguns assuntos, entendendo também que a relação que construímos implicava não ser eu uma mera observadora de fora e sim, participante na pesquisa. Meu interesse estava declarado desde o início, e muito provavelmente isso pautou a escolha de temas por parte das crianças em alguns momentos; em outros, surgiram naturalmente a partir dos relatos de seu cotidiano e experiências que compartilhavam entre si e comigo. De todo modo, após algum tempo de perguntas, as próprias crianças se cansaram de tanta

¹⁰ Todas as conversas foram gravadas com autorização das crianças.

conversa, impondo seus próprios limites, como mencionado acima, e me pedindo para desenhar, embora continuando a conversa.

Se algumas vezes as propostas e tempos das crianças implicaram ter que conter minha ansiedade e agenda de pesquisa, em outras, constituíram-se como presentes, delineando caminhos para a pesquisa com os quais eu nem poderia sonhar. Foi o caso de quando, em meio a uma conversa sobre a cidade, Gabriel teve uma ideia: “Que tal colocar uma folha aqui no meio e todo mundo desenhar uma cidade junto?”. As outras crianças completaram, sugerindo que se juntassem várias folhas e dividiram tarefas entre si. Um iria desenhar a rua, outro o prédio, outro as casas e outro o céu. Além disso, decidiram que iriam desenhar também a Praça Kantuta e a praia.

Durante quatro encontros as crianças trabalharam sobre esses desenhos. Algumas partes dos desenhos acabaram por ficar incompletas, pois as crianças desistiram de sua obra, preferindo se dedicar a outras atividades. Porém, suas falas e comentários enquanto desenhavam ajudam a compor a descrição/análise apresentada nos capítulos 2 e 3, junto dos desenhos realizados.

Figura 4 – Crianças desenhavam a praça, 2019. Acervo pessoal

Como forma de complementar o registro e falas das crianças sobre a praça, trouxe para elas algumas máquinas fotográficas descartáveis, pedindo que tirassem fotos de aspectos que gostavam ou que eram importantes para elas na praça.

O uso de fotografias foi escolhido partindo do pressuposto de que poderia revelar o olhar das crianças e suas experiências. Gobbi (2013, p.4) afirma:

a importância de considerar as fotografias também como textos imagéticos que informam sobre as relações estabelecidas entre meninos e meninas nos diferentes espaços, com outras crianças e com os adultos, ao mesmo tempo em que informam sobre as próprias meninas e meninos e sua capacidade inventiva de criar imagens fotográficas, fazer escolhas e investigações sobre os assuntos escolhidos.

Em *A câmara clara* (1984, p. 18), Barthes, ao pensar sobre a incessável presença do referente na fotografia “(não há foto sem *alguma coisa* ou *alguém*)”, se pergunta por

que escolhemos fotografar um objeto ou um instante específico em vez de outro. Sua pergunta nos ajuda a refletir justamente sobre a impossibilidade de neutralidade do registro fotográfico uma vez que cada foto reflete uma escolha feita pelo fotógrafo.

Em seu surgimento, a fotografia era vista como um espelho, capaz de reproduzir a realidade, uma verdade única (DUBOIS, 1992). Dentro do campo da antropologia, o uso de fotografias foi muito discutido. Se, por um lado, essa visão da fotografia como reprodução do real conferiria veracidade e legitimidade ao relato antropológico (BITTENCOURT, 1998 p. 29), por outro, quando a objetividade dos relatos antropológicos e das fotografias começa a ser questionada, percebemos como em ambos “é possível encontrar as mesmas narrativas controversas e os mesmos significados ostensivamente herméticos”. Entretanto, como aqui os fotógrafos eram as próprias crianças e a busca era a forma como cada uma enxerga sua realidade, as fotografias se revelam um bom meio de acessarmos suas visões e narrativas sobre suas vidas.

Dentro dos preceitos da sociologia da infância que enxerga as crianças como atores e também consciente das diferenças de poder entre adultos e crianças, Rasmussen e Smidt (2003) afirmam que, ao ter a câmera na mão, a criança ganha algum poder, que sai das mãos do pesquisador, uma vez que são as crianças que escolhem as fotografias que são tiradas. Muller (2007 p. 41-42) confirma essa visão, afirmando que, em seu estudo, o poder de ter a câmera nas mãos e ter sido autorizadas a captar imagens deu às crianças uma certa independência que desafiou o adulto responsável.

O uso das câmeras analógicas, entretanto, se revelou um equívoco, pois as crianças, que não estavam acostumadas com este tipo de câmera, ficaram um pouco frustradas de não poder ver as fotos naquele momento. Além disso, os filmes voltaram da revelação completamente velados, sem uma única imagem disponível, o que gerou nova frustração. Levei um dos filmes velados para que as crianças pudessem ver e neste mesmo dia apresentei a elas uma máquina digital, com as quais tiraram novas fotos pela praça. Novamente o uso da câmera trouxe algumas questões, pois as crianças tiveram dificuldades de manusear a câmera que eu tinha disponível. Para tirar a foto, era preciso deixar o botão pressionado por um período longo, e muitas vezes as crianças achavam que tinham batido diversas fotos e voltavam com a câmera vazia.

Caiuby Novaes (2008, p. 4), refletindo sobre o uso de fotografias na pesquisa antropológica, afirma que “quanto mais sabemos sobre o contexto em que [as fotos] foram captadas, mais elas podem expressar”. Pensando nisso e dado que eu buscava as perspectivas das crianças, as conversas posteriores sobre as fotos foram de grande

importância para a pesquisa. Diversos autores sugerem que é nas conversas sobre as fotos que elas ganham significado (MÜLLER, 2007), além de suscitarem a aparição de temas que não surgiram em outras situações (FASSETTA, 2016; RASMUSSEN; SMIDT, 2003).

Baseada nos estudos de Müller (2007), além das fotos da praça, pedi às crianças que levassem uma câmera para casa, com as seguintes instruções, que expliquei para elas e seus pais e enviei por escrito, junto com as câmeras:

- Você permanecerá com a câmera por uma semana e pode escolher levá-la com você aonde for;
- Procure tirar fotos de coisas que sejam importantes para você ou das quais você não gosta;
- Não permita que outras pessoas tirem as fotos pra você ou interfiram na sua escolha, as fotos devem representar o que é importante pra você.

A proposta era que as crianças permanecessem com as câmeras por uma semana, porém apenas Melany a trouxe de volta na semana seguinte. Gabriel e Samuel me pediram para ficar com ela mais uma semana. Gabriel, afirmando que não tinha podido tirar muitas fotos, e Samuel, dizendo que, como tinha ocorrido antes, não tinha conseguido operá-la. Porém na semana seguinte, os pais de Gabriel me disseram que ele ainda não tinha conseguido tirar as fotos, e que eles estavam sem tempo para levá-lo para fazer isso. Expliquei que a ideia não era que desviassem de sua rotina para tirar fotos, e sim que ele levasse a câmera consigo aonde fosse, mas eles disseram que Gabriel se esquecia de levá-la e eles também de lembrá-lo. A família de Samuel também repetia a cada semana que tinha se esquecido de trazer a câmera para a praça, desculpando-se toda vez que me encontravam.

Fassetta (2016), em sua reflexão sobre o uso da fotografia na pesquisa com jovens migrantes, afirma que o lugar que as crianças ocupam na sociedade pode fazer com que tenham vergonha de tirar determinadas fotos, ou que ter a câmera na mão as faça ficar em um lugar de visibilidade que possa ser incômodo. Segundo ela, em sua pesquisa, apesar de todas as crianças terem demonstrando entusiasmo quando ela propôs que usassem as câmeras, algumas delas sentiram como se *tivessem* que tirar as fotos (mesmo ela tendo deixado claro que as crianças não precisavam levar a câmera consigo). Além disso, para evitar a tarefa, algumas delas tiraram fotos repetidas logo antes de a pesquisadora chegar, outras disseram que a câmera não funcionou ou tiraram apenas uma foto. Deste modo, fiquei com receio de a câmera ter se tornado uma tarefa

ou um incômodo para as crianças e suas famílias. Tentei minimizar isso, perguntando se eles queriam mesmo permanecer com a câmera por mais tempo, que não havia necessidade de tirar muitas fotos e que a ideia não era atrapalhá-los.

Depois de quatro semanas, consegui receber todas as câmeras de volta, sendo que na câmera de Gabriel havia quatro fotos e na de Samuel apenas uma. Minha ideia era perguntar a Samuel sobre as fotos que desejava tirar mas não conseguiu, porém ele não retornou mais à praça e, assim, a última etapa de conversa sobre as fotos tiradas fora da feira foi feita apenas com Gabriel e Melany. Mesmo assim, essa etapa mostrou-se muito importante para suscitar novos temas e aprofundar os que já haviam aparecido em outros momentos.

É importante ressaltar alguns pontos em relação às fotos tiradas pelas crianças. Primeiro, além dos desconfortos já descritos acima, as instruções que dei às crianças sobre as câmeras não devem ter ficado claras, pois tanto Melany quanto Gabriel apareceram com fotos tiradas por outras pessoas (mesmo que a pedido deles para que pudessem aparecer na fotografia). Apesar disso, considerei as fotos na análise e na discussão com as crianças por entender que suas falas sobre as fotos eram mais importantes para a pesquisa do que as fotos em si, e o fato de quererem aparecer nas fotos no contexto escolhido também constituía um fator importante para a análise das fotos. Segundo, o significado que as crianças deram às fotos foi também diverso daquele que eu tinha pensado. Gabriel, durante seus relatos, disse muitas vezes que tirou as fotos pois queria nos mostrar algo, e tanto ele quanto Melany as usaram como uma forma de registrar coisas das quais queriam se recordar. Gabriel disse, por exemplo, sobre as fotos tiradas na feira, que tirou uma foto minha para se recordar; e Melany, que havia tirado uma foto de sua mãe, pois nunca tinha tido uma foto dela e gostaria de guardá-la de lembrança. Ela também reiterou diversas vezes o uso da fotografia como forma de se lembrar de algo, como dos elementos de sua vida aqui no Brasil, uma vez que ia retornar à Bolívia em breve. Esta foi também uma forma como as crianças se apropriaram da pesquisa, ampliando o uso das câmeras, tornando os métodos significativos para elas, sem se ater apenas à minha proposta. Cito outro exemplo: em uma de nossas conversas, Gabriel pediu para que eu lhe devolvesse a câmera para que ele pudesse levá-la à Bolívia e fazer registros para me mostrar, o que demonstra, para além do uso dela como um recurso de registro, a relação dele com a pesquisa e a vontade de expor suas visões sobre o local.

Figura 5 – Rocío, mãe de Melany, 2019. Foto tirada por Melany

Para a conversa, imprimi as fotos tiradas por cada uma das crianças com o intuito de que pudessem rever as imagens que tinham produzido, assim como as produzidas pelas outras crianças, e para que servissem como disparador para uma conversa sobre elas. Assim, pedi que as espalhassem pelo chão e perguntei-lhes porque haviam escolhido tirar aquelas fotos. Cada um foi contando um pouco sobre suas escolhas e o que aquelas fotos significavam para eles. Foi interessante ter as duas crianças presentes neste momento, pois eles mesmos observavam e questionavam aspectos das fotos tiradas pelo outro, o que deu mais profundidade à conversa, como observado por Mayall (2008).

Assim, a partir dos encontros com as crianças ao longo da pesquisa, a questão central foi se modificando. Se no início a proposta era conhecer a visão das crianças bolivianas sobre o processo de migração e apropriação da cidade, a partir do contato com as crianças na praça, passei a buscar entender o ser criança boliviana na cidade de São Paulo com base na visão dos filhos dos trabalhadores da Praça Kantuta.

Como forma de aprofundar o conhecimento que tive sobre as crianças, decidi também realizar entrevistas semiestruturadas com seus pais (Anexo 1), para entender um pouco melhor o contexto de sua vinda ao Brasil, além de sua percepção sobre as

crianças e suas vidas em São Paulo. Melany antecipou a dificuldade que eu teria em conseguir falar com seus pais:

Melany: Minha mãe consegue falar quando não tiver nenhum cliente, aí ela consegue falar. Mas a mãe do Samuel, ela tem que fazer as comidas rápido porque os clientes reclamam. A minha mãe fala “vai demorar 5 minutos, ou 15 minutos”, aí a minha tia e o churrasqueiro têm que fazer rápido.

Para tentar contornar o problema apresentado por Melany, ao falar com as famílias, me propus a chegar mais cedo na praça, no horário de montagem, quando não haveria tantos clientes, ou ir encontrá-los em algum outro lugar durante a semana. Ambas as famílias com quem eu consegui falar (de Melany e Gabriel) disseram que poderiam me encontrar entre 10h-11h. Porém, no domingo seguinte e no que se seguiu, ambas as famílias acabaram chegando por volta das 12h30, sem ter tempo, portanto, para falar comigo. Fiquei um pouco hesitante, com medo de insistir, pois afinal de contas estavam trabalhando, e tive medo de que não conseguissem me dizer que na realidade não queriam conversar comigo. Apesar disso insisti e, depois de algumas semanas, consegui que logo no início do período Glória e Rocío me recebessem rapidamente. As duas, porém, não quiseram que eu gravasse a conversa, o que fez com que algumas informações se perdessem. Neste ponto, eu deveria também ter insistido, explicando um pouco melhor o uso que eu faria deste material.

Além da entrevista com elas, conversei também com Lucy e Luiz (Anexo 2), organizadores e feirantes da praça, buscando conhecer um pouco mais sobre a história e organização do local. Na descrição da praça apresentada no capítulo 2, também me valho de conversas que tive informalmente com outros feirantes e frequentadores da praça ao longo da pesquisa.

Por último, a pedido das crianças e como forma de devolutiva da pesquisa, como proposto por Sônia Kramer (KRAMER, 2002) faremos uma exposição na praça com os desenhos feitos por eles ao longo desta pesquisa. A exposição está prevista para ser realizada em março de 2020.

A seguir, farei uma contextualização das questões que constituem o campo, começando por um panorama das imigrações que trouxeram os bolivianos ao Brasil e mais especificamente a São Paulo e, na sequência, descrevendo a Praça Kantuta, onde esta pesquisa foi realizada, enfatizando também a percepção das crianças sobre ela.

2. Contextualizando o campo: os movimentos migratórios

2.1. Questões sobre os movimentos migratórios internacionais

As movimentações do homem sobre o globo não são uma temática recente. Há muito os homens se deslocam de suas terras em busca de alimentos, fugindo de guerras, por disputas territoriais, procurando regiões com clima mais ameno, entre outros motivos. Entretanto, nos últimos anos, essas migrações assumiram um novo caráter e passaram a ser objeto de estudo de diversas áreas, como Direito, Ciências Políticas, Sociologia, Antropologia, Economia, entre outras.

Segundo Kurz (2005, p. 25), apesar de as migrações datarem de tempos remotos, esses movimentos não podem mais ser explicados partindo-se do princípio de que essa seria uma prática essencialmente humana. A migração só pode “ser explicada como fenômeno de um desenvolvimento social concreto” e, dessa forma, uma análise dos processos migratórios pressupõe um olhar crítico da sociedade em que este fenômeno se desenvolve.

Neste sentido, é importante entender como as mudanças causadas pela reestruturação da produção implicam novas modalidades de capital e reestruturam as sociedades e a população global (PATARRA, 2006). Ao longo da história, é possível observar como as mudanças nos modos de produção impulsionaram e se serviram destes deslocamentos para seu desenvolvimento e estruturação.

Entre os séculos XVII e XIX, por exemplo, o imenso tráfico de escravizados deslocou de suas terras mais de 15 milhões de pessoas para trabalhar nas minas e plantações nas Américas e também para a Europa. Neste momento, além de fornecer mão de obra para as culturas de café, cacau, açúcar e algodão, o tráfico de escravizados constituía um mercado em si, como se verá a seguir.

A crise do feudalismo na Baixa Idade Média e, posteriormente, os processos de concentração fundiária concomitantes à formação do capitalismo na Europa, trouxeram consigo o êxodo rural de que decorreram importantes fluxos migratórios em diferentes países europeus, constituindo as cidades modernas. Segundo Kurz (2005), o discurso oficial que se constrói sobre esse movimento afirma que as pessoas teriam reconhecido as vantagens deste novo modo de produção e, assim, teriam escolhido se mudar para poder trabalhar nestes novos centros industriais. A realidade, no entanto, foi a expulsão das pessoas de suas terras para dar lugar, por exemplo, a campos de pastagem, a partir

de um processo denominado por Marx como “acumulação primitiva”. Ou ainda, posteriormente, pela “coerção silenciosa” do desenvolvimento capitalista do setor agrário.

Ao final do século XIX, os movimentos migratórios ultrapassaram as barreiras nacionais e adquiriram um caráter intercontinental, evidenciado principalmente no fluxo de pessoas que saía da Europa para as Américas e para a Austrália. Entre 1820 e 1932, mais de 52 milhões de pessoas deixaram a Europa (CELADE, 2008) impulsionadas pela crise causada pelas guerras de modernização europeias e pela expulsão de camponeses em consequência do processo de concentração fundiária, que se estendeu até o início do século XX. Assim, alimentadas pela esperança de um novo começo em zonas onde as pressões do capitalismo ainda não haviam chegado, intensificaram o processo de globalização que se estende até os dias de hoje.

A segunda etapa deste processo teve início no período pós-Segunda Guerra e se estendeu até meados dos anos 1970, marcada pela expansão do comércio entre países industrializados. É importante notar que entre os dois períodos o mundo também viu uma grande movimentação de sua população em função das grandes guerras. Até então, no entanto, as migrações pareciam ser mais permanentes e resultado de conjunturas político-econômicas e guerras em localidades específicas.

A migração atual, ao contrário, assume um caráter universal e global, não estando mais atrelada a uma conjuntura específica, mas realizando-se em quase todos os lugares simultaneamente (KURZ, 2005, p. 28). O fim do século XX e o início do século XXI foram marcados por significativas mudanças promulgadas por uma intensificação dos fluxos de capital, generalização do livre-comércio, multiplicação de empresas transnacionais, avanços tecnológicos, estreitamento espaço-tempo, entre outros, redefinindo também as formas de migração (BAENINGER, 2012; MARTINE, 2005; UNITED NATIONS, 2017).

Sua intensidade é tamanha que, atualmente, o tema figura diariamente nos jornais escritos e telejornais e é centro de grandes disputas ideológicas e debates políticos. Segundo as estimativas oficiais da ONU, o número de migrantes internacionais passou de 172,6 milhões em 2000 para 257,7 milhões em 2017, um aumento de 49% que representa um total de 3,4% da população mundial. Deste total, a maior parte, 79,6 milhões, está na Ásia; 77,9 milhões na Europa; 55,7 milhões na América do Norte; 24,7 milhões na África; 9,5 milhões na América Latina e Caribe; e 8,4 milhões na Oceania (UNITED NATIONS, 2017).

É interessante notar que o fluxo migratório proveniente dos países do Norte para os do Sul permaneceu quase o mesmo desde a década de 1990 e o fluxo Norte-Norte teve um aumento de pouco mais de 20% no mesmo período. A grande mudança de fluxo ocorre mesmo nos países do Sul, com um aumento de 50% do fluxo Sul-Sul, principalmente a partir de 2005, e de mais de 100% no eixo Sul-Norte desde a década de 1990, passando de 40 milhões a quase 90 milhões de pessoas em 2017. Em 2010, 59% da população migrante internacional se localizava nos países desenvolvidos. Em 2017 esse número caiu para 56%, puxado principalmente pelo continente africano, que, em 2010, abrigava 17 milhões de imigrantes, número que cresceu para 24,7 milhões em 2017.

Além de uma maior intensidade, porém, esses novos movimentos migratórios adquiriram também uma maior complexidade e variedade. Segundo Patarra (2006, p. 7):

As novas modalidades migratórias demandam, no cenário da globalização, a necessidade de reavaliação dos paradigmas para o conhecimento e o entendimento das migrações internacionais no mundo, e a incorporação de novas dimensões explicativas torna-se imprescindível, assim como a própria definição do fenômeno migratório deve ser revista.

Neste sentido, as análises e reflexões são igualmente diversas e muitas vezes até antagônicas, como é o caso das falas apresentadas por Robert Kurz e George Martine no I Fórum Social das Migrações, que aconteceu em Porto Alegre em janeiro de 2005.

Para Kurz (2005, p. 25), a situação mundial é determinada tanto a partir das guerras de ordenamento mundial e das ações policiais globais do Ocidente sob liderança dos EUA quanto pelos movimentos migratórios, que assumem proporções nunca vistas. Traçando um percurso histórico das migrações na modernidade, o autor estabelece uma relação entre esses movimentos e o modo de produção capitalista em suas diversas fases de desenvolvimento.

Segundo ele, nesta nova fase a migração seria uma decorrência não mais da *“mobilização da força de trabalho para o capitalismo, mas da desmobilização mundial da força de trabalho na terceira revolução industrial”* (idem, p. 29). Isso, em decorrência de um capitalismo que se tornou insular, reduzido a “ilhas” ou “oásis” de produtividade em volta dos quais surgem desertos econômicos, deixando de integrar grandes massas da população, que vão sendo expelidas para circuitos subordinados (idem, p.28).

A migração corresponderia, então, aos diversos níveis da crise e do colapso econômico em diversos países. Em primeiro lugar, tratar-se-ia de especialistas

qualificados ou estudantes que já não encontram trabalho referente à sua qualificação; em segundo, de força de trabalho jovem masculina para serviços pesados e inferiores, que hoje em dia enfrenta a concorrência dos excluídos nativos; em terceiro, força de trabalho jovem feminina, que muitas vezes acaba na prostituição ou trabalhando como empregadas domésticas ou enfermeiras de clínicas ou asilos (idem, p.31).

O autor conclui propondo que só poderá haver um movimento social dos migrantes quando estes reconhecerem as estruturas que provocam os movimentos migratórios e sua imbricação na falência do sistema capitalista, que já não pode incluir a todos e tampouco ser regulado.

Martine (2005, p. 38), diferentemente, propõe que a migração “é inevitável e tem o potencial de ser bastante positiva para o desenvolvimento e para a redução da pobreza”. Segundo ele, no estágio atual da globalização, há uma grande circulação de informação que faz com que as pessoas busquem novas oportunidades que aparentemente existem nos países mais industrializados (idem, p. 47). Além disso, para ele há uma inconsistência no que se refere às migrações internacionais, uma vez que há um estímulo à mobilidade da força de trabalho e à livre circulação de capital e de mercadoria, ao mesmo tempo que aumentam as restrições ao livre fluxo de pessoas (idem, p. 48).

O autor propõe que o aumento da mobilidade de mão de obra acarretaria um aumento da produção mundial e, desta forma, geraria condições para a melhoria do bem-estar da população. Segundo ele, deveríamos levar a cabo a globalização e o modelo liberal, reconhecendo os aspectos positivos da migração, deixando-a fluir mais livremente, fazendo uma passagem do “controle migratório” para a “gestão migratória” (idem, p. 48-71).

Patarra (2006, p. 16) faz uma crítica às propostas do autor, afirmando que suas colocações correm o risco de imprimir um caráter instrumental ao migrante, uma vez que seu destino dependeria da percepção positiva e da boa-vontade dos países receptores. Além disso, ela se mostra cética à proposta, ao notar que no modelo atual os países recebem uma mão de obra flexibilizada, que se sujeita a todos os tipos de exploração trabalhista, cuja formação foi toda custeada em seus países de origem e a qual, a partir do mecanismo de remessa de dinheiro, tornam dependentes suas famílias, reforçando, ainda, a condição de seus países como países em desenvolvimento.

Por outro lado, como mencionei anteriormente, Sassen (2014) afirma que essas movimentações vão além de um simples crescimento da desigualdade, e se caracterizam

como expulsões, uma vez que derivam, por exemplo, de políticas excludentes¹¹ que tornam impossível a vida para algumas pessoas em determinados lugares. Mais ainda, a autora argumenta que a passagem do capitalismo tradicional para o capitalismo avançado é marcada pela extração e destruição e pode levar muitos à miséria à exclusão, uma vez que perdem seu valor como trabalhadores e consumidores. Esses resultados, assim como o encolhimento econômico, segundo ela, não seriam frutos de uma crise e sim do próprio aprofundamento sistêmico das relações capitalistas.

Apesar das divergências, é importante notar que os autores reconhecem o capitalismo e a globalização como fatores essenciais para se entender os fluxos migratórios modernos. Mas há outras formas em que a globalização se relaciona com esses deslocamentos.

Nos principais centros urbanos onde há um número grande de imigrantes, se formam bairros ou redutos residenciais étnicos, nos quais se fala uma língua distinta da oficial e se vendem produtos oriundos de seus lugares de origem. Se antes as teorias sociais classificavam os migrantes em “temporários” ou “permanentes”, hoje, a teoria transnacional observa a forma como os transmigrantes constroem e mantêm relações sociais, políticas e econômicas com seus países de origem (CELADE, 2008, p. 47).

A globalização, aliada às novas tecnologias, levou à redução de custos de comunicação entre locais distantes, fazendo com que os migrantes possam manter contato frequente com os familiares que ficaram em seu país de origem ou que emigraram a outros países (CELADE, 2008, p. 46). Além disso, o acesso a notícias e a elementos de sua cultura, como música e filmes, entre outros, é amplamente facilitado.

Nesta comunicação entre os países de origem e os de destino, figuram também as remessas de dinheiro, já mencionadas anteriormente na crítica de Patarra à Martine, como uma forma de dependência das famílias dos migrantes em relação aos países de destino. Por outro lado, Martine (2005) aponta as remessas como fator positivo para os países de origem, que recebem grandes injeções de dinheiro em suas economias. Kurz (2005) afirma que os desníveis na taxa de câmbio podem significar uma vantagem para os migrantes que não pretendem ficar muito tempo no país de destino, pois, mesmo recebendo salários baixos, o poder de compra em seu país de origem continua sendo

¹¹ “The instruments for this making range from elementary policies to complex institutions, systems, and techniques that require specialized knowledge and intricate organizational formats” (SASSEN, 2014, p. 2).

alto. Por outro lado, destaca que há muitos países que estão economicamente dependentes destas remessas, como frisava Patarra (2006, p.32).

Como pudemos perceber até aqui, os processos migratórios são duais, por princípio. Todo imigrante é antes de tudo um emigrante. Essas duas dimensões não podem ser separadas e compõem “duas faces de uma mesma realidade” (Sayad, 1998[1991], apud XAVIER, 2010, p. 11).

Segundo Xavier (2010), identificar as origens (temporais, espaciais, culturais) dos processos migratórios não é uma tarefa fácil, pois esse não é um processo linear e objetivo. Além disso, sua dualidade se apresenta também no aspecto coletivo/individual, no que se refere às trajetórias e experiências dos migrantes.

Neste sentido, é importante reconhecer também o papel que as redes sociais exercem no processo. Migrar para outro país implica vários riscos: segurança, moradia, trabalho, saúde, barreira linguística, entre outros. Escolher como destino um país onde amigos, familiares ou colegas possuem redes de contatos pode ajudar na diminuição desses riscos. Além disso, as redes podem facilitar a manutenção de sua cultura e identidade étnica no país de destino (SASAKI; ASSIS, 2000).

Assim, para entender melhor a inserção dos bolivianos na cidade de São Paulo, é necessário antes conhecer um pouco de suas experiências prévias. Nesta próxima seção tratarei brevemente dos processos migratórios da Bolívia.

2.2.O contexto das migrações na Bolívia

A migração na Bolívia é um fenômeno histórico e amplo, que se intensificou a partir da década de 1980. Hoje, aproximadamente 20% da população boliviana reside fora do território do país (Domenech e Hinojosa Gordonava, 2009 in: XAVIER, 2010). Ao remontar ao passado dos movimentos migratórios no território, Guevara (2004) aponta que os povos andinos que habitavam as terras altas tinham uma grande tradição de mobilidade espacial que se relacionava à exploração e utilização de diversos espaços e pisos ecológicos. Em razão das características ecológicas da região e da grande variação de altitude e clima, os povos locais podiam diversificar suas bases de recursos e meios de subsistência, sendo as migrações sazonais essenciais para este fim. Além disso, este controle dos pisos ecológicos só era possível por meio da distribuição familiar nos diferentes espaços, demonstrando a importância dos laços de parentesco (XAVIER, 2010).

Para Guevara (2004) esta característica, incluindo a possibilidade de duplo domicílio, constitui um *habitus*, um saber que permite às populações ampliar seu espectro do que é possível. Entretanto, com a globalização, essas práticas estão se modificando e as migrações deixam de ter um caráter temporário para assumir um mais permanente, inclusive pela distância que os migrantes agora percorrem (GUEVARA, 2004, p. 183-184).

Esta forma de manejo dos pisos ecológicos implicava que a maior parte da população boliviana se concentrasse no altiplano entre as cordilheiras. Segundo o autor, devido a essa desigualdade na ocupação do território, os espanhóis teriam concebido a Bolívia como um território desabitado. Além disso, no contexto da exploração da mão de obra indígena nas minas e nos campos, essa percepção poderia ser explicada pela “invisibilização” deste outro – sobre os quais se debatia até mesmo a possibilidade de denominá-los humanos (idem, p. 174).

Essa percepção da falta de população acompanha, segundo ele, a identidade do país até os dias de hoje, tendo sido, inclusive, motor de políticas de fomento de imigração europeia que, no entanto, nunca alcançaram os resultados desejados (DOMENECH; MAGLIANO, 2007; GUEVARA, 2004). Além do mais, as políticas migratórias, que buscavam controlar a emigração por meio de punições devido às grandes perdas demográficas, acabaram por agravar ainda mais o problema (DOMENECH; MAGLIANO, 2007).

De acordo com Mazurek (2007), desde a reforma agrária e, principalmente, desde a crise da mineração nos anos 1980, a imigração internacional boliviana tomou dois caminhos. Primeiramente, uma migração permanente para os Estados Unidos e os países da Europa; segundo, migrações sazonais para países vizinhos como Argentina e Chile. Guevara (2004), no entanto, afirma que essa sazonalidade que caracterizava as migrações para a Argentina desde 1952 se modifica na década de 1980 de acordo com o perfil dos migrantes. Se antes era uma população rural-indígena em busca de trabalho, a partir desta época seria uma população urbana com maior grau de escolaridade que busca se assentar nas zonas urbanas argentinas. Na década de 1990, com a quebra econômica na Argentina, esses fluxos passam a se destinar também ao Brasil, como veremos mais adiante.

Para além dos fluxos internacionais, Mazurek (2007) analisa também as mudanças ocorridas nos fluxos migratórios dentro da Bolívia, que são essenciais para

compreender como era a vida destes imigrantes bolivianos antes de sua vinda para o Brasil.

De acordo com os dados do Consejo de Población para el Desarrollo Sostenible (CODEPO) em 2004, 31% dos bolivianos nascidos no país moravam em uma cidade diferente da que nasceram (MAZUREK, 2007). De acordo com Mazurek, há três preconceitos em relação às migrações internas na Bolívia: i) As migrações ocorrem do leste para o oeste; ii) os padrões de distribuição da população modificaram a vida de todos nas terras baixas; iii) a população que migra é a mais pobre.

Entretanto, em seus estudos, o autor nota que os fluxos não seguiam os padrões enunciados acima, mas estavam principalmente direcionados a cidades próximas e se relacionavam à oferta de emprego. Neste sentido o autor (idem, p.14) observa também uma diferença no fluxo migratório de mulheres e homens de acordo com as ofertas de cada região. Além disso, há uma diferença na movimentação da população Aimara (com prioridade na cidade) e Quechua (nas zonas rurais).

Em uma análise da migração em quatro cidades principais, o autor descreve seus fluxos migratórios como se segue: La paz é um município onde o número populacional tem decrescido por conta de suas limitações de crescimento e ofertas de emprego. Seus emigrantes se destinam principalmente a El Alto, pela proximidade, e a Santa Cruz de la Sierra, por conta de sua atração econômica para profissionais; El Alto atrai grandes fluxos populacionais provenientes principalmente de La Paz e das proximidades do lago Titicaca. Grande parte de sua população mantém residência dupla em áreas rurais; Cochabamba se caracteriza como uma cidade de transição, atraindo a população de cidades próximas, principalmente do altiplano e da região do vale, mas perde população para a região baixa. O resultado desse fluxo é quase nulo, com uma perda de 8% do número total de migrantes no país; Santa Cruz também tem um fluxo negativo de pessoas, perdendo 30% do número total de migrantes. A cidade perde grande parte de sua população para sua própria área rural. 50% de sua imigração vem de 7 principais cidades: La Paz, Cochabamba, Sucre, Trinidad, Oruro, Camiri, Montero. Além de perder população para as cidades da região, há um grande fluxo de Santa Cruz para El Alto (idem p. 6-7).

De acordo com diversos estudos, apesar de serem provenientes de diversas regiões da Bolívia, os imigrantes bolivianos que chegam a São Paulo parecem ser principalmente pacenhos (de La Paz), altenhos (El Alto) e cochabambinos (MAGALHÃES, 2010; SILVA, 2012; SOUCHAUD, 2010; XAVIER, 2010). A partir

desta premissa e também da observação feita por Souchaud (2010, apud XAVIER, 2010) de que sua origem seria primordialmente Aimara – a mesma que predomina em El Alto – Xavier (2010) propõe uma análise sobre o vínculo entre as cidades de São Paulo e El Alto. Além disso, sua argumentação parte de um diagnóstico de que a cidade de El Alto teria a função de reservatório populacional do departamento de La Paz, servindo ao mesmo tempo como receptor e expulsor de migrantes.

El Alto surgiu como um bairro periférico, formado principalmente por migrantes de regiões próximas e trabalhadores rurais que, após a desapropriação de fazendas, viram os preços baixos das terras como uma oportunidade de estar próximos a La Paz. Em 1986, El Alto se torna um município independente, e seu crescimento a partir desta época se dá de forma acelerada, a ponto de sua população superar à de La Paz a partir do ano 2010 (ARBONA e KHOL, 2004 apud XAVIER, 2010, p. 26).

A autora aponta que, apesar de ter recebido um grande número de migrantes provenientes das áreas rurais, a migração para El Alto está longe de poder ser considerada campesina. Segundo ela, usar o local de nascimento dos migrantes como dado para determinar a característica rural do fluxo pode mascarar a existência de sequências ou correntes migratórias em etapas, como a passagem destes migrantes por outras cidades. Da mesma forma, a passagem dos migrantes por El Alto, independentemente de sua origem, pode significar um ganho de experiência urbana essencial para sua inserção na cidade de São Paulo num próximo momento.

Observa-se também que El Alto apresenta grande especialização no ramo da costura e indústria têxtil, a partir do que se pode traçar mais um paralelo, uma vez que isso pode representar uma especificidade migratória voltada a um ramo específico de trabalho. Além disso, as redes sociais que se criam a partir dessa ligação poderiam nos ajudar a constatar a ligação entre El Alto e São Paulo. Outro ponto importante é a predominância da cultura Aimara tanto em El Alto quanto nos migrantes que chegam a São Paulo. Além disso, Xavier (2010, p.40-41) atenta para o fato de as atividades econômicas nesta cultura serem fortemente estruturadas a partir das relações de compadrio e parentesco, o que a leva a questionar se o projeto migratório para São Paulo teria uma característica individual ou coletiva e se isso influenciaria na forma como essa migração se desenvolve na cidade. É importante notar aqui que muitas relações entre patrões e empregados nas oficinas de costura são também de compadrio ou familiares, como veremos mais adiante, assim como lembrar que essas redes sociais são importantes para a definição do local de destino, tal qual mencionado anteriormente.

Apesar dessa consideração sobre a presença da indústria têxtil na cultura, as pessoas entrevistadas pela pesquisa disseram ter exercido outras profissões enquanto moravam no país. A avó de Gabriel, por exemplo, queria abrir um salão de cabeleireiro; o pai de Melany trabalhava com construção, e sua mãe cozinhava em uma fábrica de cadernos. Rocío, mãe de Melany, relata, no entanto, que fazia qualquer coisa que aparecesse, fato que denota disponibilidade e vulnerabilidade e é mais indicativo das motivações que levaram os trabalhadores ouvidos pela pesquisa a buscar o ramo da costura.

Nesta primeira parte, fiz uma apresentação de alguns aspectos relacionados aos processos migratórios mundiais e uma reflexão sobre as razões de sua intensificação na modernidade, além de introduzir alguns conceitos importantes para os estudos sobre migração. Em seguida, a fim de conhecer um pouco do contexto e dos trajetos migratórios dos imigrantes bolivianos antes de sua chegada ao Brasil, mostrei o percurso histórico das migrações na Bolívia, tanto internacionalmente quanto internamente, descrevendo, por último, o paralelo particular entre El Alto e São Paulo traçado por Xavier.

2.3. Chegando a um novo lugar: os imigrantes bolivianos em São Paulo

A vinda dos bolivianos ao Brasil está marcada pelo sonho de uma vida melhor (GONÇALVES, 2019; SILVA, 2006). Ao chegar aqui, no entanto, encontram-se afastados de sua cultura e de seus familiares, e se deparam, eles também, com muitos “outros”: outro lugar, outras pessoas, outros hábitos, outras leis e mais tantos “outros”. Eles próprios se tornam também outros, pois, uma vez aqui, passam a ser diferentes. São estranhos em uma terra estranha.

A seguir, trataremos mais especificamente da migração boliviana para São Paulo, retomando, primeiramente, um pouco do contexto brasileiro e da cidade de São Paulo como receptores de imigrantes.

2.3.1. O contexto brasileiro

A história do Brasil se confunde, desde o ano 1500, com a história da imigração no país. Vieram primeiro os portugueses, em seguida os africanos escravizados, depois europeus, asiáticos e tantos outros que hoje constituem a identidade de um país miscigenado. Entre o fim do século XIX e o início do século XX, o país recebeu mais de 3,8 milhões de pessoas (MAGALHÃES, 2010, p.38).

Segundo Patarra (2005), no entanto, o número de imigrantes adentrando o país passa a cair a partir da década de 1980 com a implementação da lei nº 6.815, de 19 de agosto de 1980. O regime político de exceção, que vigorava no país desde 1964, considerava a entrada de imigrantes como uma questão de segurança nacional e, desta forma, elaborou uma legislação mais restritiva. A lei criou o Conselho Nacional de Imigração (CNI), presidido pelo Ministério do Trabalho, que, através de suas resoluções, privilegiava a imigração “sob o ponto de vista de tecnologia, investimento de capital estrangeiro, reunião familiar, atividades de assistência, trabalho especializado e desenvolvimento científico, acadêmico e cultural” (PATARRA, 2005, p. 362).

Ferreti (2002, p. 139 apud PATARRA, 2005) afirma que:

É comum a assertiva de que o Brasil é um país aberto aos estrangeiros, como poucos no mundo, onde se prevalece a tolerância e o espírito de acolhida, que tantas boas-vindas deram aos antepassados de muitos brasileiros, que vieram trazendo na bagagem seu esforço para ajudar a construir essa nação [...]. Essa concepção, no entanto, é tão inverídica hoje quanto foi no passado. O País da tolerância nunca passou de um mito, como o do paraíso racial. Infelizmente, o migrante foi e é ainda objeto de condutas que violam os direitos fundamentais.

Em novembro de 2017, entrou em vigor a lei nº 13.445, de 24 de maio de 2017, que retira do imigrante o rótulo de ameaça aos interesses nacionais e à segurança pública e o eleva à condição de um ser humano pleno de direitos contrabalançados por obrigações civis, penais e tributárias. A nova lei foi elaborada ao longo de anos com ampla participação da sociedade civil e de instituições internacionais e é considerada um grande avanço em relação à lei anterior. Entretanto, o decreto de regulamentação (Decreto 9.199/2017) vem sendo alvo de críticas por parte de especialistas, parlamentares e organizações internacionais, uma vez que foi elaborado com apenas uma audiência sobre o tema e em alguns pontos parece contradizer o que está previsto na nova lei. Além disso, antes da aprovação da nova lei, o presidente Michel Temer vetou 18 trechos do texto, sendo um deles o que se referia à livre circulação de indígenas e populações tradicionais entre fronteiras em terras tradicionalmente ocupadas; e outro, à anistia a imigrantes que chegaram ao país até 6 de julho de 2016 e que fizeram o pedido até um ano após o início de vigência da lei. A Defensoria Pública da União apresentou um recurso pedindo 47 modificações do texto do decreto; até julho de 2019, foram feitas dez inclusões e oito alterações de redação, modificando um total de seis parágrafos.

A publicação do decreto demonstrava uma inclinação do governo de Michel Temer – que assumiu em definitivo o cargo em 31 de agosto de 2016¹², quando o texto da nova lei já estava quase pronto – de manter políticas mais austeras em relação à imigração. Em junho de 2016, ainda como presidente interino, Temer já havia cancelado negociações com a Europa para a vinda de refugiados sírios, o que, segundo entrevistados da BBC Brasil, seguia uma nova – e mais restritiva – postura do governo quanto à recepção de estrangeiros e à segurança das fronteiras¹³. Ao fim de 2018, Jair Bolsonaro, já como presidente eleito, criticou a nova Lei de Migração de 2017, afirmando que “não queremos este tipo de gente aqui” e que a lei “transformou o Brasil em um país sem fronteiras”¹⁴, já anunciando que as políticas imigratórias se endureceriam ainda mais. A visão do atual presidente sobre os imigrantes já era bem conhecida. Em 2015, ainda como deputado, Bolsonaro havia se referido aos imigrantes como “a escória do mundo”¹⁵.

Em 10 de dezembro de 2018, ainda sob o governo Temer, o Brasil assinou o Pacto Global para Migração da Organização das Nações Unidas (ONU), que estabelece diretrizes para o acolhimento de imigrantes sem caráter vinculativo, ou seja, sem estabelecer obrigatoriedades ou sanções. O pacto visa à coleta e ao compartilhamento de dados entre os países signatários, assim como estabelecer e aperfeiçoar mecanismos e políticas públicas para proteger e regular a migração. Os signatários se comprometeriam, por exemplo, a não vincular a garantia de direitos a nacionalidades e a adotar restrições à imigração apenas como último recurso¹⁶. Entretanto, dias após assumir o cargo de presidente da república, Jair Bolsonaro anunciou que o Brasil se retiraria do pacto, afirmando que o país precisa de soberania nas ações em relação à imigração.

Esse panorama nos ajuda a entender um pouco da história e das tensões que permeiam a chegada de imigrantes no país. Uma das maiores dificuldades apontadas

¹² Em decorrência de um processo de impeachment que depôs a presidenta Dilma e impôs uma brusca mudança na filosofia de governo.

¹³ <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-36556393>

¹⁴ <https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2018/12/12/bolsonaro-critica-lei-migracao-certo-tipo-de-gente-dentro-de-casa.htm>

¹⁵ <https://exame.abril.com.br/brasil/bolsonaro-chama-refugiados-de-escoria-do-mundo/> e <https://www.jornalopcao.com.br/ultimas-noticias/bolsonaro-ve-imigrantes-como-ameaca-e-chama-refugiados-de-a-escoria-do-mundo-46043/>

¹⁶ <https://www.brasildefato.com.br/2019/01/08/o-que-e-o-pacto-global-para-migracao-que-bolsonaro-quer-abandonar/> e <https://vestibular.uol.com.br/resumo-das-disciplinas/atualidades/migracoes--governo-de-bolsonaro-abandona-pacto-mundial-das-migracoes-da-onu.htm>

pelos estudiosos da imigração é a dificuldade de obter dados precisos sobre o número de imigrantes, uma vez que muitos deles estão em situação irregular e, deste modo, além de não possuírem nenhuma forma de registro, podem se sentir inibidos a prestar informação (IBGE, 2011).

Segundo os dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), no entanto, o número de imigrantes estrangeiros no país vem caindo desde a década de 1980. De acordo com os dados apresentados pelo instituto, em 1970 a população estrangeira era de 1.229.128, caindo para 912.848 em 1980 e, subsequentemente, para 767.781 em 1991, 651.226 em 2000 e 562.569 em 2010 (IBGE, 2012; PATARRA, 2005). Ao mesmo tempo, o número de brasileiros que emigraram para outros países, no mesmo período, apresentou um alto índice de crescimento, sendo que, em meados dos anos 1990, cerca de 1,5 milhão de brasileiros viviam no exterior, superando o número de imigrantes. O principal destino dos brasileiros seriam os Estados Unidos, seguidos por Japão, Paraguai e alguns países da Europa (PATARRA; BAENINGER, 2006). O censo de 2010, no entanto, mostra um grande retorno de brasileiros que residiam no exterior, compondo 65% dos imigrantes que chegaram ao país desde 2005 (OLIVEIRA, 2013).

Apesar da diminuição do número de estrangeiros vindos para o Brasil a partir da década de 1980, segundo Sala e Carvalho (2008, p. 287), o número de imigrantes vindos do Cone Sul aumentou de 102.757 para 118.612 entre os anos de 1991 e 2000. Neste momento, argentinos, bolivianos, chilenos, paraguaios e uruguaios estavam entre as nacionalidades que apresentavam maior número de estrangeiros no país.

Ao fazer uma análise dos fluxos migratórios na América Latina e Caribe, Baeninger (2012, p. 15) caracteriza os fluxos entre o Brasil e os países da região da seguinte forma:

- a) com a Argentina, evasão decrescente; mobilidade de mão de obra qualificada entre as metrópoles
- b) com o Paraguai, evasão decrescente; incremento da imigração paraguaia para o Brasil
- c) com a Bolívia, recepção crescente, incluindo-se intensa circulação entre os espaços da migração na origem e no destino
- d) com o Chile, recepção crescente de mão-de-obra qualificada
- e) com o Peru, Uruguai e Colômbia incremento na imigração
- f) com a Venezuela, intensa mobilidade fronteiriça.

Ainda de acordo com Baeninger (2005), segundo o censo de 2000, dos 20.388 bolivianos no país naquele momento, apenas 10% haviam chegado antes dos anos 1960 (2.658), marcando a importância crescente deste movimento migratório nos anos mais recentes.

2.3.2. Caracterizando o fluxo Bolívia-Brasil

Apesar de a imigração boliviana ser mais significativa a partir dos anos 1980, este não constitui um fenômeno recente. Nas estatísticas do século XX, disponibilizadas pelo IBGE, encontramos registros de entrada de bolivianos no país desde o ano de 1935, ainda que o número não seja de qualquer forma expressivo. Neste primeiro momento, os movimentos se restringiam às zonas fronteiriças, ganhando maior amplitude com o passar do tempo, atingindo as regiões de São Paulo (SP), Rio de Janeiro (RJ), Campo Grande (MS), Belo Horizonte (MG) e Curitiba (PR) (MAGALHÃES, 2010; XAVIER, 2012).

Os anos 1950 têm sido considerados na literatura sobre o tema como o início de uma migração mais estruturada da Bolívia para o Brasil (SILVA, 2006, 2012; XAVIER, 2010, 2012), estimulada por um acordo bilateral de intercâmbio cultural que favorecia a entrada de estudantes no país. Segundo os dados do censo (estatísticas do séc. XX), entre 1948 e 1951 entraram no Brasil 228 imigrantes bolivianos permanentes e 829 temporários. Na década seguinte, este número cai, sendo registrada a entrada de 104 bolivianos em 1961. Entretanto, segundo os dados do Centro Latinoamericano y Caribeño de Demografía (CELADE), em 1960 havia 8.049 bolivianos residentes no Brasil (CELADE, 2008). Além disso, ao analisar os dados do Censo demográfico 2000, Xavier (2010) nota que 1.893 (de um total de 20.387 recenseados em 2000) dos bolivianos residentes no Brasil naquele ano haviam chegado ao país entre 1950 e 1960.

Tabela 1 – Imigrantes residentes no Brasil segundo país de nascimento

País de Nascimento	1960	1970	1980	1991	2001	2010
Bolívia	8 049	10 712	12 980	15 691	20 398	38 816
Argentina	15 877	17 213	26 633	25 468	27 531	29 067
Paraguai	17 748	20 025	17 560	19 018	28 822	39 251
Uruguai	11 390	13 582	21 238	22 143	24 740	24 048
Chile	1 458	1 900	17 830	20 437	17 131	15 432
Peru	2 487	2 410	3 789	5 833	10 814	15 020

Fonte: CELADE, 2006/ IMILA – CEPAL.

A partir dos dados do CELADE (Tabela 1) é possível perceber como o número de bolivianos residentes no Brasil foi aumentando progressivamente e, não obstante o grande aumento demonstrado na última década, outros órgãos estimam uma população ainda maior. É importante notar também que, apesar do aumento gradativo, os fluxos parecem adquirir outras características a partir da década de 1980. Se, neste primeiro momento, estimulado pelo acordo bilateral, o fluxo era constituído por imigrantes com alto grau de instrução, a partir de 1980, ele passa a ser caracterizado por imigrantes jovens, de ambos os sexos, com menos instrução e que se dirigem prioritariamente a São Paulo, buscando trabalho nas oficinas de costura (SILVA, 2006).

Segundo Souchaud (SOUCHAUD, 2010, p. 3), a imigração boliviana “caracteriza-se por uma forte concentração em poucos lugares, distantes e diferenciados” e orienta-se quase exclusivamente para as cidades. Ou seja, privilegia poucas cidades, que, no entanto, estão espalhadas pelo território. Em 2000, 50,1% da população boliviana no Brasil se encontrava no estado de São Paulo, 11,5% em Rondônia e 9,2% no Mato Grosso do Sul (SALA; CARVALHO, 2008). Neste período, 38% desta população firmava residência na cidade de São Paulo, aumentando para 44% se considerarmos a Região Metropolitana de São Paulo (Mapa 2).

Mapa 2 – Brasil. Localização da população nascida na Bolívia segundo município de residência em 2000

Fonte: Souchaud, 2010 apud Xavier, 2010.

De acordo com o censo de 2010, dos 20.373 bolivianos que viviam há menos de 10 anos ininterruptamente em alguma Unidade da Federação em 2010, 17.026 (83,6% do total) residiam no estado de São Paulo e, destes, 14.327 (70,3% do total) no município de São Paulo. Os dados da Tabela 2 também parecem corroborar a tese de Souchaud de que existe um fluxo espalhado pelo território, porém concentrado em poucas cidades, sendo que o número de imigrantes que se fixaram no município de São Paulo corresponde a 84% do total geral de imigrantes daquele estado; os que se fixaram em Manaus, a 92% do total geral do estado. Apenas no estado do Mato Grosso ocorre que a soma das três cidades que receberam maior número de imigrantes no período chega a apenas 63,4% do total do estado. De acordo com os dados do Censo 2010, os imigrantes bolivianos se dirigiram a 28 diferentes cidades dentro do estado do Mato Grosso, número que só é menor do que o do estado de São Paulo, onde os imigrantes se dirigiram para 42 cidades. Apesar do número alto de cidades-destino no estado de São Paulo, uma grande concentração está na capital, o que não ocorre no Mato Grosso.

Tabela 2 – Bolivianos que residiam há menos de 10 anos ininterruptos na Unidade da Federação no Censo 2010 (Pessoas)

Localidade	Pessoas por localidade	% do total de imigrantes	% do total de imigrantes por estado
Brasil	20373	100,0	
São Paulo	17026	83,6	
São Paulo (SP)	14327	70,3	84,1
Guarulhos (SP)*	959	4,7	5,6
Carapicuíba (SP)*	266	1,3	1,6
Osasco (SP)*	175	0,9	1,0
Barueri (SP)*	78	0,4	0,5
Rondônia	721	3,5	
Guajará-Mirim (RO)	353	1,7	49,0
Porto Velho (RO)	201	1,0	27,9
Mato Grosso	538	2,6	
Cáceres (MT)	196	1,0	36,4
Vila Bela da Santíssima Trindade (MT)	86	0,4	16,0
Rondonópolis (MT)	59	0,3	11,0
Mato Grosso do Sul	495	2,4	
Corumbá (MS)	388	1,9	78,4
Campo Grande (MS)	61	0,3	12,3
Rio de Janeiro	404	2,0	
Rio de Janeiro (RJ)	209	1,0	51,7
São Gonçalo (RJ)	111	0,5	27,5
Acre	258	1,3	
Epitaciolândia (AC)	168	0,8	65,1
Rio Branco (AC)	43	0,2	16,7
Amazonas	130	0,6	
Manaus (AM)	120	0,6	92,3

Fonte: Censo 2010 (Dados da Amostra), elaboração própria.

*Município que faz parte da Região Metropolitana de São Paulo (RMSP).

Os dados do Censo 2010 parecem então estar de acordo com os encontrados em estudos sobre o Censo 2000 (MAGALHÃES, 2010; SALA; CARVALHO, 2008; SOUCHAUD, 2010; XAVIER, 2010), demonstrando que a cidade de São Paulo

continua sendo o local de maior destino desta população. Segundo o site da Prefeitura de São Paulo, de acordo com a Polícia Federal, em 2015 foram registrados 4.744 novos bolivianos da cidade e, em 2016, 4.280. Em relação ao número total de imigrantes bolivianos no Brasil, os dados apresentados pela prefeitura apontam 88.939 bolivianos registrados no Brasil em outubro de 2015, sendo que, destes, 64.740 estariam no município de São Paulo. Estes números também confirmam a alta porcentagem desta população na cidade, com um índice de 72,79%.

2.3.3. Os imigrantes bolivianos em São Paulo

Melany: Minha mãe, a maioria dos bolivianos eles trabalham em costura. A maioria. E a maioria vem aqui no Brasil porque aqui tem mais oportunidade de eles ter mais trabalho, porque lá em Bolívia eles não têm tantas coisas.

A fala de Melany acima expressa bem algo que é consenso dentro dos estudos sobre a população boliviana em São Paulo: o fato de que o fluxo migratório se constrói principalmente pela atração do trabalho nas oficinas de costura. Este fato se faz importante, pois parece determinar não só a atividade econômica desenvolvida na cidade, mas também as relações que estabelecem e sua distribuição territorial, como veremos a seguir.

Na década de 1990, a população boliviana que aqui chegava ocupava principalmente as áreas centrais, como Brás, Bom Retiro, Pari, Barra Funda, Belém, Mooca, entre outros bairros (SILVA, 2006; SOUCHAUD, 2010). Bairros estes que, historicamente, receberam diversos grupos de imigrantes, como japoneses, italianos, coreanos e armênios. Entretanto, a imigração boliviana parece não corresponder aos padrões migratórios observados em outros grupos minoritários com a formação de enclaves étnicos (SOUCHAUD, 2012; VIDAL, 2012) e diversos estudos nos mostram como os bolivianos ocupam hoje diversas regiões da cidade (SOUCHAUD, 2010; XAVIER, 2010, 2012).

Segundo Souchaud (2010), de acordo com o censo 2000, 19,5% dos bolivianos habitavam os bairros Bom Retiro, Belém, Pari e Brás. Ele aponta também diferentes fluxos de ocupação direcionados a outras zonas da cidade (Mapa 3). Xavier (2010, 2012), em sua detalhada análise sobre a ocupação dos bolivianos na Região Metropolitana de São Paulo (RMSP), aponta que, de acordo com o mesmo censo,

26,4% dos bolivianos estavam nos distritos da zona norte e 19,6% na zona leste, chegando até o município de Guarulhos.

Para ela, uma primeira observação poderia nos levar a inferir um padrão de acessão à propriedade nas áreas periféricas. Porém, os dados revelam que a concentração nas zonas Norte e Leste é maior nas coortes que chegaram à cidade há menos tempo – apesar de haver bolivianos nessas áreas desde 1970 –, sem que, no entanto, o centro perca sua importância. No entanto, esta observação a faz questionar a ideia do centro como principal lugar de chegada dos imigrantes, levando-a a afirmar a ocorrência de um processo de dupla alocação centro-periferia.

Mapa 3 – Distribuição da população nascida na Bolívia residente na Região Metropolitana de São Paulo (RMSP) em 2000 (áreas de ponderação).

Fonte: Souchaud, 2010

As famílias que participaram deste estudo ocupam a região central, a Zona Leste e a Zona Norte da cidade, como descrito pela literatura. Samuel mora no bairro do Bom Retiro, assim como a avó de Gabriel. Já Gabriel reside na Zona Leste, no bairro Jardim Brasil, e Melany, na Casa Verde, na Zona Norte da cidade. (Mapa 4).

Mapa 4 – Bairros de residência.

Fonte: Google Maps

As mudanças econômicas ocorridas na RMSP aparecem como um cenário importante para que possamos entender esse processo de ocupação. Entre os anos 1977 e 1999, ocorreu a passagem de uma economia predominantemente industrial para uma economia de serviços, sendo que, se nos anos 1970 São Paulo representava metade da força industrial do estado, em 1991 essa proporção cai para um terço. De forma oposta, o setor de serviços demonstrou um aumento de 37% a 51% (SOUCHAUD, 2012; XAVIER, 2012).

Em meio a este processo de reestruturação econômica, as indústrias de confecção passaram por algumas transformações no que diz respeito à modernização, mão de obra e deslocamento. Desta forma, as grandes plantas industriais dos bairros centrais da cidade vão perdendo tamanho, e a costura passa a ser terceirizada em oficinas de pequeno e médio porte, que passam a ocupar as áreas periféricas com o intuito de reduzir seus custos de produção (SILVA, 2008; SOUCHAUD, 2012; XAVIER, 2012). Segundo Xavier (2012), as áreas ocupadas pelas novas oficinas coincidem com as ocupadas pelos bolivianos, ainda que estes não constituam a principal mão de obra da indústria.

Neste sentido, a autora ressalta que parece se estabelecer uma relação forte entre local de trabalho e local de moradia para os trabalhadores das indústrias de confecção. No caso das habitações centrais, confirma-se pelo fato de muitos bolivianos morarem e trabalharem no mesmo local – uma forma fácil de solucionar a questão da moradia para aqueles que estão chegando e que também se torna mais rentável para o empregador.

Além do mais, ao refletir sobre as motivações de estabelecimento nas duas diferentes áreas (centro e periferia), a autora indica que no centro há uma proximidade com produtores de linhas, tecidos, locais de corte e lojas onde se vendem e consertam máquinas de costura. Além disso, os espaços de convivência e sociabilidade dos bolivianos se concentram nas regiões centrais (Praça Kantuta e Rua Coimbra) e se apresentam em sua pesquisa como motivações de escolha do local de residência, assim como a proximidade com o metrô e a infraestrutura. Ela nota, no entanto, que estes mesmos fatores contribuem para o aumento do valor do aluguel e, subsequentemente, das ocupações precárias, como cortiços e ocupações.

Em relação à ocupação das zonas Norte e Leste, além do fato de ela acompanhar o nascimento das oficinas de costura, como vimos antes, a autora destaca a busca por aluguéis mais baixos e a possibilidade de aquisição de imóveis como fatores que a impulsionaram. Segundo ela, na Zona Leste, 34% dos imóveis ocupados por bolivianos são próprios e quitados. Já na Zona Norte, a porcentagem é de 34,9%. Por último, ela ressalta que, diferentemente do que foi observado em relação às ocupações bolivianas na área central, nas áreas periféricas as redes de parentesco parecem exercer um papel determinante na escolha do local de moradia.

Em conformidade com estes estudos, observa-se que a avó de Gabriel, que veio para São Paulo na metade da década de 1980, está situada na região central. Sua filha, entretanto, casada com um boliviano que veio para cá há apenas 11 anos, mora na Zona Leste. Já a família de Melany, que está no Brasil há oito anos, reside na Zona Norte. Além disso, tanto Gabriel quanto Melany declararam ter uma oficina de costura em suas casas, onde seus pais trabalham, o que pode demonstrar uma relação com a disponibilidade de materiais de costura, como também com o menor valor dos aluguéis, como descrito acima.

As relações de parentesco e compadrio são destacadas por vários autores como um fator importante para as migrações bolivianas para São Paulo, como vimos anteriormente. De um lado isso pode significar um projeto migratório coletivo, sendo tanto um projeto familiar – ou seja, baseado na busca por melhores condições de vida, o

que implicaria a vinda de um núcleo familiar (pai, mãe, filhos) – quanto uma estratégia de manutenção e reprodução da cultura dos locais de origem (FREITAS, 2009). Neste sentido, alguns autores destacam também, como uma hipótese de projetos mais coletivos, o fato de os imigrantes bolivianos na RMSP serem predominantemente Aimaras, cultura bastante pautada por trocas e ajudas mútuas e uma estrutura de produção baseada no compadrio – apesar de Lasevitz afirmar ter havido algumas mudanças nessas formas de relação nos anos 1980, por questões econômicas (SIMÕES LASEVITZ, 2014; XAVIER, 2010).

Por outro lado, Silva (1999) aponta como essas relações de compadrio muitas vezes adquirem um caráter ambíguo, uma vez que são usadas também para facilitar a exploração da mão de obra dos conterrâneos. Segundo ele, com a terceirização do trabalho nas oficinas de costura coreanas, os bolivianos foram incumbidos por seus patrões de contratar outros bolivianos para o trabalho, fazendo com que muitos ativassem suas redes de contatos na Bolívia, prometendo-lhes boas condições de trabalho (incluindo casa e comida), o que muitas vezes não era cumprido quando chegavam. Além disso, esse “favor” produziu uma relação de dívida e dependência, que, juntamente com a precariedade das relações trabalhistas nas oficinas, e pelo fato de muitos deles entrarem no país sem documentação, possibilita uma grande exploração destes trabalhadores.

Glória, mãe de Gabriel, relata que, quando sua mãe veio para cá, na metade da década de 1980, seu intuito era juntar dinheiro para retornar à Bolívia e abrir um salão de cabeleireiro. Porém, ela não podia sair na rua, pois lhe diziam que, se saísse, a polícia iria levá-los de volta para a Bolívia, pois não tinham permissão para ficar no Brasil.

Essa precariedade, segundo Silva, faz com que os vínculos sejam rompidos pelos costureiros, levando a grande rotatividade de mão de obra, e se busque ainda mais trabalhadores na Bolívia. E ainda, na medida em que alcançam o sonho de ter sua própria oficina, acabam reproduzindo o mesmo esquema de exploração (SILVA, 2012).

Melany, ao descrever sua casa, fala sobre o funcionamento da oficina de costura e descreve a relação entre sua mãe e aqueles que trabalham para ela, evidenciando o processo de terceirização, os acordos de moradia e a rotatividade dos trabalhadores:

Julia: O que tem dentro da sua casa?

Melany: A oficina, três quartos, que... a minha mãe conseguiu agora um trabalhador, ainda bem porque ela como ela se separou do meu pai ela não tem agora mais trabalhadores e aí os trabalhadores também... a moça que trabalhava com a minha mãe, acabou machucando o braço. E aí o marido

dela foi levar pra Bolívia. E aí a minha mãe disse pra eles que o frio na Bolívia ia causar mais dor, aí ela tinha razão. Aí como eles tão ainda na Bolívia ela vai falar pra eles recolher todas as coisas e... aí a gente, a gente tem bastante trabalhador. Dois casais. E bastante máquina, então dá pra todos. E eu não vou ter que mais ajudar a minha mãe. Eu me cansava bastante.

Julia: Você tava ajudando ela a costurar?

Melany: Eu só costuro numa coisa, que é como se fosse fazer uma linha, grossa. Eu costuro e... pronto. Aí ela só tem que fazer... Mas ajudava a emborcar... nada mais

Em contrapartida, o laço de parentesco pode significar, também, como afirma Lasevitz (2014), uma forma de inserir-se socialmente após a chegada a São Paulo. Além disso, os lugares de convivência, como a praça Kantuta, a Rua Coimbra e o Memorial da América Latina, também constituem uma forma de inserção social e reprodução da cultura no local, assim como buscam criar um canal de diálogo com o contexto local.

Rocío, mãe de Melany, diz ter vindo para o Brasil a passeio, pois tinha primos que moravam aqui. Apesar de ter vindo direto para São Paulo, seu sonho era conhecer o Rio de Janeiro, mas nunca chegou até lá. Quando veio para cá não sabia nada sobre a cidade, mas acabou gostando e ficando por aqui. Este é o único relato de ligações de parentesco diretas que encontrei ao longo da pesquisa. Apesar disso, Melany e Samuel, por diversas vezes referiram-se uns aos outros como primos, apesar de não o serem, e em seus relatos muitos ‘tios’ aparecem, declarando a relação de compadrio estabelecida entre as famílias.

Em uma de minhas visitas à praça, Gabriel conseguiu entrar em um dos brinquedos infláveis sem precisar pagar, o que gerou uma discussão entre as crianças que explicita bem as relações estabelecidas.

Melany: Como você entrou lá?

Gabriel: Porque aquele dono que fica lá é meu tio.

Melany: A gente tem amigos também. A gente sempre ia para brinquedos, alguma coisa de alguma barraca e eles viraram nossos amigos. A gente chama eles de tio e tia.

Julia: E vocês se conhecem da onde, você e o Samuel?

Melany: Ah, é que a minha mãe, ela foi comer em algum lugar porque ela tava buscando trabalho, e aí ela foi e conheceu a mãe do Samuel, aí a gente virou amigos.

Samuel: A gente não virou amigos, a gente virou primos!

Melany: Todo mundo acha que a gente é primos, então a gente se acostumou e agora a gente é primos.

Por outro lado, em outra circunstância, Melany declara a fragilidade dessas relações. Em um dos encontros, eu havia comentado com ela que achava que eles não viriam à feira naquele dia, pois tinham demorado muito a aparecer, ao que ela responde:

Melany: Não, eu sempre venho, porque eu não quero ficar longe da minha mãe, eu tenho medo. É que eu não sou muito carismática com o Samuel e a família dele. Eu sinto um pouco de... eu tô um pouco incômoda. É que não são meus tios, são os amigos da minha mãe do trabalho. Então não são meus tios, são como amigos, aí eu tenho um pouco assim... não quero ficar com eles, aí com meus tios eu fico tranquila.

Apesar dessa última declaração de Melany, na primeira passagem é possível notar como para além do parentesco consanguíneo, parece existir um laço identitário e de mútua ajuda tão forte entre eles que esta relação acaba sendo representada sobre o signo da relação familiar. Além disso, essa denominação pode revelar uma tentativa de suprir a falta do círculo familiar próximo, como proposto por Gonçalves (2019).

Outro aspecto importante deste cenário migratório destacado por Silva (2012), é o desafio daqueles que migram de lidar com uma dupla pertença, vivendo em um contexto sem ser considerado parte dele ou voltar para o lugar de origem sem nunca ter regressado verdadeiramente.

Das famílias entrevistadas, Glória veio ao Brasil com poucos meses de idade, ainda na década de 1980, junto com sua mãe. Já seu marido veio de Santa Cruz de La Sierra há pouco mais de dez anos, como mencionado acima. Segundo ela, sente-se mais boliviana do que brasileira, pois vive e convive com bolivianos. Apesar disso, não tem vontade de regressar à Bolívia, e diz que só trabalha na praça por conta de sua mãe, que gosta muito de cozinhar e servir a comida boliviana. Já ela pretende terminar a faculdade que começou e trabalhar com Direito. Seu marido, no entanto, que está aqui há menos tempo, gostaria de retornar à Bolívia.

Similarmente, Rocío, que veio há oito anos, apesar de dizer que gosta muito daqui e elogiar algumas condições de vida, como os meios de transporte, pretende voltar à Bolívia dentro de dois anos para estar perto da família. Sua vontade é abrir algum negócio por lá.

Pelos exemplos aqui descritos, parece que há um desejo por parte dos entrevistados que vieram para cá há menos tempo de regressar à Bolívia, mostrando uma identificação maior com o local. Já aquela que cresceu no Brasil, apesar de se identificar como boliviana, diz pertencer ao Brasil, rejeitando a proposta de viver na Bolívia.

Esta questão da dupla pertença aparece também nas falas das crianças, como explorarei mais a fundo na próxima seção.

2.4. “Eu nasci aqui, mas eu tenho sangue de boliviano” – questões de pertencimento e identidade para as crianças imigrantes

Até aqui vimos brevemente questões que giram em torno das migrações internacionais e dos percursos que fizeram os bolivianos até chegarem a São Paulo, as motivações que os trouxeram e um pouco de sua inserção na metrópole, seja espacialmente, seja culturalmente. Porém, falamos de bolivianos em termos gerais e deixamos um pouco de lado as questões que dizem respeito às crianças. A partir de agora, retomamos então a nossa busca por entender as questões que lhes tange dentro de toda essa trajetória.

A escolha¹⁷ de migrar é uma escolha dos adultos. Entretanto, não são apenas adultos que realizam esta viagem para fazer duma nova cidade a sua casa. Qual será o papel que as crianças ocupam nessas migrações? Como será para elas chegar nesse novo lugar? A relação com a cultura, com o espaço? Qual é a identidade que constroem em meio a duas culturas?

Apesar de a escolha da migração ser dos adultos, Orellana et al. (2001) afirmam que, em muitos estudos sobre migração, as crianças, assim como as mulheres, são tratadas como bagagem, como quando dizem que os homens mandaram buscar suas famílias. Segundo eles, a literatura feminista se encarregou de deslocar a mulher para uma presença conceitual mais ativa, mas o papel das crianças nessa jornada continua sendo, frequentemente, ignorado. Para eles, diversas formas de migração são influenciadas pela relação entre adultos e crianças em uma família, que pode, por exemplo, colocar o bem-estar das crianças como uma grande motivação para a imigração, seja ela familiar ou individual. Além disso, a visão das crianças como dependentes dos adultos nestes processos é questionada. Como exemplo, eles destacam crianças coreanas que são mandadas para estudar nos Estados Unidos, podendo representar uma mudança econômica para a família futuramente, ou mesmo as cerca de 15 mil crianças cubanas que chegaram aos Estados Unidos sozinhas entre 1959 e 1962. Samantha Punch (2007), em seu estudo sobre jovens imigrantes bolivianos na argentina,

¹⁷ Tanto quanto se pode chamar de escolha conforme discussão apresentada no Capítulo 2.

também descreve diversas situações em que jovens de 14 a 16 anos migraram sozinhos, algumas vezes sem contar para suas famílias, em busca de melhores oportunidades de emprego. Muitas vezes esses jovens acabam mandando dinheiro para suas famílias ou retornam com o excedente algum tempo depois.

Segundo Ni Laoire et al. (2012, p. 133), ao estudar os processos migratórios, geógrafos têm notado processos de polarização e segregação entre migrantes e suas sociedades receptoras, assim como o surgimento de sociedades multiculturais. Para eles, as crianças estão na linha de frente destes processos, uma vez que têm uma vivência mais intensa do que os adultos nas sociedades receptoras, nas escolas e comunidades, e parecem desenvolver novas formas – mais flexíveis e híbridas – de identidade, expressando sentimentos complexos de pertencimento/não pertencimento.

Ao pensar sobre a integração das crianças nos países receptores, os autores propõem que pertencer a um país não é apenas se encaixar, mas também sentir uma segurança emocional e um vínculo, que os migrantes podem ou não encontrar nas sociedades receptoras. Desta forma, a identificação com o país de origem pode ser uma possibilidade para aqueles que se sentem excluídos das sociedades receptoras e que mantêm laços nos países que deixaram (idem, p. 131).

Mary Adams (2009), em seu estudo a respeito das narrativas sobre pertencimento de crianças migrantes (refugiados) na Grã-Bretanha, conversa com sete crianças de quatro diferentes origens sobre como está sua vida na Inglaterra. De acordo com ela, as narrativas das crianças giram em torno de uma perspectiva da vida como sendo muito diferente de suas vidas antes de chegarem, em locais e tempos diferentes. Suas observações se apoiam em temas como as diferenças de organização das cidades, de clima, a falta que sentem de aspectos de sua cultura, como a alimentação (segundo uma garota, apesar de encontrar os mesmos ingredientes que tinha em Zimbábue na Inglaterra, os pratos nunca saem do mesmo jeito), segurança, falta de contato com familiares, entre outros.

Além disso, segundo ela, Peter, uma das crianças participantes de seu estudo, que no início mencionava planos de um dia retornar à sua cidade natal uma vez que a paz fosse restaurada, após algum tempo indica uma situação um pouco mais complexa, quando afirma:

‘It is uncertain, very, very uncertain. Even in these months I am changed a lot, I ask myself would I settle there now? Even if the town that is my home is there now I wonder if people will know me, this is the difficult thing’ (idem, p. 164). Essa fala de

Peter demonstra a dualidade do ser migrante como proposto por Silva (2016). E, ainda, demonstra uma consciência das mudanças pelas quais passamos ao viver em um local diferente. Doris, outra criança que relatava sentir muita saudade de sua família em Zimbabwe, percebe, quando seus primos vêm visitá-la um ano depois, que naquele momento já era uma pessoa muito diferente, e descreve:

‘Everything, every little thing, from the way you spend the day, what you do in evenings, what sort of games you play, the stars [celebrities], clothes you can wear, even how you sit at a table and how you speak to your parents and who you go to with a problem it’s all so different to over there’ (ADAMS, 2009, p. 164).¹⁸

De acordo com a autora, outra criança, vinda da Somália, diz não sentir falta de nada de seu país, exceto de sua mãe, por conta das condições de vida que tinha nos campos de refugiados. Ao mesmo tempo, diz se sentir muito sozinha e não vê muita perspectiva de vida na Inglaterra, mas gosta de estar lá por se sentir segura.

Essa sensação de não se sentir pertencente ao local e à comunidade é descrita por diversas crianças, apesar de a autora notar que, em alguns casos, os familiares tinham um papel ativo em grupos locais de mesma nacionalidade, e, em outros, buscavam inserir aspectos de sua cultura no dia a dia.

Além disso, Ni Laoire et al. (2012), utilizando os estudos de den Besten, propõem que a desigualdade de acesso a espaços e lugares acarreta uma diferenciação do vínculo que as crianças estabelecem com os locais onde estão. Eles destacam, ainda, a importância de locais como os pátios dos apartamentos, que muitas vezes são vistos como não desejáveis pelos adultos, para que as crianças brinquem e convivam com outras crianças.

Em relação a esta questão de pertencimento, Magalhães (2010), em seu estudo sobre as crianças bolivianas nas escolas em São Paulo, aponta que, segundo pais e professores, muitas das crianças se identificam como brasileiras na tentativa de evitar conflitos com as crianças brasileiras. Em seus estudos aparecem diversas situações de preconceitos sofridas pelas crianças na escola. Similarmente, Silva (2014) afirma que, em sua pesquisa, muitas crianças, ao serem questionadas sobre sua nacionalidade, afirmavam ser brasileiras, mesmo tendo nascido na Bolívia. A autora atribui esta

¹⁸ Tudo, cada pequena coisa, desde a maneira como você passa o dia, o que você faz à noite, que tipo de jogos você joga, as estrelas [celebridades], as roupas que você pode vestir, até mesmo como você se senta à mesa e como fala com seus pais e a quem decide expor um problema, tudo é muito diferente de lá (tradução nossa).

declaração ao fato de elas reconhecerem uma ideia de inferioridade do ser boliviano na sociedade brasileira.

Por outro lado, na pesquisa de Magalhães (2010), no relato de uma garota de 17 anos, aparece a dupla identificação, em que ela afirma que se identifica com os dois grupos e conta como transita bem entre eles, ao mesmo tempo que parece ser reconhecida pelos brasileiros como diferente dos outros bolivianos e relatar que algumas vezes os bolivianos lhe perguntam se seus pais são brasileiros.

Ao falar sobre imigração, Renato Seixas (2017, p. 257) afirma que

Não importa de que espécie de migração se trate, o fato é que ela implica em questionamentos sobre a própria identidade cultural do migrante. A identidade cultural só passa a ser um problema para alguém quando é confrontada com o repertório cultural identitário de outra pessoa, grupo social, nação, país ou civilização. Alguém sabe quem é ao constatar quem não é.

O autor propõe a ideia de migração simbólica, segundo a qual um grupo se forma a partir de seus símbolos comuns e dos significados atribuídos a eles dentro de um determinado contexto (signos). “Em essência, o signo representa o sentido, o valor, a “significação” que o grupo social atribui a certo fenômeno da vida” (idem, p. 260). Segundo ele, é a partir deste repertório simbólico e de seus significados que se pode dizer se pertencemos ou não a uma mesma comunidade.

Para ele, migração, para além de um deslocamento espacial, está principalmente ligada ao encontro de outro repertório simbólico cultural, “independentemente de esse encontro resultar em situação conflitiva” (idem, p. 262). Assim, a migração simbólica é o “processo pelo qual um sujeito seleciona elementos de um dado repertório simbólico cultural para compor um imaginário (uma representação) sobre si mesmo e sobre o outro numa situação de encontro real ou idealizado” (idem, p. 262).

A partir das ideias de Bauman, ele fala de como o lugar é um elemento central na percepção das identidades. “O lugar é onde se vive, onde nascem e se desenvolvem relações afetivas, onde o cotidiano tem **sentido**, onde tem **significação** na construção da narrativa identitária” (idem, p. 265). Entretanto, com a nova fase da globalização, intensificada pelos avanços da telecomunicação, a noção de lugar passa a ser cada vez mais relativizada, e a distância entre lugares e sujeitos passa a ser cada vez menos significativa. “Por isto, fala-se desses fenômenos como causas e efeitos das crises identitárias da modernidade ou da pós-modernidade” (idem, p. 265).

Nestor Canclini, ao tratar sobre identidade, diz que não temos apenas uma identidade, e também propõe que de alguma forma ela dependeria do local e do momento em que estamos. Segundo ele, os que habitam as fronteiras, por viverem no meio, “decidem assumir todas as identidades possíveis”. Ele menciona uma entrevista com Guillermo Gómes-Peña, um mexicano editor de uma revista bilíngue, que afirma: “sou mexicano, mas também sou chicano e latino-americano. Na fronteira me chamam de ‘chilango’ ou de ‘mexiquillo’; na capital, de ‘pocho’ ou de ‘norteño’, e na Europa, de ‘sudaca’” (2015, p. 424).

O autor diz ainda que, ao estudar identidades, devemos ser cautelosos para não defini-las “mediante um processo de abstração de traços (língua, tradições, condutas estereotipadas)”, buscando, dessa forma, estabelecer identidades supostamente “puras”, ou “autênticas”, minando assim, a possibilidade de modificação cultural e política, e ignorando os processos históricos de hibridação que as formaram (idem, p. XXIII).

Segundo ele:

Já não basta dizer que não há identidades caracterizadas por essências autocontidas e a-históricas, nem entendê-las como as formas em que as comunidades se imaginam e constroem relatos sobre sua origem e desenvolvimento. Em um mundo tão fluidamente interconectado, as sedimentações identitárias organizadas em conjuntos históricos mais ou menos estáveis (etnias, nações, classes) se reestruturam em meio a conjuntos interétnicos, transclassistas e transnacionais. (idem, p. XXIII)

Deste modo, mesmo dentro de um país não há uma unidade, pois a forma como cada membro se apropria dos “repertórios heterogêneos [...] disponíveis nos circuitos transnacionais geram novos modos de segmentação” (idem). Sua crítica vai além, ao pensar nas formas como, dentro da história de movimentos identitários, os grupos hegemônicos operam seleções de elementos de diferentes épocas, “um relato que lhes dá coerência, dramaticidade e eloquência” (idem). Essas disputas de poder de referenciais culturais dentro de um determinado grupo é o que permite que Inty, um xamã que vende seus serviços de práticas espirituais na Praça Kantuta, critique seus conterrâneos, julgando-os por não valorizar o aspecto cultural que ele promove: “eles tão se lixando pro que eu faço. Divulgar a cultura deles. Eles são uns renegados. Detonados espiritualmente”.

Ao mesmo tempo, entendo que questionar a hegemonia de determinadas práticas culturais, como definidoras de uma identidade cultural generalizadora, não significa não considerá-las como sendo parte de uma determinada identidade a partir da relação que diferentes membros de um grupo estabelecem com elas.

O autor propõe, então, uma mudança do objeto de estudo – da identidade para a heterogeneidade e a hibridação cultural, ou seja, os “processos socioculturais nos quais as estruturas ou práticas discretas, que existiam de forma separada, se combinam para gerar novas estruturas, objetos e práticas” (idem, p. XIX). Esse processo pode ocorrer de modo não planejado ou ser “resultado imprevisto de processos migratórios, turísticos e de intercâmbio econômico ou comunicacional” (idem, p. XXII), porém, frequentemente, “surge da criatividade individual e coletiva” (idem).

Similarmente, Seixas (2017, p.272) afirma que antes, durante e depois de iniciar seu deslocamento, o migrante mobiliza seu repertório simbólico cultural para preparar-se para o encontro com o outro. Por meio de narrativas, constroem representações de sua própria identidade e da identidade do outro, que implicarão nas construções que farão a partir de seu encontro.

Essas duas representações não são necessariamente exatas. No entanto, o fato é que no processo de construção dessas representações os migrantes realizam ressignificações dos elementos de cada repertório cultural, a fim de conseguirem justificar para si mesmos que o movimento migratório lhes assegurará condições de produção e de reprodução individual e social. Se não tivessem essa convicção, a própria migração perderia sentido (idem, p. 274-275).

Estamos, portanto, transitando o tempo todo entre identidades individuais e coletivas, entre práticas supostamente “elementares” e as formas como os indivíduos se relacionam com elas, bem como as modificam, unindo-as ou não com outras práticas transnacionais. Canclini fala ainda da possibilidade, como mencionei acima, de transitar entre diferentes identidades, “sair e entrar da hibridez”, apropriar-se de várias culturas simultaneamente, em classes e grupos diferentes, desempenhando papéis que podem ser incompatíveis e contraditórios.

O objetivo deste trabalho não é descrever a hibridação das culturas e nem usar o termo como uma forma de análise. Para tanto, seria necessário mais tempo e outra estrutura de pesquisa. Porém, entendo que a discussão apresentada acima nos ajuda a olhar para os processos vividos pelas crianças, bem como perceber algumas das formas como essa hibridização ocorre ou não dentro das narrativas de cada um deles. Nesse sentido, tentarei buscar aqui os aspectos de identificação com as diferentes culturas dentro do discurso de cada um.

Gabriel, por exemplo, em nossa primeira conversa, me disse ter nascido na Bolívia, porém, depois de alguns encontros me esclareceu: “Eu nasci aqui, mas eu tenho sangue de boliviano [...] porque meus pais nasceram na Bolívia”. Há diversos motivos

pelos quais essa mudança de narrativa pode ter ocorrido e o fato é que ninguém pode ter nascido em dois lugares. Mas é interessante notar como o local de nascimento não parece importar aqui. Não ter nascido na Bolívia não faz dele brasileiro, pois afinal de contas seu sangue é de boliviano; ao mesmo tempo, em nenhum momento se declarou boliviano, diferentemente de Melany, que reafirma esse fato diversas vezes:

Melany: quando acaba a tinta, nós bolivianos temos uma técnica: é só raspar a caneta na sola do sapato que sai mais. Minha mãe faz isso.

Melany: lá na Bolívia a gente não desenha assim [mostra um jeito], a gente desenha assim [mostra outro]. [...] é uma forma mais rápida de desenhar [...].

Nos trechos citados acima, além de se identificar como boliviana (nós bolivianos), sua fala traz uma oposição a práticas dos brasileiros, uma técnica de fazer sair a tinta da caneta e outra de desenho, marcando novamente sua posição e valorizando essa identificação através dessas diferenças que colocam os bolivianos como mais sabidos em alguns aspectos.

Ao mesmo tempo, ao falar sobre suas visitas à Bolívia e sua mudança para lá em 2021, afirma:

Melany: Eu tinha medo de ir pra Bolívia, eu pensei que ninguém ia saber me falar, ninguém ia me entender. Mas minha tia me entende porque ela estuda faculdade também e tem projetos assim como seu. Ela investiga.

Melany: Eu... é que eu acho que na Bolívia eu não me acostumei tanto. Aqui, como eu vim com um ano e meio, aí eu acho que já estou mais acostum... aqui, por causa do sol, e lá aonde eu moro, é Santa Cruz que faz bastante calor. Às vezes faz bastante frio e eu não consigo e a água é gelada. Aqui você pode escolher a água quente, água fria, água média... que é água quente e fria.

Essa fala de Melany evidencia a diferença entre identidade e pertencimento, pois mesmo se referindo a si mesma como boliviana, declara o medo de não ser compreendida, dos diferentes costumes e até mesmo de fatores que vão além de diferenças culturais, como o clima e a temperatura da água disponível em sua casa. Apesar de se identificar como boliviana sente-se mais confortável no Brasil, pois foi onde cresceu e com o qual já está acostumada.

Portes e Rivas (2011) distinguem as crianças imigrantes e as crianças filhas de imigrantes. As primeiras nasceram no país de origem da família e imigraram junto com os pais, sendo, portanto, imigrantes de primeira geração; as segundas nasceram nos países de destino e são, assim, segunda geração. Além disso, as crianças que nasceram nos países de origem mas imigraram ainda muito pequenas, são referidas como geração 1,5, pois suas experiências se aproximam mais daquelas de segunda geração. Deste

modo, as crianças participantes desta pesquisa são da geração 1,5 e de segunda geração¹⁹.

Segundo Oliveira e Baeninger (2012), a segunda geração seria aquela que determinaria a manutenção ou não das práticas culturais maternas. Além disso, a compreensão da inserção da segunda geração na sociedade seria fundamental para entendermos os efeitos da migração em uma sociedade. E, ainda, citando Portes e Zhou (2005), elas afirmam que “a ‘nova segunda geração’ estaria vivendo um conflito de adaptação tanto de ordem cultural como social; entre a pressão dos pais para que mantenham laços fortes com a comunidade étnica e os desafios de ingressar num mundo não-familiar e frequentemente hostil” (OLIVEIRA; BAENINGER, 2012, p. 183).

Segundo Silva:

[...] crenças e tradições culturais recriadas num novo contexto, correriam o risco de se tornarem algo residual ou congeladas no tempo, ou ainda de serem vistas pela sociedade receptora como simples manifestações “folclóricas”, que pouco ou nada têm a ver com a cultura local. A recriação de práticas culturais num novo contexto, coloca, portanto, o problema da permanência e da mudança cultural, pois conteúdos culturais são colocados em “risco” pela ação dos seus agentes, numa dada conjuntura (2016, p. 68).

Há aqui uma diferença na concepção de identidade daquela proposta por Canclini, pois foca em alguns aspectos culturais como determinantes da manutenção do que se entende por cultura materna. Apesar disso, reconheço aqui que o desejo por parte de alguns adultos de que as crianças reproduzam certos aspectos que eles consideram importantes dentro de sua cultura é interessante para pensarmos, não em termos de manutenção da cultura boliviana como algo “autêntico”, mas do reconhecimento de aspectos valorizados por alguns de seus membros e as formas como as crianças se relacionam com eles.

Ernesto, um dançarino de *salay* com quem conversei na Feira Kantuta, mencionou, por exemplo, que ficava muito triste em perceber que seu sobrinho não se interessava pelas danças tradicionais que ele lutava tanto para manter. Melany, em uma de nossas conversas, também manifestou desinteresse por elas, apesar de sua mãe querer que ela aprendesse a dançar *salay*. Tanto ela quanto as outras crianças do grupo afirmaram interessar-se por outros tipos de música.

¹⁹ Estou considerando Gabriel como segunda geração, apesar de sua mãe ter vindo para o Brasil ainda muito pequena (geração 1,5) e desta forma ele poder ser considerado terceira geração.

Melany: Minha mãe quer que eu *baile* o salay, *pero* eu não quero.

Julia: Não, por quê?

Melany: Não sei, eu não gosto. Eu não gosto... é... é chato pra mim!

Julia: Do que você gosta?

Melany: Eu gosto de dançar outras coisas, mas não salay. Mas minha mãe quer que eu dance.

Julia: Por que?

Melany: Porque ela dançou, ela sabe. E minhas outras tias também, meus familiares, minhas vós, toda minha família sabe. Eu sou a única que não. Até meus primos que são pequenos ainda.

[...]

Julia: E você, Samuel, gosta de que tipo de música?

Samuel: Segredo. Na verdade eu gosto de, eu ouvi essa música. Eu já ouvi.

Melany: Eu também, só que eu não gosto. Eu gosto de ouvir músicas que são triste. Não que são triste, mas, pra me... músicas que representam imagens também bonitas, só que é músicas japonesas.

Julia: Japonesas?

Melany: E também chinesas também. Eles fazem temas bem bonitos, só que... eu assisto bastante.

Julia: Eu não conheço muito, da onde você conhece?

Melany: Não, é que eu já pesquisei um tema de música que meu tio me falava. Aí eu achei esse tema e...

Apesar de Melany afirmar que não gosta deste tipo de música, afirma conhecê-las muito bem, assim como Samuel. Além disso, é interessante notar que sua preferência musical é, segundo ela, por canções japonesas e chinesas, ou seja, nem bolivianas nem brasileiras, mas que também lhe foram indicadas por um familiar. Nesse sentido, as buscas na internet a que se refere proporcionam hoje a possibilidade de contato com uma pluralidade de músicas de diferentes locais do mundo, independentemente do local onde se está, ampliando ainda mais as possibilidades de hibridação cultural.

Anteriormente mencionei como em algumas pesquisas as crianças declaravam ser brasileiras como forma de barrar o preconceito que sofriam por serem bolivianas. Magalhães (2010), em sua pesquisa em uma escola de São Paulo, narra diversos casos de preconceito sofrido pelas crianças, e Silva (2014) menciona alguns casos em que o preconceito vem inclusive por parte dos professores. Ao longo desta pesquisa, as crianças não mencionaram ter sofrido preconceitos de nenhum tipo e pareceram

tranquilas ao se identificar como bolivianas. Por outro lado, como mencionado no Capítulo 1, presenciei na praça, junto de Gabriel, uma situação que poderia ser vista como preconceito.

Naquela ocasião, três meninas brasileiras se aproximaram do cantinho de desenho, pedindo para desenhar também. Na parede atrás de nós havia alguns aglomerados de baratas e uma delas disse “Foram os Bolívia que trouxeram as baratas”. Gabriel, continuou desenhando, sem nem olhar, mas a menina continuou: “Os Bolívia comem barata”, insistindo na provocação. Em seu discurso, estava claramente marcada a generalização e o direcionamento de suas palavras: os Bolívia. Um pouco depois, fez um desenho com nomes de países no qual escreveu “Bolívia Fede”. Enquanto isso, uma das outras meninas disse: “se eu pudesse escolher, aqui no Brasil só teriam brasileiros”. Em sua fala me pareceu haver um pouco de reprodução de falas de adultos e me perguntei se uma parte disso se daria a conflitos pela ocupação do espaço na região, pois as crianças brasileiras eram moradoras de um cortiço que se localiza bem próximo à feira.

Porém, o que me chamou a atenção nesta situação foi a reação de Gabriel e das outras crianças em relação ao fato. Diante das provocações das meninas, Gabriel se calou, continuou desenhando e conversando com elas como se nada estivesse acontecendo, falando sobre as canetinhas e discutindo com elas técnicas de pintura. Neste momento me surgiram três hipóteses para sua reação, a primeira, de que fosse uma forma de não lidar com a situação, ignorando-a como uma forma de não sentir. A segunda, de que de fato estivesse tão surpreso por nunca ter vivido uma situação como essa que não sabia como reagir. A terceira é de que ele realmente não tivesse notado a situação, ou tivesse notado como uma grosseria qualquer, que não merecesse atenção. Um pouco depois reiterei com ele que não havia gostado das coisas que elas haviam dito e perguntei se isso acontecia muito. Ele me perguntou “que coisas?” e quando retomei algumas das falas ele me disse: “é, um pouco”, deu de ombros e continuou desenhando.

Da mesma forma, quando relatei o ocorrido para Melany e Samuel e perguntei-lhes se esse tipo de coisa ocorria com eles, ambos disseram que não, assim como Gabriel. Apesar de ter dado de ombros para a minha colocação, Gabriel aproveitou esse momento para se apaziguar um pouco: “É verdade que na Bolívia comem barata?”. Com muita tranquilidade Melany e Samuel lhe disseram que não, porém Melany afirmou que os turistas comem vários tipos de coisas. Samuel disse que no Japão se

come barata e Melany completou dizendo que antes eles tiram todo o veneno. “São cozinheiros, muito expertos” e explicou uma técnica de tirar peixes do aquário e matá-los (é interessante notar aqui que, apesar de negarem com bastante convicção o fato de bolivianos comerem baratas, surge a possibilidade de o “outro”, estrangeiro, turista, o fazer).

Magalhães (2010) também conta como em sua pesquisa o preconceito ou os conflitos apareceram apenas de relance em alguns casos, mas que, com um pouco mais de conversa, pode-se perceber o quanto estavam presentes, mesmo quando os jovens não associavam atos de violência a preconceito num primeiro momento.

Da mesma forma, Melany e Ângelo relatam alguns casos de conflitos com os colegas na escola (ver subcapítulo 4.3) que a princípio não se enquadram como situações de preconceito, mas que se assemelham muito aos casos expostos por Magalhães (2010), e que os jovens em sua pesquisa atribuem ao preconceito. Assim, apesar deste tema não aparecer diretamente na fala das crianças, é possível, a partir da experiência narrada aqui e da literatura exposta, pensar que situações de preconceito estão presentes em suas vidas.

3. Contextualizando o campo: a Praça Kantuta

3.1. Os estudos da cidade e as crianças

A cidade, a rua, o espaço público, há muito vêm sendo estudados dentro das ciências sociais. Robert Park, em 1916, já afirmava que “hoje, o mundo inteiro ou vive na cidade ou está a caminho da cidade; então, se estudarmos as cidades, poderemos compreender o que se passa no mundo” (apud BECKER, 1996). Cem anos depois, a frase de Park continua a dizer sobre a forma como nos organizamos mundialmente, talvez até mais, considerando o aumento do fluxo de pessoas entre cidades e países, que é o foco deste estudo.

Naquela época, Small e Thomas, professores da Escola Sociológica de Chicago, observando os problemas advindos da rápida urbanização na cidade, e principalmente relacionados aos grandes fluxos migratórios a ela direcionados, iniciaram uma série de pesquisas na cidade. Se anteriormente a antropologia se encarregava de encontrar o outro em tribos distantes, não é surpreendente que esta aproximação da antropologia com a cidade tenha se dado a partir de questões relacionadas à migração, quando o outro se aproxima do local que habitamos.

A partir de então se desenvolvem novos estudos sobre as populações da cidade, porém sempre com um foco nas “patologias sociais”, ou nesse que é o “outro” apesar de não ser estrangeiro, levando-os a pesquisar, por exemplo, gangs e cortiços. Park também introduziu uma perspectiva ecológica para os estudos da cidade, que consistia em olhar para a forma como os diferentes grupos a ocupavam.

Outra vertente de pensamento originária dos estudos da Escola de Chicago, proposta por George Herbert Mead, tinha seu embasamento na Psicologia Social. O “interacionismo simbólico”, como foi posteriormente chamado, se opunha à ideia de agente proposta por Emile Durkheim, assumindo que a forma como o indivíduo interpreta as coisas depende dos significados que este atribui a elas, sendo estas concepções objeto central da análise sociológica. Mead trabalhava com a ideia de que a construção do *self* poderia se tornar objeto sociológico se fosse entendida pela perspectiva de que essa construção é produzida por meio da interação social. Nesse sentido, é interessante observar que esta construção pode ser modificada através do tempo, uma vez que os indivíduos podem atribuir novos significados a coisas já conhecidas à medida que avançam em sua experiência. Este foco no agente social como

intérprete da sua própria realidade se relaciona a uma perspectiva antropológica, na medida em que esta está preocupada com o “ponto de vista do nativo”. Dentro desta visão, se faz imprescindível o estudo das microrrealidades sociais e o uso de métodos que possam elucidar os significados elaborados por seus agentes em seu mundo social. Ao mesmo tempo, para Mead era importante que se buscasse uma relação entre a perspectiva individual e a macrosociológica (TEODOSIO, 2003).

Ao falar sobre a escola de Chicago, Becker (1996, p. 186) retoma essa perspectiva interacionista:

Penso que para nós, ao contrário, uma das ideias mais importantes era a de que a organização social consiste apenas em pessoas que fazem as mesmas coisas juntas, de maneira muito semelhante, durante muito tempo. Ou seja, para nós a unidade básica de estudo era a interação social, pessoas que se reúnem para fazer coisas em comum – exemplificando com um tema antropológico, para constituir uma família, para criar um sistema de parentesco. Disso decorre que um sistema de parentesco é formado pelas ações de pessoas que fazem as coisas que se supõe que parentes devam fazer, e que, enquanto o fizerem, teremos um sistema de parentesco. Quando não o fizerem mais, o sistema de parentesco se torna outra coisa. Portanto, o que nos interessava eram os modos de interação, especialmente as interações repetitivas das pessoas, modos estes que permanecem os mesmos dia após dia, semana após semana.

Esta ideia de organização social como um grupo de indivíduos que juntos fazem a mesma coisa é muito interessante para pensar a cidade, principalmente na relação que faz entre ela e o conceito de parentesco, muito tradicional na antropologia, demonstrando como essa ideia de organização social pode ser usada para explicar movimentos sociais tanto nas chamadas sociedades tribais quanto na contemporaneidade.

No sentido desta dualidade indivíduo/coletividade, Magnani (2016), dialoga com Lévi-Strauss a partir de seu texto *Tristes Trópicos*. Define a vida urbana expondo uma contradição: por um lado uma infinidade de indivíduos com sua singularidade de experiências, motivações e demandas únicas, que, por outro, apresentam similaridades e acabam por constituir padrões mais amplos de ação, tornando-os “capazes de engendrar grandes efeitos” (LÉVI-STRAUSS, 1996, p. 116).

Assim, como nas grandes cidades existe uma pluralidade de indivíduos e individualidades, já não é mais preciso ir tão longe para encontrar o “outro”, como aponta Magnani (1996). Ao mesmo tempo, seria infrutífero e, mesmo, impossível analisar cada indivíduo, tarefa que caberia, talvez, à Psicologia. Da mesma forma, dentro da imensidão da cidade, uma análise que buscasse dar conta de toda a sua

complexidade estaria fadada ao fracasso. Considerando isso e retomando a ideia de organização social exposta acima, podemos entender como o estudo de pequenos grupos dentro do espaço urbano pode nos ajudar a pensar as práticas humanas dentro da cidade.

Mais do que isso, ao retomar as ideias de Frúgoli para pensar a questão do espaço e da centralidade, Magnani (2016, p. 187) afirma que se já não é possível

projetar uma imagem de totalidade, é preciso começar por estabelecer mediações entre o nível das experiências dos atores e o de processos mais abrangentes e assim reconstituir unidades de análise em busca de regularidades, sob pena de se embarcar (e se perder) na multiplicidade dos arranjos particularizados. Daí a necessidade de contar com instrumentos que permitam uma articulação entre tais planos.

Para isso, ele sugere o uso das categorias de pedaço, mancha, trajeto, circuito e pórtico, que nos permite comparar e generalizar algumas práticas que, à primeira vista, seriam individuais, buscando, como já propunha Mead, a relação entre os indivíduos em uma perspectiva macrosociológica.

Fraya Frehse (2012), ao caracterizar os estudos sobre a rua no Brasil, afirma que os primeiros esforços eram essencialmente empíricos e apenas descritivos, e destaca a importância dos estudos de Gilberto Freyre na década de 1970 para conceituá-la como um espaço cada vez mais importante na formação social do brasileiro habitante das cidades, ainda que a casa mantivesse seu papel principal. Segundo ela, em 1979, Roberto DaMatta trazia uma nova perspectiva que se preocupava com a dimensão representacional da rua, colocando-a ao lado da casa como categoria sociológica que “poderia revelar ‘mecanismos sociológicos explícitos ou implícitos’” da sociedade brasileira como “sistema” sincrônico (DAMATTA, 1997a: 26, apud FREHSE, 2012, p. 102). Esta concepção influenciou muito a produção brasileira desde então, aparecendo em alguns trabalhos também em diálogos com autores como Michel de Certeau e Lefebvre, que trazem concepções mais teóricas do espaço²⁰. Além disso, a autora coloca uma terceira vertente, que parte da noção teórica do espaço para definir a rua, porém sem conceituá-la, colocando-a, portanto, apenas como local “*onde* a vida social transcorre” (idem).

Como mencionei anteriormente, diversos estudos sobre as crianças na cidade têm apontado para sua exclusão das ruas das cidades (SARAIVA, 2009; TONUCCI,

²⁰ A autora cita as pesquisas de José Guilherme Magnani, Carlos Santos e Arno Vogel, Maria Filomena Gregori, Rogério P. Leite, Simone M. Frangela e Fraya Frehse.

2004; ZEIHHER, 2003), e já não é de hoje a percepção de que a infância vem sendo institucionalizada (ARIÈS, 2006; QVORTRUP, 2015).

Tonucci (2004) afirma que as cidades, em seu desenvolvimento, se esqueceram da maior parte de seus cidadãos: as crianças, em primeiro lugar, mas também, mulheres, jovens e velhos. Segundo ele, muitos adultos tendem a bradar pela necessidade das crianças poderem frequentar a rua, rememorando com certa nostalgia sua própria infância. Ao mesmo tempo, afirma que a rua já não oferece as mesmas condições de antes, tendo perdido seu sentido de vizinhança, a solidariedade e a segurança. Por outro lado, a cidade teria se tornado mais rica, articulada e fascinante (idem, p. 26). Além disso, frequentar a rua seria necessário para o crescimento social e cognitivo das crianças. Segundo ele, as crianças não conseguem ver a cidade, notar suas características, tendo sua autonomia de circulação vinculada à do adulto que está sempre apressado (idem, p. 26-27).

Porém, apesar de reconhecer as questões levantadas por Tonucci, entendo que esse confinamento das crianças não pode ser generalizado, como apontado pela pesquisa de Müller (2007). Apesar de viverem na mesma cidade, as experiências das crianças ora se aproximam, ora se diferenciam e estão relacionadas aos bairros onde moram e às concepções dos adultos que as cercam “sobre perigo, responsabilidade e proteção” (idem, p. 198).

Entendo aqui, como propõe Lopes e Vasconcelos (2006, p. 110), que “toda criança é criança de um lugar” e, mais ainda, que:

Existe, portanto, uma estreita ligação entre **a vivência da infância e o local onde ela será vivida**, pois cada grupo social não só elabora dimensões culturais que tornam possível a emergência de uma subjetividade infantil relativa ao lugar, mas também designa existência de locais no espaço físico que materializa essa condição (idem, p. 112).

Isso não significa, é claro, ignorar que existem algumas questões que perpassam a vida de todas as crianças. Müller (2007) identifica, por exemplo, que a relação com a família (casa), a escola e os espaços de lazer circunscrevia a experiência de todas as crianças em sua pesquisa, tornando-se categorias importantes de análise. Entretanto, como mencionei acima, a forma como essas relações se dão pode variar.

A proposta feita por Müller de que os espaços acima constituem o princípio do vínculo das crianças com a cidade, bem como a discussão proposta por Tonucci, nos permitem refletir sobre a diferença dos espaços públicos/privados na composição da cidade. Entretanto, apesar de interessante, esta discussão não é objeto desta pesquisa e

serve aqui apenas para afirmar que qualquer espaço frequentado pelas crianças será entendido como componente desta cidade vivida e experienciada por cada uma delas.

Assim, volto à reflexão sobre sua presença no espaço público partindo das reflexões de Michel de Certeau (2008) a partir da obra de Foucault, *Vigiar e Punir: nascimento da prisão*. Segundo o autor, Foucault faz uma análise dos dispositivos do poder que atuaram redistribuindo o espaço, transformando-o em um operador de uma vigilância generalizada. Sobre essa ideia, Certeau propõe que seria mais urgente entender como a sociedade não se reduz a essa vigilância; que procedimentos utiliza para não se conformar a ela, para alterá-los. “Essas ‘maneiras de fazer’ constituem as mil práticas pelas quais usuários se reapropriam do espaço organizado pelas técnicas da produção sociocultural” (idem, p. 41).

Lefebvre (2011, p. 13) afirma, diferentemente, que na história há um paradoxo: “sociedades muito opressivas foram muito criadoras e muito ricas em obras”. Segundo ele, foi a industrialização e a passagem da opressão para a exploração que fez com que desaparecesse a capacidade de criação. De acordo com o autor, a noção de “criação” se transfigura e deturpa em uma noção de “fazer” e na “criatividade”, a ideia de “faça você mesmo”. É assim que ele apresenta sua tese de que:

a cidade e a realidade urbana dependem do valor de uso. O valor de troca e a generalização da mercadoria pela industrialização tendem a destruir, ao subordiná-las a si, a cidade e a realidade urbana, refúgios do valor de uso, embriões de uma virtual predominância e de uma revalorização do uso (idem, p. 14)

Assim, apesar de Lefebvre partir de um ponto diferente daquele de Certeau, as ideias dos dois convergem quando esses se propõem a pensar as apropriações e usos que fazemos deste espaço construído por outros.

Deste modo, mesmo a cidade ignorando meninas e meninos em sua organização, eles não deixam de fazer parte dela, entendendo-a, habitando-a e burlando-a à sua maneira.

Similarmente, Jane Jacobs, em seu livro *Morte e Vida nas Grandes Cidades*, faz uma crítica da política de urbanização dos Estados Unidos na década de 1950 (JACOBS, 2014). Para ela, a rua e, mais especificamente, as calçadas seriam locais de convivência entre os habitantes de uma cidade e de brincadeira para as crianças. Em suas palavras:

O ponto fundamental tanto do jantar comemorativo quanto da vida social nas calçadas é precisamente o fato de serem públicos. Reúnem pessoas que não

se conhecem socialmente de maneira íntima, privada, muitas vezes nem se interessam em se conhecer dessa maneira. Ninguém pode manter a casa aberta a todos numa cidade grande. Nem ninguém deseja isso. Mesmo assim, se os contatos interessantes, proveitosos e significativos entre os habitantes das cidades se limitassem à convivência na vida privada, a cidade não teria serventia (2014, p. 47).

Castro (2001) realizou uma pesquisa com crianças e jovens no Rio de Janeiro, Fortaleza e São José dos Campos, que tinha por objetivo entender a relação que estes grupos estabeleciam com as cidades. Foram realizadas oficinas em cada uma das cidades, divididas em três temas: cidade real, cidade ideal e cidade possível. No primeiro, o intuito era ouvir os jovens sobre a forma como participam da cidade e como se relacionam com os outros. No segundo, a ideia era discutir e imaginar possibilidades para a melhoria da vida na cidade. No último, o objetivo era pensar nas formas como poderiam se implicar coletiva e individualmente para que participassem de forma mais efetiva da cidade. É interessante notar como a relação com a cidade aqui é permeada pela relação com seus outros cidadãos – aqui entram temas como preconceito, disparidade de renda e de oportunidades – o que leva também a refletir sobre as formas como se age e modifica essa realidade.

Müller (2007), por sua vez, buscou a perspectiva das crianças sobre a cidade de Porto Alegre. Ela acompanhou a vida de nove crianças moradoras de três diferentes bairros da cidade e, a partir de fotos tiradas pelas crianças de seus lugares favoritos, foram feitas conversas com as crianças. Em sua análise, a autora conclui que as crianças não apreendem a cidade em sua totalidade, mas que família e escola medeiam sua relação com ela. Além disso, as crianças modificam e criam lugares alternativos àqueles pensados para elas na cidade e apresentam preocupações, medos e opiniões que deveriam ser ouvidos nas discussões sobre cidade.

Considerando-se assim que são muitas as formas de se relacionar com a cidade e que as crianças trazem importantes contribuições e novas perspectivas para a reflexão sobre o espaço e suas relações, busco, neste capítulo, entender um pouco a utilização do espaço da praça do ponto de vista das crianças.

3.2. “Um cantinho da Bolívia aqui”: a feira Kantuta

Sobre o uso das praças na contemporaneidade, José Horta Nunes parte da definição de praça como um local público cercado por vias ou edifícios para pensar como seus significados são construídos no discurso e no tempo, caracterizando o

imaginário que temos do local. Segundo o autor, à espacialidade se impõe a ideia do uso: a praça é lugar de lazer, recreação e reunião.

Porém, para além do espaço projetado, como mencionamos antes, há também o vivido e assim os frequentadores das praças podem se confrontar, identificar ou sofrer exclusões deste espaço dependendo das ideias sobre as quais foram construídas. O espaço é produzido a partir de diferentes posições, que apesar de partirem da administração pública, também são fruto de diferentes “parcerias” na relação entre público e privado, como com empresas, movimentos sociais, associações de bairro, escolas, etc. “Os discursos das praças são direcionados a diferentes sujeitos ou grupos sociais. A diversidade e a heterogeneidade marcam esses discursos na atualidade” (NUNES, 2011, p. 159). Assim: “Sob a aparente “liberdade” atribuída aos projetos de praças atuais, vemos relações de força, diferenciações, exclusões, contradições, na medida em que o espaço citadino é dividido, segregado.” (idem)

Segundo ele, os projetos de praça na atualidade se caracterizam pela produção do espaço vazio que deverá ser ocupado pela multidão. O grande contingente de pessoas nas grandes cidades propõe projetos que contemplem a circulação de pedestres, e tem gerado então as chamadas praças secas, que tem como característica, espaços vazios e poucas árvores. Seu uso, para além de um espaço de passagem, se caracteriza pelos encontros de grande número de pessoas em eventos, festas, feiras, atividades de lazer, etc.

A Praça Kantuta está localizada no bairro do Pari, entre as ruas Pedro Vicente, Carnot e das Olarias e é ponto de encontro da comunidade boliviana desde 2002.

Mapa 5 – Localização da Praça Kantuta

Fonte: Google Maps.

Segundo Luiz Chilman – brasileiro vice-presidente da associação responsável pela organização da feira – a feira surgiu em 1999, na Praça Padre Bento, que abriga a igreja de Santo Antônio do Pari. Neste local, organizavam-se quermesses e muitos iam às festas para vender comidas e artesanatos típicos bolivianos. A feira cresceu, e eles “tiveram que sair de lá porque lá não era nada legalizado”. Alves (2011) e Silva (2016) afirmam, no entanto, que a mudança de espaço ocorreu por conta de conflitos com os moradores do local, que se incomodavam com o aumento de lixo, a falta de banheiros, brigas e consumo excessivo de álcool. Um abaixo-assinado foi feito, pedindo a remoção da feira do local, e faixas foram colocadas, afirmando que aquele local pertencia a eles, pois estavam ali havia mais de cem anos. Em julho de 2001, uma matéria publicada pela *Folha de S.Paulo* descreve o cenário conflituoso, assim como escancara o preconceito vivido pela população boliviana, não só por parte dos moradores como também pela mídia:

Onze horas da manhã de domingo e eles já começam a montar suas barracas ao redor da praça Padre Bento, no centro do bairro do Pari, região central de São Paulo. O cheiro de tempero picante de comida típica toma conta do ar, assim como o som do grupo Kjarkes, o sucesso do momento nas emissoras de rádio em La Paz, a capital da Bolívia. Os bolivianos, com ou sem documento legal, estão chegando para o seu sagrado encontro dominical.

São 6.000, 7.000, 8.000 pessoas que passam por lá até o fim da festa, lá pelas 21h, segundo cálculos do sargento Felix, da Polícia Militar. “Aqui é La Paz”, ele diz.

Os vizinhos reclamam. Dona Gê colocou grade na pequena entrada de sua casa para impedir a proximidade dos embriagados. “Eles bebem demais e fazem muito barulho”, ela diz. Não conseguiu, porém, impedir que seu muro e o de seus vizinhos se transformassem num banheiro a céu aberto. Os bolivianos adoram cerveja.

Não por acaso, a praça foi rodeada de bares para a imensa comunidade boliviana que vive em São Paulo e lá se apinha não só para matar a saudade de sua terra com seus contrterrâneos [...].

Há vendedoras com trajes típicos e, aqui e ali, uma bandeirinha verde, amarela e vermelha a sinalizar que estamos num improvisado território boliviano.

[...] Há um cálculo recorrente entre eles sobre o total de bolivianos em São Paulo: pelo menos, 70 mil. Os mais exagerados falam em 100 mil pessoas. Ninguém arrisca contestar porque ninguém consegue contá-los. A grande maioria se esconde nos milhares de confecções coreanas que congestionam os subterrâneos do Brás, trabalhando e vivendo ilegalmente -como seus patrões- num esquema de escravidão, das 6h, 7h até tarde da noite, em troca de um salário que, no máximo, alcança R\$ 500 ao final do mês se o nível de produtividade ultrapassar a fronteira da escravidão. Fala-se que funcionam pelo menos 30 mil confecções nessas condições em São Paulo.

Os coreanos são espertos. Saem da toca aos domingos para colocar anúncios na praça Padre Bento em busca de costureiros e costureiras bolivianos que estão à procura de trabalho.

Não tem registro, não tem férias, não tem 13º salário, não tem nenhuma garantia, mas é o que garante a sobrevivência nesta terra que foi escolhida para escapar da miséria da Bolívia. [...] Com o apoio da Acomesp, eles

querem fazer a feira se transformar numa atração turística, com música ao vivo, artesanato, culinária. Uma feira de verdade.

Só não pergunte aos bolivianos o que quer dizer a sigla Acomesp (Associação dos comerciantes ambulantes e prestadores de serviços em pontos fixos nas ruas e logradouros do município de São Paulo), que eles citam com frequência. Ninguém chega à metade da tradução.²¹

Em junho de 2002, em meio a esse conflito, a prefeitura concedeu um novo espaço para a realização da feira, sendo batizada pelos bolivianos como Praça Kantuta, em referência a uma flor típica andina que traz as mesmas cores da bandeira do país. Em fevereiro de 2003, a feira foi oficializada em um decreto no Diário Oficial e, em setembro de 2004, o espaço da feira passou a ser oficialmente reconhecido como Praça Kantuta.²²

Chilman explica que, desde a mudança de endereço, a Associação Gastronômica Cultural e Folclórica Boliviana “Padre Bento”, ficou responsável pela organização da feira, cabendo a ela a autorização de participação dos feirantes, gastos com luz, água, segurança e organização dos eventos.

A feira funciona todos os domingos das 11h às 19h e nela é possível encontrar barracas de comidas típicas, como *salteñas*, sopa de mani, pique, *salchipapas*, entre outras. Além dessas, algumas oferecem produtos típicos, como chás, batatas, pimentas e diferentes tipos de grãos e enlatados; ou bolsas, casacos e tecidos com padrões tradicionais.

²¹ *Folha de S. Paulo*, 15/7/2001, **Praça de SP vira “embaixada” da Bolívia**, acesso em 17/7/2019. <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/cotidian/ff1507200131.htm>

²² A oficialização da feira Kantuta foi publicada no *Diário Oficial* em 28 de fevereiro de 2003, Portaria nº 26/ SEMAB-SEC/2003. O secretário municipal de abastecimento, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei, e considerando as disposições constantes do art. 1º, inciso II, da lei nº 10.311/87 c.c. o disposto no art. 1º de Decreto nº 40.904/2001. RESOLVE: OFICIALIZAR a “Feira de Arte, Cultura de Lazer Boliviana Padre Bento”, que se realiza aos domingos, das 11:00 às 19:00 horas, na confluência das Ruas Pedro Vicente, das Olarias e Carnot, sob jurisdição da Subprefeitura da Mooca

DECRETO Nº 45.326, DE 24 DE SETEMBRO DE 2004 – Dispõe sobre denominação de logradouro público. MARTA SUPPLY, Prefeita do Município de São Paulo, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei, e nos termos do inciso XI do artigo 70 da Lei Orgânica do Município de São Paulo, DECRETA: Art. 1º. Fica denominado Praça Kantuta, código CADLOG 22.653-0, o espaço livre sem denominação delimitado pelas Ruas Pedro Vicente, Carnot e das Olarias e por equipamentos institucionais (Setor 17 – Quadra 105), situado no Distrito do Pari, da Subprefeitura da Mooca. Art. 2º. As despesas com a execução deste decreto correrão por conta das dotações orçamentárias próprias.

Figura 6 – Barraca de artesanato típico, 2017. Acervo pessoal

Além disso, há diversos serviços, como cortes de cabelo, fotos e envio de dinheiro, assim como suporte para imigrantes, com dicas de cursos de língua e formação, ou ofertas de emprego. O espaço da feira também é usado como local de ensaio de diversos grupos de dança e também para torneios de futebol. A praça é sede de diversos festivais e atividades culturais, como o carnaval e aniversários dos diferentes departamentos da Bolívia, como Oruro, Cochabamba e La Paz. Mesmo nos dias em que não há festividades, a música andina está presente, compondo a atmosfera do local junto ao som do castelhano, falado pela maior parte dos transeuntes.

Figura 7 – Barraca de corte de cabelo, 2019. Acervo Pessoal

Figura 8 – Barraca de produtos típicos, 2017. Acervo pessoal

Na praça há também um espaço destinado às crianças, com brinquedos infláveis, como escorregadores, piscina de bolinhas e cama elástica. Estes brinquedos são

montados próximo aos brinquedos fixos da praça, como balanços e escorregadores feitos de madeira.

Figura 9 – Brinquedos para as crianças na praça, 2017. Acervo pessoal

Segundo Silva (2016), cerca de duas mil pessoas frequentam a praça em dias normais, podendo atingir até cinco mil em dias de festa. O público da praça, porém, vem diminuindo, o que foi visível ao longo da pesquisa, havendo dias em que a praça ficava muito mais vazia do que em outros. Nos dias de festa, como carnaval, dia das mães ou aniversário de Cochabamba, no entanto, a feira fica cheia, ficando até difícil se locomover em alguns momentos.

Lucy (outra organizadora da feira) e Luiz atribuíram a diminuição do número de frequentadores da praça à abertura de outras feiras pela cidade. A que acontece na Rua Coimbra, que tinha seu funcionamento restrito aos sábados, passou a funcionar também aos domingos, apesar de muitos dos feirantes trabalharem nos dois espaços. Para Ronald, vendedor de *chicha* (uma bebida típica feita a partir da fermentação do milho) e também presidente da feira na Rua Coimbra, há uma diferença do público que frequenta as duas feiras. A feira da Rua Coimbra, segundo ele, seria mais popular, pois está mais próxima ao local de residência de muitos e por isso se configura como um local de mais circulação, além da proximidade com serviços, como bancos, casas de transferência de dinheiro e cabeleireiro. Luiz concorda que há uma diferença entre o público que frequenta as duas feiras. Segundo ele, o comércio na Rua Coimbra é mais barato e atrai

frequentadores com menos dinheiro, que buscam apenas os produtos. Já a Kantuta seria um local mais turístico e cultural.

Luiz: É, aqui é uma coisa comercial, mas é cultural também. Não é uma feira só comercial. Tem os artesanatos, as roupas típicas, tudo o mais. Mas tem que ter eventos, né? Porque o turista vem aqui pra ver, cultura. Que é uma feira gastronômica-cultural. E folclórica. Então tem que ter tudo isso.

Tanto ele quanto Lucy destacam a importância de chamar mais turistas para a praça, numa tentativa de manter o espaço e o comércio funcionando. Segundo Luiz, os frequentadores da praça são tanto bolivianos quanto turistas (brasileiros e estrangeiros).

Luiz: É igual à Liberdade. Você vai na Liberdade, tem muito japonês que frequenta a Liberdade? Tem. Mas tem muito turista. Tem dia que tem mais japonês, tem dia que tem mais turista. Mas é uma festa, um evento típico japonês, pra comunidade japonesa também, mas pra turista ver. Você olha aqui assim, você vê turista circulando.

Para Inty – que trabalha com xamanismo, além de vender artesanatos em metal de algumas figuras de deuses incas, como Wiracocha – é preciso que fique bem claro que tudo isso “é em prol da cultura milenar. Tudo isso vai envolver a cultura milenar da Bolívia” e critica seus conterrâneos, afirmando que “não estão ligados à verdadeira origem da cultura boliviana”.

Silva (1999) fala da necessidade que a população boliviana sentiu de quebrar os estereótipos propagados sobre eles na mídia em torno de 1997, visando a diminuir o preconceito que sentiam. A feira parece cumprir uma função nesse sentido, divulgando manifestações culturais e a gastronomia bolivianas. Essas ideias são expressas também pelas crianças em uma de nossas conversas:

Julia: Gente, por que tem a Praça Kantuta, vocês sabem?

Melany: É só pra gente, como se diz? Pras pessoas comerem... comida boliviana...

Gabriel: Ah, eu ia falar isso! E também pra mostrar que a Bolívia é legal

Melany: Pra turistas virem...

Gabriel: E também pra mostrar que a Bolívia é legal. Porque eu já fui na Bolívia uma vez.

Hoje, a praça é tema de diversas matérias de revistas e jornais sobre coisas para ver e fazer em São Paulo. Em uma busca rápida em sites de pesquisa, é possível

encontrar chamadas como: “Praça da Kantuta: Feira Boliviana em São Paulo²³”; “Feira Kantuta, um pedacinho da Bolívia em São Paulo²⁴”; “Programa obrigatório de SP: Feira Boliviana da Praça Kantuta²⁵”, de sites que contam um pouco da história da feira e da gastronomia e manifestações culturais que podem ser vistas por lá.

Durante a semana, o espaço da praça é ocupado pela população do entorno e, segundo Luiz, explorado pelo tráfico de drogas. Ele explica que há uma espécie de acordo entre eles para que não haja assaltos na feira aos domingos. Apesar disso, segundo eles a quantidade de assaltos na região vem aumentando²⁶, o que tem gerado reclamações por parte dos feirantes. Luiz e Inty insistem que, para lidar com a questão dos assaltos, seria preciso que se fizessem boletins de ocorrência na polícia, mas que, por uma diferença cultural, os bolivianos acabam não fazendo, e por isso estavam conversando sobre pagar por um policiamento extra.

As pessoas com quem conversei descreveram a praça como um local de encontro, ou “um cantinho da Bolívia aqui”, aonde as pessoas vêm para matar a saudade. Vicky, que trabalha em uma barraca de comidas típicas, diz que, apesar de trabalhar durante a semana em uma confecção de roupas, todo domingo está na feira, pois adora cozinhar a comida boliviana e que, apesar de ser muito trabalhoso, não tem vontade de parar. Este espaço é para ela uma forma de manutenção de sua cultura, assim como para a avó de Gabriel.

Ernesto trabalha vendendo produtos na feira da madrugada, mas também tem um grupo que dança *salay*²⁷ e ensaia nos fins de semana na praça. Tanto ele quanto Ronald dizem que gostam do espaço da feira e de poder vivenciar um pouco de sua cultura. Apesar disso, não pensam em voltar à Bolívia. Vieram em busca de trabalho e agora

²³ <https://www.rangoetrango.com.br/praca-da-kantuta-feira-boliviana-em-sao-paulo/>

²⁴ <https://www.destakjornal.com.br/sao-paulo-city/detalhe/feira-kantuta-um-pedacinho-da-bolivia-em-sao-paulo>

²⁵ <https://chickenorpasta.com.br/2016/programa-obrigatorio-de-sp-feira-boliviana-da-praca-kantuta>

²⁶ Segundo os dados da Secretaria de Segurança Pública, os números de roubos (R) e furtos (F) registrados na delegacia do Pari foram menores em 2019 do que em 2018. Entre 2010 e 2014 o número de ocorrências registradas na delegacia aumentou, entretanto, desde então vem apresentando uma pequena queda, com aumento apenas de 2017 para 2018. Não há, contudo, dados específicos sobre a feira e suas proximidades.

2019: R 1.890/ F 5.888 | 2018: R 1.980/ F 7.145 | 2017: R 2.065/ F 6.964 | 2016: R 2.000/ F 6.026 | 2015: 1.869/ 6.323 | 2014: R 1.976/ F 7.329 | 2013: R 1.500/ F 5.151 | 2012: R 1.353/ F 4.902 | 2011: R 1.137/ F 5.525 | 2010: R 1.193/ F 5.017.

Dados obtidos no site: <http://www.ssp.sp.gov.br/estatistica/pesquisa.aspx>

²⁷ O *Salay* é uma dança tradicional boliviana, consistindo em uma combinação de danças e tradições das comunidades dos vales de Potosí, Chuquisaca e Cochabamba. Seus movimentos imitam a semeadura da terra, aliando ao movimento a intenção da sedução.

têm sua vida estabelecida aqui. Preferem estar no Brasil e voltar às vezes para visitar seu país, como é o caso de diversas pessoas com quem conversei. Na barraca de Ronald, além da *chicha*, há um jogo, chamado *rayuela*, que reúne todos os domingos alguns participantes. O jogo consiste em arremessar moedinhas em uma caixa com um pequeno buraco e a pontuação é marcada de acordo com a proximidade das moedas em relação a ele. Acima da caixa, na parede, há um pequeno marcador, onde os dois competidores marcam sua pontuação. Ganha quem chegar a 21 primeiro. Acertar no buraco vale três pontos, próximo a ele (há uma linha marcando), dois, e acima dessa linha, um. Cada jogador joga a moeda três vezes em cada rodada.

Figura 10 – O Jogo de *Rayuela*, 2017. Acervo pessoal

Como mencionado acima, são as festas e comemorações que atraem a maior parte do público para a feira. Todos os domingos há algum tipo de evento, como torneios de futebol, festival de música e *Poesía de los Migrantes*, Páscoa, Dia do Trabalho, etc. Além desses, os aniversários dos departamentos, Ano Novo Andino e comemorações como o Dia das Mães e Carnaval são os que reúnem o maior número de pessoas. A festa de Alasítas, por exemplo, concentrava um número tão grande de pessoas que suas últimas edições foram realizadas no Memorial da América Latina ou no Parque Dom Pedro.

Segundo Silva (2005), o Carnaval reúne diversos grupos de dança formados especialmente para a ocasião, e que realizam apresentações na praça. São eles “a

morenada, os *caporales*, a *diablada*, os *tinkus*, as *chuntas* e outros”. No mês de fevereiro, no pré-carnaval, observei também uma encenação de um funeral do Carnaval, que depois ressuscita. No enredo, há um caixão, seguido por uma procissão que desfila pela praça e, depois, em meio a brincadeiras e piadas que acontecem no palco, o Carnaval se levanta, marcando o início das festividades que acontecerão nos próximos dias. Outra prática observada por mim próximo ao Carnaval e também descrita por Silva é da *molhança*, em que as crianças correm de um lado para outro da praça com sprays de água e de espuma, perseguindo uns aos outros. Essa brincadeira, comum nos carnavais bolivianos, marca também a história e a memória das crianças que aqui reproduzem, caracterizando a infância das crianças bolivianas que aqui habitam. Em uma de nossas conversas, Samuel e Melany me contam sobre a guerra de água que fizeram no Memorial da América Latina em uma festa de Alasitas.

Samuel: Assim, no Memorial da América Latina, tinha tipo, água (no chão, os pequenos lagos). Aí a gente sempre enchia a arminha de água.

Melany: Mas aí, o problema, é que tinha muitas crianças, e elas nos rondavam e elas faziam assim, elas queriam nos... elas espumavam, e a gente fica todos cheios de espuma.

Samuel: Uma vez, né?, antigamente, a minha mãe, eu acho, ou a mãe dela também, jogaram a minha tia nessa água daí.

Muitas das outras festas trazem desfiles de grupos de dança tradicionais, como o de Ernesto. Nestas ocasiões, no entanto, estão trajando diferentes vestimentas tradicionais, com chocalhos nos pés, e adornos. No Dia das Mães, assim como na festa de Cochabamba, são compradas diversas prendas, como geladeira, fogão, panelas, entre outras, para os frequentadores. No Dia das Mães, as prendas são ganhas através de uma rifa e, na festa de Cochabamba, as mulheres são suspensas em um balanço de corda e se balançam tentando chutar baldes com prendas que estão pendurados em uma trave bem alta.

Silva (2016) reflete sobre as trocas simbólicas e materiais que são possibilitadas pelos processos migratórios. Segundo ele, no entanto:

não se trata de um processo fechado entre uma origem e um destino, que em tese resultaria numa completa ou parcial assimilação dos imigrados ao novo contexto sociocultural, mas na construção de “campos sociais que atravessam fronteiras geográficas, culturais e políticas” (GLICK-SHILLER, BASH E BLANC-SZANTON, 1995, p. IX, apud SILVA, 2016, p. 67-68).

A feira parece representar bem a ambiguidade presente nesta relação Brasil-Bolívia. Se, por um lado, ela serve como uma forma de resistência de alguns aspectos

de sua própria cultura, a maior parte das pessoas com as quais falei já vive aqui há muitos anos e não tem vontade de voltar à Bolívia. Em uma de minhas visitas à praça, em que acontecia a festa tradicional de Cochabamba, percebi que em cada um dos postes que sustentavam a trave onde estavam os baldes havia uma bandeira, de um lado a da Bolívia e do outro a do Brasil. A mim pareceu muito simbólico que na celebração de uma festa tradicional houvesse essa vontade de exprimir pertencimento também a outro lugar, evidenciando os processos de hibridez cultural e de múltiplas identidades descritos por Canclini.

Figura 11 – A Festa de Cochabamba, 2017. Acervo pessoal

Ao mesmo tempo, outra questão que se impõe é a forma como estas tradições são incorporadas pelas crianças neste novo contexto, definindo a manutenção ou a mudança dessas práticas, como já discutimos anteriormente.

Nestes momentos de festas e ensaios de danças, há apenas adultos dançando e se apresentando e diversas vezes as crianças estão afastadas, brincando com outras coisas enquanto seus pais assistem às apresentações. Este fato pode se dever a falta de interesse das crianças pelas danças tradicionais, como descrito por Melany e Ernesto na seção 2.4. Por outro lado, a praça traz diversos elementos que são interessantes às crianças como brinquedos infláveis ou até mesmo alguns brinquedos trazidos por eles

como carrinhos em que se pode entrar dentro e que podem ser também motivo deste desinteresse das crianças pelas danças nesse momento.

Mesmo com o distanciamento das crianças em relação a algumas delas, parece que a feira constitui um lugar onde essas práticas acontecem. As festas, as danças, as comidas, o vestuário, a língua. Tudo isso caracteriza o espaço, e o transforma, diferenciando-o de outros espaços frequentados na cidade. Tanto as crianças que visitam a feira quanto aquelas que acompanham seus pais todos os domingos, cada uma à sua maneira, vive ali um pouco da cultura boliviana.

Figura 12 – Uma menina assiste ao ensaio de *Salay* de Ernesto, 2017. Acervo pessoal

Pensando nas reflexões propostas por Lefebvre, poderíamos afirmar que a feira traz para a praça uma dimensão do valor de troca, com a venda de produtos e serviços. Ao mesmo tempo, a presença das crianças (assim como dos dançarinos) e o uso que fazem dos brinquedos e espaços da praça, explicitam a dimensão do valor de uso deste espaço. A seguir trago, enfim, a visão das crianças sobre este espaço vivenciado por elas.

3.3. A praça pelas crianças

Figura 13 – A Praça Kantuta. Desenho feito pelas crianças

A circulação na praça parece ser, em sua maioria, de famílias e, assim, há sempre muitas crianças presentes, sentadas com suas famílias nas barracas de comidas, brincando livremente, correndo de um lado para o outro, de mãos dadas com seus pais, observando as barracas e as danças ou brincando nos brinquedos montados especialmente para elas.

É possível observar crianças brincando por toda parte. Em sua maioria, as crianças permanecem a maior parte do tempo no parquinho e nos brinquedos infláveis, mas podem ser vistas também ao redor da praça, algumas vezes sem supervisão, brincando entre elas, algumas vezes com brinquedos comprados na praça ou trazidos de casa, como os carrinhos em que se pode entrar dentro, motorizados ou de pedal. O que

significa, por um lado, que as crianças estão livres para criar suas brincadeiras e circular pelo espaço e, por outro, que de alguma forma aquele espaço é visto por algumas famílias como um espaço seguro.

Para entender a relação que as crianças estabelecem com a praça, utilizei-me de observações feitas ao longo das visitas, do desenho feito coletivamente por elas, assim como das conversas que estabeleceram ao longo desse feito, das fotos que tiraram da praça e da conversa que as sucedeu.

Em uma de minhas visitas à praça, Samuel começou a copiar um grafite que está na parede do posto de saúde da praça. Perguntei se sabiam quem tinha feito o desenho e disseram que não, mas que deviam ser grafiteiros. Perguntei então o que seriam estes desenhos e Gabriel disse que achava que eles representavam a Praça Kantuta, porque havia uma cozinheira, pessoas dançando, como na quadra, e *cholitas*²⁸. Essa descrição ajuda a entender os elementos que as crianças identificam como característicos da feira: a comida, a dança e os transeuntes com marcas culturais bolivianas. Os grafites, entretanto, não apareceram nas fotos tiradas pelas crianças, o que eles destacaram como um elemento que estaria faltando em seu registro. Segundo ele, os grafites seriam importantes por ser arte.

Figura 14 – Grafite no muro da Praça Kantuta, 2019. Acervo pessoal

Para fazer o desenho da praça, as crianças se utilizaram tanto de sua memória quanto da observação que iam fazendo naquele momento. A primeira coisa que concordaram em fazer foi a quadra, espaço onde acontecem os jogos de futebol e algumas apresentações de dança. Tanto Samuel quanto Gabriel queriam desenhá-la;

²⁸ *Chola* é um termo com origem pejorativa, uma forma de se referir a mulheres mestiças e indígenas, normalmente de origem Quechua ou Aimara, que até hoje sofrem preconceitos. Seus trajes são símbolo desta miscigenação e da imposição de vestuário aos povos ameríndios pelos espanhóis. Tradicionalmente, seus trajes são compostos por um chapéu, podendo ser uma cartola ou um chapéu coco, blusas estampadas com uma manta sobre os ombros, polleras (saías) plissadas com 4 pregas (podendo variar) de comprimento abaixo dos joelhos, anáguas e botas de cano alto com um pequeno salto. Seus cabelos se dividem em duas tranças longas. Hoje alguns desses acessórios variam de acordo com a região. Segundo um artigo do *El País*, no entanto, há um processo de empoderamento destas mulheres que nos últimos anos têm passado a ocupar mais espaços de poder e se unido em torno de reivindicações raciais. https://elpais.com/elpais/2015/04/10/eps/1428661748_198900.html

apesar disso, nenhum dos dois quis fotografá-la no dia em que tiramos as fotos, e ela aparece nas fotos de Melany apenas porque ela quis retratar a dança que acontecia no local. A quadra não é um local muito utilizado pelas crianças, pois é comum que nela esteja acontecendo algum evento, e suas brincadeiras acabam acontecendo em seu entorno. Esta pode ser uma das razões pela qual as crianças preferiram não retratá-la. Apesar disso, como destacado por Melany, “a quadra é o meio da Kantuta”, e sua importância é grande, tanto pela posição espacial, quanto pelo seu uso por parte dos adultos.

Melany quis desenhar a rua pela qual as pessoas chegam e que é próxima de sua barraca. Sua escolha é interessante, pois demonstra uma preocupação tanto com a forma como se chega à praça, e que, portanto, é imprescindível para que a habitemos, quanto com as pessoas que a frequentam, e que são essenciais para seu funcionamento. Em outro momento, Melany propõe também que se desenhem as pessoas, reiterando que, para ela, esse é um elemento importante da praça. Nesta ocasião estava acompanhada por Ângelo, que diz: “Tem umas duzentas pessoas”, mostrando também sua percepção de que a grande quantidade de pessoas que circulam por aquele espaço é um elemento importante para caracterizar a feira.

Além disso, Melany destaca em sua fala o fato de a rua de acesso à feira ser próxima à sua barraca. As barracas de seus pais apareceram em diversos momentos nas falas das crianças. Gabriel fez questão de desenhar a de seus pais e, nos registros com as câmeras analógicas, diversas crianças declararam ter tirado fotos delas. Enquanto estão na feira, apesar de poderem brincar livremente pela praça, as crianças passam longos períodos nas barracas de suas famílias, brincando por lá ou distraído-se com jogos e programas assistidos no celular. Este é, portanto um pedaço da praça que é seu, uma referência, identidade, quase como sua casa na praça, local para onde retornam para descansar ou para comer, onde estão seus pais.

Figura 15 – A barraca de Melany e Samuel, 2019. Foto tirada por Melany

A foto acima foi tirada por Melany com a câmera que lhe dei para que levasse para casa. Segundo ela, a foto foi tirada como forma de recordação, o que mostra de fato um envolvimento com o espaço. Mas, para além do envolvimento pessoal, todas as crianças declararam ser importante desenhar as barracas. Melany afirma que as barracas são importantes “porque é onde as pessoas se alimentam, tem os pobres... onde comem, então essas pessoas também são aquelas que vivem por aqui, elas não têm comida, não tem dinheiro. Então as barracas ajudam essas pessoas que não têm comida.”. Não obstante esse comentário de Melany, durante minhas visitas percebi diversas formas como as crianças se relacionam com as barracas existentes na feira. Em muitos momentos, por exemplo, elas se referiam a produtos comprados em uma ou outra barraca, como brinquedos, sucos ou sorvetes, ou me indicavam onde eu poderia comprar mais canetas e lápis se os meus acabassem. Além disso, notavam quando surgia uma nova barraca ou quando alguma não estava presente em um determinado dia. Outra barraca fotografada pelas crianças foi a de sorvetes. Apesar de existir uma possibilidade de isso se dever ao fato de que estávamos sentados em frente a ela no dia em que trouxe a câmera, todos disseram que gostam muito de tomar sorvetes e raspadinhas quando estão na praça.

Figura 16 – Barraca de sorvete, 2019. Foto tirada pelas crianças²⁹

²⁹ Para tirar as fotos da praça, as crianças revezaram-se no uso da câmera, por isso, nesta sequência, as fotos não trazem os nomes dos autores.

Figura 17 – Barraca de sorvete, 2019. Foto tirada pelas crianças

Para além das barracas de cada um, as que oferecem opções de lazer, como as que vendem brinquedos, balas ou sorvete, foram as que mais apareceram nas falas das crianças, fato que é bastante testemunho da relação que eles estabelecem com a praça. Neste sentido, o pula-pula e brinquedos infláveis foram destacados por todas as crianças como parte importante da praça e do uso que fazem dela. Na primeira sessão de fotos, feita com as câmeras analógicas, todas as crianças declararam ter tirado foto desses brinquedos. Quando usaram a câmera digital, no entanto, eles aparecem apenas ao fundo de duas das fotos, o que pode ter ocorrido pela dificuldade das crianças em operar a câmera (como descrito no capítulo 1). Apesar disso, Arthur, ao falar sobre as fotos, disse que gostou mais daquelas em que aparece o pula-pula.

Figura 18 – Dançarinos reunidos com pula-pula ao fundo, 2019. Foto tirada pelas crianças

No desenho que fizeram da praça, o brinquedo inflável ocupa uma grande área, e todos quiseram ajudar a colori-lo. Nas falas de Melany e Gabriel sobre o que fazem na feira, ele também aparece como elemento central.

Gabriel: Eu, só fico olhando no celular da minha avó às vezes, depois vou pra Kantuta, eu vou lá pro pula-pula, pro plutão³⁰.

Melany: Eu vou tomar milk-shake, sorvete, balas, comer chiclete e sei brincar naqueles brinquedos.

Apesar do apreço das crianças por esses brinquedos e pelo sorvete, que são barracas frequentadas por todas as crianças que passeiam pela praça, ambos são opções de lazer pagas, o que significa que nem sempre as crianças podem usufruir delas, como aparece na conversa exposta na seção 2.3.3. Gabriel e Arthur tem uma facilidade nesse sentido, pois o tio deles³¹ trabalha em uma delas. Outro elemento que aparece na fala de Gabriel são os celulares, um recurso que os vi utilizando diversas vezes nos momentos em que cheguei à praça.

³⁰ Antes desse diálogo, Gabriel e Melany conversavam sobre o universo e os planetas, e assim Plutão aparece aqui como uma brincadeira referente ao assunto anterior.

³¹ Segundo ele.

Para além dos brinquedos pensados para as crianças, nas fotos tiradas por Gabriel aparece também um conjunto de bancos e mesas que haviam sido postos na praça na semana anterior. Naquele dia ele estava muito empolgado com a novidade e disse ter tirado a foto para mostrar onde estavam. Apesar de não aparecer em sua fala, além do fato de ser uma novidade, a adição tinha proporcionado a eles um espaço melhor para desenhar, além de ter um tablado mais alto e um formato muito propício para brincadeiras, e já havia rendido um faz-de-conta de navio pirata na semana anterior.

Figura 19 – Bancos novos compõem a paisagem da praça, 2019. Foto tirada pelas crianças

Para o desenho da praça, Samuel destacou também a importância de desenhar o palco e cuidou para que nele houvesse as caixas de som e alguém com o microfone na mão. Ia de tempos em tempos observar o local para que pudesse desenhá-lo fielmente. O palco é o local de onde se comanda a maior parte das festas e eventos que acontecem na feira. Em uma de minhas visitas, Gabriel estava ansioso, indo até o palco diversas vezes e me perguntando que horas eram, pois às 16h algo iria começar. Melany e Samuel explicaram:

Melany: Quando é Dia das Crianças, quando é Dia das Mães, eles sempre *regalam* alguma coisa pras crianças. É o presidente da Kantuta.

Samuel: Não, não, não. Esse é o representante, que representa, que fala as coisas... O presidente... é o que faz reunião às quintas ou às quartas. Eu não sei, mas minha mãe vai na reunião...

Melany: Como é dia da páscoa, com certeza vão dar algum brinquedo, ou alguma coisa de... Não sei, mas sempre dão. [...] Com certeza o presidente vai vir em seu carro com todas as coisas. O carro dele é muito grande.

Em minhas idas à praça, perguntei diversas vezes às crianças sobre os eventos que estavam acontecendo e elas raramente sabiam me dizer do que se tratava. Apesar disso, nesse dia Gabriel já estava esperando pelo acontecimento desde que chegou, mostrando que conhece muito bem os eventos da praça quando estes são de seu interesse, como também era o caso do Carnaval. Além disso, no diálogo apresentado acima, Melany e Samuel também demonstram ter grande conhecimento sobre a organização dos eventos na praça para as crianças, assim como das funções exercidas pelos membros da associação.

Além desses elementos, as crianças apontaram a necessidade de desenhar os banheiros, fazendo uma distinção entre o banheiro masculino e feminino e as árvores que compõem a paisagem da praça. Depois de desenhar os elementos principais, começaram a notar também os elementos do entorno da praça, como uma escola e um hospital, e se lamentaram por não conseguir fazê-los caber no desenho que já tinham feito. Interessante notar como para elas a praça parece estar inserida na cidade, sendo necessário representar também os outros elementos do bairro. Ângelo, que não estava neste primeiro dia de desenho, quando o viu na semana seguinte, declarou logo ser necessário fazer as ruas da cidade e o metrô. “Eu conheço todo esse bairro, toda a cidade”. “Aqui tem um museu, a gente pode desenhar o museu. E tem casas também. Esse museu tem trens antigos”. A partir de sua fala, as crianças decidiram acrescentar mais folhas ao desenho original, para que o metrô e as ruas pudessem ser contemplados; e que o desenho da praça seria colado ao da cidade, que já haviam feito.

Figura 20 – Composição de desenhos feita pelas crianças: a cidade, a Kantuta e o metrô

Nas fotografias o elemento que mais apareceu foram os dançarinos que ensaiavam na quadra, além de uma foto da faixa que falava sobre a dança. Gabriel disse que escolheu representá-los por ele gostar da música e a banda estar prestes a tocar. Melany, apesar de no diálogo apresentado anteriormente ter declarado não gostar desse tipo de música e da dança, nesse momento diz ter escolhido fotografá-la por tê-la achado bonita, e outras vezes porque estava testando a câmera.

Figura 21 – Dançarinos na quadra, 2019. Foto tirada pelas crianças

Figura 22 – Dançarinos na quadra, 2019. Foto tirada pelas crianças

Figura 23 – Dançarinos e músicos na quadra, 2019. Foto tirada pelas crianças

Figura 24 – Dançarino caminha pela rua da praça, 2019. Foto tirada pelas crianças.

Figura 25 – Cartaz do grupo de dança, 2019. Foto tirada pelas crianças

Durante as conversas com as crianças, outro aspecto que apareceu – principalmente na fala de Melany – foi a violência na feira. Melany disse, por exemplo, que sua mãe havia pedido que ela voltasse para a barraca antes de escurecer por conta de um dia em que uma mulher lhe puxou pelo braço. Além disso, relata alguns outros episódios de briga ou assaltos que parecem ter acontecido ao final do dia na feira.

Melany: No domingo passado eu fiquei sozinha porque eu não quis ir com o Samuel na casa dele. Então, nesse dia, teve umas pessoas que estavam bebendo e aí uns malandros vieram porque uma *cholita* brigou com os malandros. Aqui ninguém briga com os malandros, mas aí veio uma *cholita borracha* e correu e correu e veio pra direção da esquina que é onde a gente fica daqui. Então aí a gente teve me... eu tive medo porque eram malandros e eles tavam rondando o lugar. Depois a família que tava *borracha* ela se defendeu, depois eles rondaram um caminhão que era nosso. Depois um carro tava aberto, que era nosso também. Então a gente ficou com medo e depois, a minha mãe, agora ela não vai me deixar ir, ela disse que eu tenho que ir com a família do Samuel porque esses malandros, a gente chamou a polícia, mas a polícia se confundiu que os malandros não tinha feito nada porque eles mentiram, sabe? Eles tinham se confundido... E aí os malandros fingiram ser família, fingiram ser mau, assim, uma família normal, mas sempre eles querem roubar. [...] De noite elas rodeiam. Minha mãe e minha tia, nossa, você tinha que ver. Elas pegam qualquer coisa pra tacar. Aí elas se defende. A gente finge que a gente tá tranquilo. É que a gente fica... é que todas as barracas já vão embora, e a gente fica sozinhos. É que a gente tem uma barraca mais grande [...] E também porque o caminhão, ele vai pra sua casa e às vezes não atende e a gente tem que ficar lá esperando, mas aí ele

demora e demora... E a gente tem medo. Por isso. Agora eu vou ir com o Samuel

A fala de Melany explicita bem os conflitos vividos na feira, também descritos por Luiz e Inty. Seu discurso é permeado também por falas de adultos ao seu redor e deflagra alguns conflitos vividos entre os próprios bolivianos, como a visão de que as “*cholitas borrachas*” são aquelas que causam encrenca, provocando os malandros. Sobre isso, ela declara também que “Aqui ninguém briga com os malandros”, o que mostra que há um certo pacto entre os bolivianos e os moradores da região, como descrito por Luiz. O medo de frequentar a praça (mesmo que principalmente à noite), foi algo que se tornou mais intenso em seu discurso ao longo da pesquisa, apesar da violência na cidade ter sido um tema constante em suas falas, como aprofundarei no próximo capítulo. A praça, no entanto, parecia ser um local à parte desse discurso, mas com o tempo passou a integrá-lo. Por conta destes eventos, sua permanência na praça após um certo horário, assim como a de Samuel, seria proibida, o que a deixava bastante contrariada. Apesar do discurso de sua mãe, até o fim da pesquisa Melany ainda a acompanhava na feira até o fim da arrumação.

Além dos elementos descritos aqui, uma das fotos trazia também a mãe de Melany – na foto feita por ela que mencionei no primeiro capítulo; outra trazia o cantinho de desenho onde estamos retratados em atividade. Apesar de todas elas terem tirado fotos de nosso cantinho, a única menção a ele nas falas das crianças foi de Gabriel, que disse ter tirado uma foto minha como recordação. De alguma forma, entretanto, acredito que nossos encontros e o cantinho de desenho tenham se tornado parte da vida das crianças na praça como mais uma opção de lazer. Ainda mais que, a partir deles, criou-se um laço entre as crianças, que passaram a interagir também nos momentos em que eu não estava presente, como me disseram em uma de minhas visitas.

Figura 26 – Samuel, 2019. Foto tirada pelas crianças

Figura 27 – Papel e giz do cantinho de desenho, 2019. Foto tirada pelas crianças

Figura 28 – Julia, 2019. Foto tirada pelas crianças

4. O ser criança boliviana em São Paulo

Narrativa, sujeitos, memórias, histórias e identidades. São a humanidade em movimento. São olhares que permeiam tempos heterogêneos. São a História em construção. São memórias que falam (DELGADO, 2003, p. 23).

Para pensar sobre as perspectivas das crianças a respeito de suas vidas na cidade, refletirei um pouco sobre as relações entre memória, história e narrativa, proporcionadas pelos estudos da história oral. Como mencionei antes, este trabalho não pretende adotar uma perspectiva historiográfica, mas pretende validar a narrativa das crianças como um documento significativo a respeito desses processos, e é neste sentido que busco essas reflexões.

Até meados do sec. XX a história era tida como uma disciplina objetiva, vinculada ao estudo do passado, que requeria uma tomada de distância temporal como forma de garantir a objetividade crítica. Nesta perspectiva, a história contemporânea não seria então passível de estudo, com críticas que incluíam sua proximidade a ideais políticos (FERREIRA, 2002). Debates acerca dessa suposta objetividade levaram a crítica do fato histórico, entendendo que este não é um “objeto dado, e acabado, pois resulta da construção do historiador” (LE GOFF, 1990, p. 9). Assim, é possível da mesma forma criticar a noção de documento, que tampouco “é um material bruto, objetivo e inocente, mas que exprime o poder da sociedade do passado sobre a memória e o futuro” (idem, p. 9-10). Deste modo, ampliou-se o conceito de documento, que a história tradicional restringia a textos e produtos da arqueologia, chegando a abranger, como coloca Le Goff, a palavra e o gesto.

Neste sentido, Hobsbawn (1995) faz uma belíssima reflexão sobre como ser um homem de seu tempo (com experiências individuais e coletivas) afetou sua maneira de enxergar e pensar sobre os acontecimentos históricos, propondo inclusive uma reflexão sobre as diferentes gerações de historiadores. Essa reflexão sobre como nossos pontos de vista e experiências afetam nossas percepções e observações é também essencial para a reflexão sociológica, sobre a qual voltarei mais adiante. Deste modo, o texto de Hobsbawn é uma reflexão sobre o papel da memória no trabalho do historiador. Mas essa perspectiva também abre espaço para uma outra discussão sobre a memória, que nos é mais interessante, sobre a memória como um documento.

Curiosamente, a memória como um documento é primeiramente questionada nos mesmos termos que a história, ou seja, em relação à sua veracidade e objetividade. Pierre Nora afirma que: “No coração da história trabalha um criticismo destrutor de

memória espontânea. A memória é sempre suspeita para a história, cuja verdadeira missão é destruí-la e a repelir” (1993, p. 9). Ao mesmo tempo, sua distinção entre história e memória também problematiza a objetividade da história afirmando que ela é a

deligitimação [sic] do passado vivido. No horizonte das sociedades de história, nos limites de um mundo completamente historicizado, haveria dessacralização última e definitiva. O movimento da história, a ambição histórica não são a exaltação do que verdadeiramente aconteceu, mas sua anulação (NORA, 1993, p. 9).

Segundo Ferreira (2002), foi o estudo dessa relação entre memória e história que possibilitou a abertura para a aceitação do valor dos testemunhos diretos, reconhecendo que a subjetividade e a falta de verdade a eles atribuída poderiam ser vistas não como uma desqualificação, mas como uma fonte adicional de pesquisa.

Le Goff, ao emprestar de Paul Ricoeur sua definição de história, levanta outra questão interessante acerca do debate sobre história e memória, quando afirma que: “A história só é história na medida em que não consente nem no discurso absoluto, nem na singularidade absoluta” (LE GOFF, 1990, p. 21). Neste sentido, a história só é história quando é capaz de generalizar, ou como coloca Nora (1993, p. 9), a história tem uma vocação para o universal, ao contrário da memória, que é múltipla e há tantas quantos grupos existirem.

Daqui surgem duas reflexões interessantes. A primeira, proporcionada por Halwbachs, citado por Nora quando este relaciona a memória a diferentes grupos. Halwbachs (1990) propõe que nossas memórias são sempre coletivas, pertencentes a um grupo, mesmo quando passamos por uma experiência sozinhos. Isso, porque o que guia minha experiência e meu olhar são referências coletivas, de um determinado lugar ou tempo. Para ele, a memória está relacionada à repetição e à rememoração, de modo que ela se reconstrói e se modifica quando a compartilhamos com outras pessoas. Neste sentido, a memória coletiva “depende do poder do grupo social que a detém.” (FERREIRA, 2002, p. 321), uma vez que não nos lembramos do passado da forma como aconteceu e sim “de acordo com as forças sociais do presente que estão agindo sobre nós” (idem, p. 321).

Esta perspectiva da memória como algo coletivo me interessa particularmente, no sentido de que as memórias individuais podem dizer algo sobre um grupo ou coletivo. Ulpiano Meneses, em seu texto “A história, cativa da memória?”, chega mesmo a afirmar que às “ciências sociais interessa a memória individual somente nos

quadros da interação social: é preciso que haja ao menos duas pessoas para que a rememoração se produza de forma socialmente apreensível” (1992, p. 14).

É também a partir do texto de Meneses que entro na segunda reflexão, que diz respeito à memória, história e esquecimento. Segundo o autor, o conto de Borges, *Funes, o memorioso*, se tornou um emblema “da perda da condição humana pela saturação da memória” (idem, p. 16). A incapacidade de esquecimento torna impossível o ato de pensar, que implica necessariamente esquecer uma diferença, abstrair, generalizar. Neste sentido, como proposto pelo autor, a memória também está relacionada a mecanismos de seleção e de descarte.

Se pensarmos por essa perspectiva, a memória ganha outro significado, pois já não é total, automática, e sim resultado de um trabalho de seleção. O que lembramos e o que esquecemos? O que guardamos e o que jogamos fora? Em meio a esses questionamentos surge a discussão sobre a “amnésia na história dos excluídos, dos escravos, mulheres, crianças, operários, minorias raciais e sociais, loucos, oprimidos de todos os tipos” (idem, p. 18). Mais ainda, Meneses afirma que: “Contudo, não é suficiente apenas dar voz aos silenciados. É imperioso detectar e entender as multiformes gradações e significações do silêncio e do esquecimento e suas regras e jogos” (idem, p.18).

É também nesse esquecimento que memória e história se aproximam novamente. E é também neste questionamento que a história oral passa a se afirmar, como ferramenta de construção de identidades de grupos e de transformação social (Ferreira, 2002, p. 322).

Mas, para além das discussões sobre memória e história, a valorização das histórias orais, da narrativa pessoal, da dimensão subjetiva, tem um alicerce ideológico dentro de transformações ocorridas nas décadas de 1960 e 1970 em diversos campos dos estudos culturais. Beatriz Sarlo, afirma que:

Restaurou-se a *razão do sujeito*, que foi, há décadas, mera “ideologia” ou “falsa consciência”, isto é, discurso que encobria esse depósito escuro de impulsos ou mandatos que o sujeito necessariamente ignorava. Por conseguinte, a história oral e o testemunho restituíram a confiança nessa primeira pessoa que narra sua vida (privada, pública, afetiva, política) para conservar a lembrança ou para reparar uma identidade machucada (2007, p. 19).

Segundo Ferreira (2002), dentro dos estudos da história oral há duas linhas de trabalho, que, apesar das semelhanças, apresentam abordagens distintas. A primeira trabalha com a história oral com o intuito de preencher as lacunas deixadas pelas fontes

escritas. Essa abordagem costuma olhar para o estudo das elites, para as políticas públicas e para a recuperação da história dos grupos excluídos, como descrito acima. Trabalha-se com a noção de memória como algo fixo a ser recuperado pelo pesquisador e, neste sentido, há uma busca por uma verdade e objetividade dentro dos depoimentos. Com este intuito, roteiros de entrevistas são planejados de forma a controlar o depoimento, ao qual se aliam outras fontes de pesquisa como forma de excluir distorções.

Hobsbawn, sobre a sua experiência declara:

Comecei minha carreira como um jovem historiador que entrevistava sobreviventes dos movimentos sociais anteriores a 1914 sobre a época deles, e a primeira lição que aprendi foi que nem mesmo valia a pena entrevistá-los sem antes descobrir mais sobre o assunto da entrevista do que eles poderiam se lembrar. A segunda, foi que sua memória provavelmente se enganaria sobre qualquer fato verificável isoladamente. A terceira, que era inútil tentar fazê-los mudar suas idéias, que haviam se formado e se estabelecido havia muito tempo (1995, p. 106).

A segunda linha destacada por Ferreira (2002, p. 328), “privilegia o estudo das representações e atribui um papel central às relações entre memória e história, buscando realizar uma discussão mais refinada dos usos políticos do passado”. Nessa abordagem, a subjetividade e as distorções da memória não são vistas como algo negativo e podem se revelar mais como um recurso do que um problema.

Ferreira apresenta, ainda, algumas críticas feitas por historiadores a respeito da história oral. Uma delas seria de que o depoimento oral só ganharia valor ao ser confrontado com um documento escrito; outra, de que ela estaria mais preocupada com a militância política do que com os métodos acadêmicos, sendo marcada por deformações ideológicas. Segundo ela, alguns preferem o termo “fontes orais”, que seria mais amplo, podendo denominar qualquer tipo de relato oral. Para ela, este termo desvaloriza a ação do pesquisador na produção de uma fonte oral específica, que é resultado de um processo de elaboração e pesquisa. Outra crítica feita ao uso do termo “fontes orais”, é a dificuldade de controle sobre as fontes produzidas e o fato de que estas permanecem nas mãos dos pesquisadores, não sendo liberado o acesso a outros interessados. (2002, p. 329).

Como mencionei anteriormente, esta pesquisa não busca uma perspectiva historiográfica. Porém, acredito, como propõe Ferreira, que:

Ainda que objeto de poucos estudos metodológicos mais consistentes, a história oral, não como uma disciplina, mas como um método de

pesquisa que produz uma fonte especial, tem-se revelado um instrumento importante no sentido de possibilitar uma melhor compreensão da construção das estratégias de ação e das representações de grupos ou indivíduos nas diferentes sociedades (2002, p. 330).

Neste mesmo sentido, Delgado (2003, p. 23) afirma que “A história oral é uma metodologia primorosa voltada à produção de narrativas como fontes do conhecimento, mas principalmente do saber.”. Desta forma, afasto-me do debate dos termos história oral/fonte oral para aproximar-me do conceito de narrativa.

Walter Benjamin começa seu clássico texto “O Narrador: considerações sobre a obra de Nikolai Leskov”, afirmando a iminente extinção do narrador. A narração, para ele, está vinculada à capacidade de comunicar experiências, e as experiências em si, segundo ele, estariam em declínio. Sua justificativa é de que os combatentes teriam voltado mudos da guerra por falta de experiências comunicáveis, e que os livros sobre a guerra nada tinham a ver com as experiências transmitidas oralmente sobre ela. Mais ainda, a guerra teria transformado o mundo de forma que nada mais era reconhecível e, nesta incompreensão sobre o mundo, a narrativa não se faz possível (1987, p. 197-198). Nesse sentido, há uma relação intrínseca entre experiência e narrativa. Benjamin afirma também que “[...] o narrador assimila à sua substância mais íntima aquilo que sabe por ouvir dizer). Seu dom é poder contar sua vida” (idem, p. 221).

Pode-se discordar de Benjamin no que se refere à extinção da narrativa, mas, de fato, podemos observar, como escrevemos acima, como os relatos orais e o encantamento que, conforme propõe Benjamin, é próprio da narrativa têm ocupado um lugar cada vez menor em nossa sociedade. Em seu argumento, o autor aponta a informação (atribuída aos jornais) como um dos responsáveis pela diminuição da narrativa. Segundo ele, a informação “aspira uma verificação imediata. [...] Muitas vezes não é mais exata que os relatos antigos. Porém, enquanto esses relatos recorriam frequentemente ao miraculoso, é indispensável que a informação seja plausível” (idem, p. 203). Da mesma forma, o historiador seria obrigado a explicar os episódios com os quais lida. A narrativa, por outro lado, não estaria interessada em transmitir o ‘puro’ como uma informação ou um relatório. “Ela mergulha a coisa na vida do narrador para em seguida retirá-la dele. Assim, se imprime na narrativa a marca do narrador, como a mão do oleiro na argila do vaso” (idem, p. 205).

Buscamos aqui esta narrativa da experiência de cada um. A narrativa que se relaciona com um passado, com uma memória, mas que não tem pretensão de se tornar

uma verdade única verificável, o que não a diminui como história ou como testemunho válido, porém a inscreve em outro campo.

A narração da experiência, segundo Beatriz Sarlo:

está unida ao corpo e à voz, a uma presença real do sujeito na cena do passado. Não há testemunho sem experiência, mas tampouco há experiência sem narração: a linguagem liberta o aspecto mudo da experiência, redime-a de seu imediatismo ou de seu esquecimento e a transforma no comunicável, isto é, no comum. A narração inscreve a experiência numa temporalidade que não é a de seu acontecer (ameaçado esse seu próprio começo pela passagem o tempo e pelo irrepetível), mas a de sua lembrança. A narração também funda uma temporalidade, que a cada repetição e a cada variante torna a se atualizar (2007, p. 24-25).

Assim, ao longo deste trabalho, me apoiei nas reflexões proporcionadas pelo campo da história oral, para, através da pesquisa e de entrevistas, construir a narrativa das crianças sobre suas experiências na cidade.

Ao refletir a respeito da linguagem, Alberto Manguel, propõe, similarmente ao que descrevemos acima, que as histórias são uma forma de “registrar nossa experiência do mundo, de nós mesmos, dos outros” (2008, p. 18). O autor discorre então sobre a descrição de Atlântida feita por Platão, afirmando que para ele, “o bastião utópico deve corresponder exatamente ao ideal utópico. Em outras palavras, a cidade deve ser um reflexo da história que se conta a seu respeito” (idem, p. 25).

É nesta perspectiva, de que as narrativas produzem e são produzidas pelas sociedades, que busquei os sonhos das crianças. Como mencionei anteriormente, José de Souza Martins trabalha com os sonhos da população, entendendo o universo onírico como uma forma de revelar “como as situações e os processos sociais próprios da vida cotidiana são concebidos e vividos nesta sociedade” (1996, p. 20-21). Martins fala aqui de sonhos noturnos, que para ele denunciariam “a insanidade de um agir conduzido e demarcado por um querer alheio e não interrogado, nem questionado” (1996, p. 16). Para ele, os sonhos noturnos, oníricos, seriam especialmente reveladores.

Porém aqui não perseguimos os sonhos nesse sentido onírico, e sim no sentido do desejo, da esperança. Sonhos diurnos, que acreditamos revelar igualmente questões referentes à sociedade em que são produzidos, além de trazer em si o potencial transformador, como propõe Manguel em relação à narrativa.

Para Bloch, os sonhos diurnos têm o potencial transformador, uma vez que o desejo pressupõe o reconhecimento de que algo pode ser diferente, pode ser modificado.

Que os sonhos diurnos tornem-se ainda mais plenos, o que significa que eles enriquecem justamente com o olhar sóbrio – não no sentido

da obstinação, mas sim no de se tornar lúcido. Não no sentido do entendimento meramente contemplativo, que aceita as coisas como são e estão no momento, mas sim da participação, que as aceita em seu movimento, portanto, também como podem ir melhor (2005, p. 14).

Gonçalves (2018) se apoia em Lefebvre para pensar a relação utópica com a cidade, o que nos leva a pensar em como os sonhos não aparecem apenas nas falas, nas expressões de desejo, mas também na forma como agimos, ressignificamos e nos apropriamos dos espaços, do tempo, da vida.

Assim, os sonhos refletem, mais que um entendimento do mundo e da sociedade em que são concebidos, a possibilidade de transformação e mudança, expressando-se de forma concreta em nossas vidas cotidianas.

4.1. Entre Brasil e Bolívia

Como mencionei anteriormente, das crianças ouvidas pela pesquisa apenas Melany nasceu na Bolívia. Apesar disso, veio ao Brasil com apenas um ano e meio e não se lembra de sua vida no país. Mesmo assim, todas as crianças declararam ter visitado a Bolívia em diferentes ocasiões, além de ouvir diversos relatos de seus pais e familiares. Durante nossos encontros, sabendo do tema de minha pesquisa, as crianças me relatavam animadas as suas experiências e percepções, como descrevi no primeiro capítulo. Nas próximas linhas busco descrever então os diferentes aspectos enunciados por elas na relação com os dois países.

“Eu prefiro mais a Bolívia que aqui”: um lugar de liberdade

Nas falas das crianças, as visitas à Bolívia aparecem primordialmente como viagens para visitar os familiares e amigos que lá ficaram. “Fui visitar todo mundo que eu conhecia em Bolívia”, conta, por exemplo, Samuel. A família de Melany está toda por lá, já Samuel tem primos que vivem aqui no Brasil, e a avó de Gabriel também mora por aqui. Muitas vezes a casa de seus parentes na Bolívia aparece dentro de memórias afetivas, focadas em pequenos detalhes de alguma experiência ou observação.

Melany: Onde eu morava, que era Santa Cruz, minha vovó tem uma plantação de Yupa, que é da onde vem açúcar. Aí eles tomam Caña, que é açúcar. Você tem que por na boca e exprimir ela. É muito gostoso, é doce!

Samuel: Ah, minha avó, ela tinha na casa dela um jardim, ela plantava muitas flores lá. Ela plantava tipo rosas, outras flores que era tipo amarela, assim

dessa cor. Só não me lembro muito bem, mas eu já vi, eu já fui com a minha mãe.

Essas visitas e relação de afeto com a família descrita pelas crianças, mesmo com aqueles que estão longe, parece estar de acordo com a ideia de transmigrantes apresentada anteriormente e que Calegari (2014, p. 37) define como aqueles que: “mantêm relações sociais, econômicas, religiosas, institucionais, políticas e familiares com ambos os países”.

Além disso, em seu discurso a Bolívia aparece na maior parte das vezes como um lugar muito bonito e tranquilo. Na fala de Gabriel, ela aparece também como um lugar excitante e cheio de possibilidades, o que é interessante de notar, uma vez que em sua família há um debate sobre o fato de permanecer no Brasil ou voltar à Bolívia (seu pai gostaria de retornar ao país e sua avó endossa a ideia, porém sua mãe quer permanecer por aqui – ver Capítulo 2).

O teleférico aparece como um dos pontos mais marcantes de sua visita ao país, tendo sido lembrado em diferentes momentos com entusiasmo.

Gabriel: Sabia que na Bolívia tem aqueles negócios que vem praqui e depois vem pra baixo? Tem branco, azul e vermelho.

Julia: Acho que o Gabi tá falando do teleférico.

Gabriel: Uhum, teleférico. Sabia que... um dia, quando eu ainda tava na Bolívia eu vi um teleférico abandonado?

Ângelo: Eu já vi também! Teleférico abandonado, que bateu assim, uma coisa.

Outros meios de transporte foram também descritos por ele como mais interessantes ou como se seu uso fosse possível apenas na Bolívia.

Gabriel: Lá em Bolívia podem viajar de avião e... como é mesmo aquele... ônibus gigante, mas também acho que pode viajar de um outro transporte que eu não me lembro o nome.

Melany: Carro?

Gabriel: Limusine.

Melany: Limusine? Limusine não dá.

Gabriel: Dá sim. Ó eu me lembro de um dia que eu tava olhando YouTube, tem um carro que só funciona com bateria, mas tem que ser que nem bateria de celular, assim. Aí depois com essa bateria, pode andar. Mas depois tem que carregar.

Neste caso, a declaração de Gabriel vem não de sua experiência, mas de um vídeo que viu na plataforma digital, o que pode explicar o fato de ele atribuir o uso desses meios de transporte apenas à Bolívia, pois não são comuns ou acessíveis.

Outro aspecto do país destacado pelas crianças são as paisagens e elementos naturais.

Melany: Ah não, na Bolívia tem cachoeiras.

Gabriel: Cachoeira? Não é tanta, é pouquinha.

Melany: ãh-ãh [não], eu fui em lugares que tinha bastante cachoeira e você podia chegar perto da... porque senão você ia ser atingido por...

Gabriel: Sabe, quando eu fui na Bolívia... eu me senti no paraíso. Porque lá tinha um monte de coisas que eu sonhava. Que nem aquele negocinho que subia [teleférico]... Eu sempre sonhei em subir lá. Também lá tinha uma montanha, uma montanha de neve, que dava pra ver... não tão de perto, né? Mas eu tirei foto.

Melany: Então, aí, como eu já fui em algum lugar que se chama Posadas tem, existe um lago onde você pode nadar, aí tem que atravessar como se fosse carro, aí tem um... nossa, me deu medo a primeira vez quando eu fui.

Melany chega mesmo a declarar preferir a Bolívia ao Brasil por lá ser um local mais cultural e turístico, com mais coisas para fazer.

Mas apesar de prezarem muito a beleza do lugar e seus aspectos de lazer, o que mais apareceu na fala das crianças foram descrições das cidades como um local tranquilo e a percepção delas como locais seguros em comparação com São Paulo. Por diversas vezes em nossas conversas, eles declararam poder andar sozinhos pelas ruas, onde há poucos carros, os vendedores de frutas caminham pelas ruas e “não faz muito barulho”. Além disso, as crianças afirmam que na Bolívia não há ladrões ou assassinos (Ângelo: “Lá em Bolívia não tem nenhum assassino, certo?”).

A ausência de violência parece estar associada à liberdade de andar pelas ruas e à tranquilidade das cidades, apesar de as crianças também notarem a menor quantidade de carros nas ruas. A presença de vendedores de frutas também é reconhecida como uma prática que explicita a tranquilidade do lugar, pessoas o utilizam, há espaço para pedestres.

Melany: É, na Bolívia, é que como, não tem tanto mercado. [...] como, lojinhas, assim como, barraquinhas. É como se as barraquinhas tivessem comida, arroz, feijão, batata, um monte de coisa. E a gente só tem que ir na esq... eu, às vezes só vou lá, lá lá longe. Porque me deixam sair da casa normalmente. Aí também pode ser na esquina... tem várias lojas pra ir. Aí

também pode também ter vários lugares pra comer. [...] É uma liberdade. Por isso que eu extraño [sente falta] um pouco mais a Bolívia, porque aí eu posso sair... Aqui é quando se cumpre, ahn... 16 ou 18 aí já pode andar. Eu prefiro mais a Bolívia que aqui.

Ao mesmo tempo, em outro momento Melany justifica a possibilidade de as crianças saírem nas ruas às suas habilidades pessoais de combate, além de descrever como as crianças na Bolívia são mais independentes que aquelas que vivem no Brasil, o que ela também relaciona à falta de autonomia por conta da violência.

Melany: Na cultura da Bolívia a gente é acostumado não a... aqui o Brasil é inseguro, não deixam as crianças saírem. Lá na Bolívia deixam as crianças saírem porque ali não tem tantos ladrões. Também porque as crianças já têm combate. Quando eu lutei com os meus primos... eles brincam às vezes de luta, aí eu brinquei também. Aí eu gosto. Aí eu brinquei, eles já têm caráter pra se combater com uma pessoa. Eles já estão preparados pra... se alguém quiser machucar eles, eles já vão estar preparados. É... por isso que eu também, já... eu já me viro sozinha.

Melany: Também, os que nascem na Bolívia, já começam a ser mais... não precisa mais da ajuda das pessoas. Como minha prima, a minha prima ainda é bebê, ela tem três anos. Ela se vira sozinha para tomar banho. A mãe dela só tem que ficar ali. Mas eu não, como eu já fui acostumada ao Brasil, como eu vim com um ano e meio, aí eu já me acostumei ao Brasil e... agora que eu cuido de mim mesma[...] acho que é porque... aqui não tem tantas coisas pra fazer, aí eles já não se dependem deles mesmos. Porque a mãe é que tem que defender, porque tem ladrões, assassinos, tem várias pessoas que violam, então aí acho que é por isso.

Entretanto, apesar de todas as crianças descreverem a Bolívia como um lugar bonito e tranquilo, onde podem andar livremente, em alguns momentos surge na fala de Melany outras percepções, que revelam também violências e situações de precariedade acontecendo no país, sem que isso afete o conceito que tem sobre ele.

Em uma de nossas primeiras conversas, Melany já declarava: “Lá às vezes eles também têm alguns problemas, também estão expulsando o presidente”. O que demonstra um entendimento da situação política como problemática nos dois países, e da importância que isso tem para a vida de seus habitantes. Por outro lado, a frase não permite uma análise mais profunda das ideias que ela tem sobre a situação em cada um dos países, nem sobre o que pensa a respeito da atuação de cada presidente.

Em outra circunstância, descreveu a falta de hospitais, declarando que muitas pessoas moradoras de Santa Cruz de la Sierra, assim como ela, teriam nascido em La Paz porque em Santa Cruz não há maternidades, apenas hospitais. Ela também relata como sua mãe tem juntado dinheiro para que possam reformar a casa em que seus avós moram com seus tios e primos em Santa Cruz, para que elas possam morar lá também.

Segundo ela, não há lugar para elas na casa e sua mãe gostaria de reformar todos os cômodos, além de comprar coisas novas como televisão e outros. Em sua fala descreve um dos cômodos da casa como bagunçado e desorganizado e a falta de espaço na casa, o que diz respeito mais a seu âmbito familiar, mas também pode dizer sobre a situação da família dentro de um cenário mais amplo do país; por outro lado, revela também que o trabalho de sua mãe no Brasil permite que ela junte dinheiro de forma que na Bolívia não seria possível.

Além disso, ao conversarmos sobre o que gostaria de ser quando crescesse, uma de suas respostas foi que gostaria de ser advogada para que pudesse ajudar sua família, caso alguma criança fosse violada. Quando a questioneei sobre o que seriam essas violações me explicou:

Melany: Lá na Bolívia costumam ter violações com crianças menores, como quinze anos, dezesseis anos. Aí... nós... aí como tem que ter bastante advogado na Bolívia, por causa que, todos denunciam as pessoas, aí por isso que eu prefiro ser advogada e doutora.

Um fato que foi unânime na fala das crianças foi que em Santa Cruz faz muito calor no verão e não há água quente para banhos no inverno. Todos relataram que passam mal de calor quando estão por lá, e por isso morar em São Paulo era melhor. Além disso, Melany, que declarou preferir a Bolívia ao Brasil, ao descobrir que iria morar lá disse que não queria ir, pois estava acostumada com a vida aqui.

Estas passagens revelam um pouco da relação que as crianças estabelecem com o país e dos valores que têm ao pensar em uma cidade. Além disso, há aqui traços da dupla pertença descrita por Silva, com aspectos positivos e negativos de cada local se sobressaindo em diferentes momentos de seu discurso. Na Bolívia, apesar de haver algumas questões de violência, isso não parece se impor à vida que levam quando estão lá, uma vez que podem sair às ruas sozinhos e vivenciá-las junto a outros habitantes. Ao mesmo tempo, há uma percepção de que aqui há mais infraestrutura, como hospitais e água quente, que também é valorizada por eles. Ainda assim, a pouca quantidade de carros, a liberdade de andar na rua, a presença da família, além de elementos de lazer como as paisagens e o teleférico – e talvez a relação que seus familiares estabelecem com o país – faz com que a Bolívia seja mais estimada na fala das crianças.

“Na minha rua ela sempre tem ladrões”: São Paulo, cidade da exclusão

Figura 29 – A cidade de São Paulo. Desenho feito pelas crianças

Como mencionei anteriormente, em um de nossos primeiros encontros as crianças optaram por desenhar uma cidade coletivamente. Parto então da imagem que criaram para compreender um pouco melhor a forma como se relacionam com a cidade.

Na cidade desenhada pelas crianças, os primeiros elementos que surgiram foram as ruas, casas e prédios e o céu. As ruas aparecem como elementos essenciais pra se circular na cidade, ir de um local ao outro. Nelas há principalmente faixas para os carros, mas em algum ponto aparece também uma ponte para a travessia de pedestres. O prédio ocupa um grande espaço do desenho e há um helicóptero de emergência sobre ele. Pensando nos elementos levantados pelas crianças sobre sua circulação na Bolívia, é interessante notar as escolhas que fazem no momento de representar São Paulo. As

ruas aqui, como notado por eles, são principalmente feitas para carros e nos levam para locais como o McDonald's ou o Shopping D, que também tomam grande parte de seu desenho. Além das ruas, há também um estacionamento, corroborando a percepção de que São Paulo é uma cidade primordialmente de carros, para os quais, além das ruas, são dedicados espaços para que estacionem.

Gabriel e Samuel descrevem usar o carro como principal meio de locomoção. Seus pais são donos das próprias barracas e utilizam o carro para transportar algumas das coisas que precisam. Além disso, ao falar do trajeto que faz até a feira, Gabriel afirma que, por sua casa ser muito longe, fazem uma parada na casa de sua avó que mora no bairro do Bom Retiro. Ele descreve um pouco do bairro e do caminho que fazem para chegar à feira:

Gabriel: É assim: aqui é a casa da minha avó, aí mais ou menos aqui na frente aqui tem um monte de casa. E tem uma casa do lado que embaixo dela tem uma garagem e em cima tem... pra ver a vista, né? Aí depois tem que ir pra cá, tem que... virar pra esse lado.

Segundo ele, para chegar à feira da casa de sua avó seria possível ir a pé, porém de sua casa só é possível chegar de carro, pois ela é muito longe.

Uma das fotos tiradas por Melany retrata também a vista da sacada da casa de seu tio. A vista, já destacada acima por Gabriel, é algo bonito, a ser valorizado. Horizontes numa cidade como São Paulo são raros. A vista é símbolo dessa apreensão da cidade, lugar de onde se pode ver tudo.

Melany: Ah, aqui foi na casa do meu tio, a vista dele é superbonita por causa que vai até o teto da casa o andar. Aí eu tirei desdalí.

Figura 30 – Vista da casa do tio. Foto tirada por Melany

Interessante notar também como, além das casas, os locais escolhidos pelas crianças para serem representados são essencialmente locais de lazer, sejam internos e privados, como é o caso do shopping, da lanchonete e de uma sorveteria, seja uma praça com brinquedos, que ocupa o centro do desenho. Sobre a relação das crianças com espaços de lazer vou tratar mais profundamente no último item deste capítulo, mas aqui é importante notar como estes são elementos centrais em seu desenho, revelando uma parte importante de sua relação com a cidade. Além destes, o único outro local retratado no mapa é um restaurante, que, segundo Melany, era essencial para que as pessoas não passassem fome.

Por outro lado, se em seus desenhos os espaços de lazer e moradia aparecem como pontos principais, em seus discursos (principalmente no de Melany), a violência prevalece, como mencionei anteriormente. Ao falar sobre sua locomoção pela cidade, Melany diz utilizar-se de Uber tanto por questões de locomoção como de segurança. Das fotos tiradas por ela, três foram tiradas de dentro de um Uber. Segundo ela, vai à escola a pé, mas muitas vezes pede um Uber, pois o caminho é muito íngreme e sua mãe se cansa. Quando a questiono sobre a possibilidade de ir de ônibus me diz que ele não passa por sua casa.

Figura 31 – Foto tirada por Melany dentro do Uber

Figura 32 – Foto tirada por Melany pela Janela do Uber

Figura 33 – Foto tirada por Melany pela Janela do Uber

Figura 34 – Melany. Foto tirada a pedido de Melany dentro do Uber

Ao mesmo tempo, descreve o uso do transporte particular por conta dos assaltos na região.

Melany: É que se a gente va sozi... a pé ou de ônibus, a gente sempre vai, por causa de... é que lá na Casa Verde às vezes tem muito assalto. Teve um

dia que meu pai, ainda bem que ele escutou, por causa que tinham roubado dinheiro e era quase uns 3 milhões. Assim, bastante dinheiro. E não tinha, por causa que eles tavam pondo tudo numa mochila, assim, de madrugada. Então aí os ladrões queriam roubar ele. Só que aí eles conseguiram pegar um pouco de dinheiro. E o restaurante [próximo à sua casa]... eles mudaram de restaurante pra um outro lugar que não é mais lá. Na minha rua ela sempre tem ladrões. Até minha mãe uma vez chegou e eu falei: mãe, o meu pai não vai chegar. Ele vai chegar amanhã. É que meu pai às vezes ele sabe tomar bastante. Aí quando ele voltou, às 1 da manhã, o que aconteceu: dois ladrões queriam roubar. Os brasileiros eles gostam de roubar os bolivianos.

Apesar deste forte discurso de Melany, Gabriel afirma que isso não acontece onde mora. Entretanto, durante nossa conversa, ele afirma: “Lá na minha casa tem um monte de maloqueiros que querem levar crianças às vezes”, fato que também é descrito por Melany. Segundo eles, nenhum dos dois anda muito pelo bairro onde mora, mas Gabriel conta que às vezes frequenta um parquinho próximo à sua casa. Já de acordo com Melany, seu bairro é longe de parques e não há nada para fazer por lá.

Melany: Aí minha mãe como ela não quer me ver assim, e também por causa que ela, que eu assisto bastante celular porque não tem quase nada pra fazer. Aí ela me fala: vamo lá passear pro Ibirapuera... pra vários parques. Mas são longes, temos que pedir uber, por causa que é superlonge. Por isso que a gente não faz quase nada. Ela sabe só trabalhar e eu sei só assistir celular.

Esta fala de Melany também nos dá uma pista sobre um aspecto importante de suas vidas em São Paulo: acompanhar seus pais em suas longas jornadas de trabalho. Além do trabalho na costura durante a semana e a feira Kantuta aos domingos, as crianças contam que seus pais trabalham também em outra feira aos sábados, no Bom Retiro, deixando pouco tempo para que passem juntos ou façam atividades de lazer. Como veremos mais adiante, as atividades descritas pelas crianças são em sua maioria programas de TV ou YouTube, como descrito por Melany no excerto anterior.

4.2. A casa

Figura 35 – Desenho feito por Gabriel

Durante os encontros com as crianças, a casa não apareceu tantas vezes em suas falas, a não ser em algumas referências a eventos que aconteceram por lá, como algo que assistiram juntos na TV, no caso de Melany e Samuel, ou como referência, ao dizerem que algo é perto de sua casa ou o bairro onde moram. Arthur, entretanto, relatava alguns eventos que o marcaram, como o dia em que a casa ficou alagada por conta de uma chuva forte ou um rato que apareceu e foi morto por seu pai. Gabriel, seu irmão mais velho, contudo, sempre ouvia os relatos de Arthur minimizando-os, sem dar muita importância.

Figura 36 – Desenho feito por Gabriel

Apesar disso, a casa apareceu diversas vezes em seus desenhos. Gabriel, por exemplo, desenhou uma casa de dois andares, dizendo que dentro havia um elevador, mas que não queria que ela tivesse grama. Em outra circunstância, desenhou uma casa dizendo que era uma casa imaginária, que não a dele, onde se morava embaixo da terra para fugir dos monstros. Já Ângelo desenhou uma casa-trem que poderia levá-lo a qualquer lugar e uma casa com escadas com alguém sendo atingido por um raio.

Figura 37 – Desenho feito por Ângelo

Além disso, a casa apareceu nas fotos tiradas tanto por Melany quanto por Gabriel. Melany pediu a alguém que tirasse uma foto sua na varanda de sua casa, fotografou o quarto de costura e também a parede do quarto habitado pelo casal que trabalhava na oficina de sua mãe. Gabriel pediu para tirarem uma foto sua com seu irmão dentro de casa e escolheu tirar uma foto de sua cama com o lençol do Homem-Aranha.

Figura 38 – Gabriel e Arthur. Foto tirada a pedido de Gabriel

Figura 39 – Cama com lençol do Homem-Aranha. Foto tirada por Gabriel

As fotos tiradas pelas crianças promoveram conversas entre elas, nas quais contavam um ao outro sobre a organização de sua casa. Gabriel mora com sua mãe, seu pai e seu irmão, Arthur, no Jardim Brasil. Segundo ele, sua casa fica ao lado de uma loja de doces, e havia um parque e um bar em frente. Sua casa é “*um pouquinho mais grande*” e para trancá-la é necessário colocar um “*candado*”. Ela é “*toda limpinha*” e é preciso não esquecer de colocar algo para não entrar água em épocas de chuva.

Gabriel: Na minha casa é tudo assim. Na minha casa é tudo junto. A oficina não é junto com o meu quarto assim. O meu quarto e aqui. Aí quando a gente

sai do meu quarto assim, na porta, aí já vem a oficina. E... também quando a gente sai, é a cozinha e aqui é o banheiro. E aqui também é um lugar onde a gente lava a roupa.

Em seu quarto, há uma cama de casal para seus pais e uma pequena para ele e Arthur. Em seu relato, Gabriel destaca também a presença de janelas, da televisão e de uma árvore muito grande ao lado do pátio, onde há muitas pedrinhas.

Figura 40 – Melany na varanda de sua casa. Foto tirada a pedido de Melany

Melany mora com sua mãe na Casa Verde. Sua casa tem três quartos, e, além delas, na casa vivem mais dois casais, que trabalham com sua mãe na oficina de costura. Nos quartos dos trabalhadores há uma cama de casal, porém Melany e sua mãe dividem uma cama de solteiro. “Aí às vezes me aperta um pouco. Aí minha mãe disse que vai comprar outra cama. Pra gente, aí a gente dormir separado”.

Ao desenhar sua casa para nos mostrar, Melany começa pelo portão, que é muito grande. Além dele, há também uma grade, com quadradinhos, para proteger dos ladrões.

Figura 41 – Melany no quarto de costura. Foto tirada a pedido de Melany

Figura 42 – Parede do quarto de um casal de moradores. Foto tirada por Melany

Segundo ela, sua casa parece pequena quando se olha de frente, mas ao vê-la de lado é possível perceber o quanto é grande. Passando pela grade há a varanda onde posou para a foto, na qual dá para ver a janela de um dos quartos. Para entrar na casa há alguns degraus e, em seguida, chega-se à sala, onde há uma mesa redonda.

“Depois indo em frente, aqui seria um outro quarto e agora aqui seria uma televisão velha que a minha mãe guarda ainda. [...] E aqui era o nosso quarto, né? Agora uma porta que vai dar em outro lugar. Minha casa é muito grande. Mas aqui era só pra brincar e aqui tem mais uma máquina. Porque como não cabia, então, eles faziam aqui na sala.”

O cômodo em frente é a oficina e em seguida a cozinha. Segundo ela, na oficina há muitas máquinas. Há uma dispensa onde guardam azeite e arroz e o Wi-Fi está localizado acima de um dos armários. “Deste lado era casa do vizinho. O muro não é tão grande. Aqui seria a geladeira. Aqui é a lavanderia, a máquina de lavar e a pia, por último que era perto do vizinho”.

Tanto Melany como Gabriel falam de suas casas com bastante afeto e orgulho. São grandes e organizadas, há espaço para brincarem. Neste sentido, a forma como Gabriel desconsidera as falas de seu irmão sobre a enchente e o rato parece uma forma de preservar este espaço. Quando ele conta sobre o dia em que entrou água em casa, o faz de forma mais objetiva, mencionando que há uma estratégia para lidar com isso, para que não ocorra novamente, e não demonstra nenhum incômodo em sua fala.

O trabalho de costura está muito presente nas duas casas, ocupando e dividindo o espaço da sala. Melany discorre longamente sobre a organização das máquinas e sobre quem senta para trabalhar em qual lugar.

Melany: Aí a gente vinha aqui que era várias máquinas. Aqui só tinha 3 desse lado. E aqui tinha outro. Aí essa aqui, seria supostamente cozinha, só que minha mãe não queria fazer aqui porque tinha bastante espaço, então ela preferiu fazer a oficina. [...] A gente tem bastante cadeira então é por isso que cabe todo mundo. Aqui é uma máquina antiga do meu tio e aqui eles trabalham duas pessoas. Minha mãe trabalha aqui, a moça trabalha aqui, o outro moço trabalha aqui, a outra aqui e a outra aqui.

Além disso, apesar de ambas as casas serem descritas como grandes, ambos dormem no mesmo quarto que seus pais e dividem camas. Melany conta como esta é uma preocupação de sua mãe, que manifesta o desejo de comprar outra cama para que possam dormir separadas.

A segurança também é um assunto mencionado por eles. Gabriel fala que fecham a porta com um cadeado e Melany fala sobre o tamanho do portão e a função de proteção da grade. Além disso, os dois apontam elementos de lazer, como estes espaços onde brincam, a árvore e as pedrinhas, no caso de Gabriel; a televisão e o roteador de Wi-Fi, para Melany.

4.3. A escola

A escola apareceu na fala das crianças em diversos momentos ao longo da pesquisa e parece ser bastante valorizada pelas crianças e também por suas famílias. Tanto Glória (mãe de Gabriel) quanto Rocío (Mãe de Melany) dão grande importância aos estudos. Glória chegou a mudar Gabriel de escola por não gostar da qual ele estava e hoje demoram uma hora no percurso de casa até a escola E. E. República da Bolívia, localizada no Jardim São Paulo, a mais ou menos 8 km de distância. Segundo ela, apesar do nome, não há outros bolivianos na escola, e o que mais gosta nela é o fato de rezarem todos os dias e de o diretor chamar as crianças para ver o que estão aprendendo. Já Rocío não mencionou a escola ao longo de nossa conversa, mas, segundo Melany, tem a intenção de levá-la à Bolívia quando estiver começando o Ensino Fundamental II e colocá-la em uma escola particular só para meninas, que ela define da seguinte forma:

Melany: É como uma igreja que tem várias pessoas de religião, mas não é. É só pessoas que... aí não pode entrar nem menino, os meninos não podem entrar. Aí também tem a escola dos meninos que só os meninos pode ir.

Para Glória, entretanto, as escolas na Bolívia são melhores e não há tanta diferença entre escolas particulares e públicas. Segundo ela, sua mãe insiste para que leve Gabriel e Arthur para estudar na Bolívia, porém ela não quer mudar de país. Além disso, diz que as crianças que vêm da Bolívia normalmente estão mais avançadas nos estudos.

Segundo as crianças, os bolivianos são mais queridos pelos professores e eles mesmos se consideram mais atentos e descrevem como são melhores em algumas coisas.

Melany: É que nossas professoras, elas gostam mais de nós, porque a gente é boliviano. Porque a gente aprende mais, porque a gente olha mais, presta mais atenção nas... nas aulas e a gente tira notas boas. Por isso que, todo mundo, elas acham que os que são de outro lugar, que não são de Brasil, eles são melhores alunos, porque a gente tem nosso costume. Eu, costume prestar mais atenção na aula.

Julia: Na sua escola é assim também Samuel? [Ele afirma que sim com a cabeça].

Melany: É que sabe, quando eu tive a minha professora, que se chamava Linda, ela sempre gostou de mim porque eu sempre fui prestar atenção, tirava notas 10. Sempre tirei 9 ou 10. Nunca tirei 8. Aí no segundo ano também, eu tirava 9 ou 10 ou 8. Aí no terceiro também eu tirava 10 ou 9. Agora, eu tiro também não sei quantas notas.

Samuel: Eu tô no quarto, mas agora eu tô ficando péssimo. No segundo, terceiro, primeiro, eu tirava tudo 10. Agora eu tô ficando péssimo. [...] É que

deve ser que elas acham que a gente estuda melhor em Bolívia. É que alguns brasileiros, de algumas escolas são bem... [Melany interrompe, ele continua] é que algumas pessoas brasileiras, que eram amigos de algumas professoras de algumas escolas, foram lá em Bolívia, foram pesquisar sobre as escolas de Bolívia, deve ser que... eles viram que lá eles estudam mais.

Em outra circunstância, Melany conta como consegue desenhar mais rápido que seus colegas com algumas técnicas de desenho que seriam próprias das crianças bolivianas, como descrito na seção 2.4, deflagrando também a ideia de que os bolivianos seriam melhores que os brasileiros nos estudos e nas técnicas.

Entre eles, no entanto, há também certa competição para mostrar quem sabe mais ou quem tem a melhor escola.

Ângelo: Olha como faz lá na minha escola o 2 [mostra como escreve o número].

Melany: Eu faço assim o dois.

Ângelo: Não é desse jeito, olha. Lá na minha escola é português [inglês]. Eu tenho, eu sei falar hello, essas coisas assim.

Julia: Você sabe falar o que?

Ângelo: Eu sei falar inglês. Aqui ó, é assim o dois lá na minha escola. Mas também tem outra forma. Eu tiro muita nota com 10 e eu passo de ano. Com esse número. Só com esse número eu passei de ano.

Melany: na minha escola o um é assim: é um número, número de telefone.

A escola é também o lugar dos amigos, apesar de alguns relatos de conflitos com colegas. Ao falar sobre sua escola, E. E. Joaquim Nabuco, localizada na Casa Verde, Melany diz gostar da escola por ter muitos amigos, mas diz ficar muito irritada com alguns colegas, principalmente por haver tantas brigas entre eles:

Melany: Eu não gosto que a minhas amigas sempre briga, por causa que eles sempre tão brigando. A outra não pediu emprestado o brinquedo, a outra começa a brigar, a outra começa a chorar e aí elas são muito implicantes, aí eu fico brava e aí eu grito toda a sala. Pra toda a sala ficar quieta. Por causa que a professora deixa essas meninas só fazendo assim. Elas não sabem falar pra todo mundo parar.

Além disso, ela e Ângelo relatam alguns conflitos com colegas por conta de *cards* de futebol.

Melany: Na minha escola já pegaram todos os meus *cards*. É que meus amigos... como eles são tão bons de jogar e eu quis jogar, mas eu falei que não era pra eles pegarem, que era me devolver depois. É que tem umas regras que dá pra jogar assim só devolvendo *card*. Aí depois eles não me devolveram, mas aí como eu sou muito amiga da minha outra amiga que não é louca, aí eu tive que pagar 10 *cards* só pra me devolverem 2 *cards*. Aí eu perdi todos os meus *cards*.

Ângelo: Lá na minha escola é diferente. Eu tô no último ano. Não, na verdade eu tô no quarto. Ainda tô começando o quarto.

Julia: Qual é a sua escola?

Ângelo: Beatriz Rosario Bassi Astorino. Escola Estadual Beatriz Rosario Bassi Astorino. E mais uma coisa. Lá na minha escola também aconteceu, mas foi diferente. Eu tinha trazido as minhas cartas, eu vinha todo dia. Mas aí todo mundo pegava os pacotinhos que eu trazi pra abrir com meus amigos. Levavam pra casa e achavam que tinha cinquenta *cards*, mas a surpresa, só vem quatro. Aí eles pensaram e me devolveram. Até reclamei com eles.

Apesar destes conflitos relatados por Ângelo e Melany, nenhuma das crianças relata situações de preconceito vividas na escola, como descritas na literatura (GONÇALVES, 2019; MAGALHÃES, 2010; SILVA, 2014). Glória diz que quando ela ia à escola havia muitos bolivianos e eles eram chamados de japoneses. Já Rocío declara ter vivido situações de preconceito quando se mudou para a Zona Leste, porém nenhuma delas acredita que os filhos vivam isso na escola e, pelos relatos das crianças, os conflitos vividos parecem girar em torno de brinquedos. Além disso, Melany diz ser brava com eles e que costuma brigar com todos da sala, colocando-se inclusive como a pessoa que vai buscar restabelecer a ordem no lugar da professora, que não estaria fazendo seu papel direito.

A escola também apareceu nas fotos tiradas por Melany e Gabriel. Importante notar como, das fotos tiradas por Gabriel, duas eram de sua casa e duas da escola, o que mostra a relevância deste espaço para ele.

Gabriel: essa daí é a parte de fora da minha escola... [...] A escola aprende muitas pessoas e também eu queria tirar foto pra vocês verem como é a minha escola, só que eu falei pro meu pai tirar mais de longe pra ver...

Figura 43 – Portão da Escola. Foto tirada a pedido de Gabriel

Figura 44 – Gabriel no topo da escada. Foto tirada a pedido de Gabriel

Quando perguntei a Gabriel o que queria mostrar de sua escola, me respondeu que gostaria de mostrar as salas. “Da minha escola que eu gosto é quando... quando tem uma sala de leitura lá.” Disse gostar muito da Sala de Leitura por poder alugar livros na hora do recreio e seus preferidos são aqueles “que têm mais histórias”. Tanto Melany quanto Gabriel disseram gostar muito de levar livros pra casa.

Melany: A minha leitura ela também tem vários livros. Tem vários. Tem os primeiros anos. Só que os meus amigos, eles não querem olhar do quarto ano.

Eles sempre querem olhar do primeiro... segundo ano, assim. Aí como eles podem, eu escolho também do quinto ano, porque os livros são melhores. Às vezes não dá pra entender e às vezes dá.

Ele e Melany discorreram longamente sobre as diferentes salas temáticas que existem em suas escolas: sala de informática, de vídeo, de cinema. Falam delas com bastante entusiasmo, com aquele tom de competitividade para ver qual escola tem mais coisas. Melany conta que ensaiam peças de teatro e estudam flauta na sala de cinema, mas que, para assistir filmes, usam a sala de vídeo.

Gabriel conta animado de um aplicativo que usam para aprender matemática, chamado Dragon Learn.

Melany: A nossa escola ela... na nossa escola tem algumas professoras que inscrevem nós na... em vários jogos. Também teve uma professora que... duas professoras. Que falaram pra gente buscar jogos e tinha... aí eu falei: nossa! Aí tem jogo de matemática, vários jogos pra aprender. Aí... mas eu não me lembro outros jogos. Mas tem... a professora nos inscreve no jogo e a fala a contrassenha. Aí a gente tem que fazer a contrassenha. Nós fazemos a contrassenha e aí a gente tem que entrar no jogo e fazer a contrassenha e pronto.

Ao mesmo tempo em que valorizam diversos aspectos de suas escolas, falando delas com bastante entusiasmo, algumas vezes surgem em suas falas alguns aspectos negativos, normalmente ligados à infraestrutura. Melany afirmou, por exemplo, que não gostava de desenhar na escola por conta da falta de materiais e de possibilidades para desenhar. Entretanto, normalmente se refere a essas questões contando que o grêmio está cuidando do assunto e que logo vão ser modificadas.

Melany: É verdade que o banheiro dos meninos não tem porta? Porque disseram que não tem porta.

Ângelo: Lá na minha escola tem porta, mas uma que os do primeiro ano quebraram. Aí dava pra ver o pipi. Mas eu não via nada, só tapava meus olhos pra não ver nada.

Melany: No banheiro das meninas, só é rabiscado um monte de palavrão. E... portas que... Na verdade o grupo da minha sala tá falando pra... tinha um grupo da manhã que tinham falado assim: vamo fazer isto e isto, eles tinham melhorado várias coisas na escola. Mais do que o da tarde. Aí todo mundo se reuniu, todos os meus amigos são amigos de outros amigos, de outros amigos da tarde. Então aí eles se reuniram e falaram pra votar na chapa 2, que era uma chapa, e depois a chapa do primeiro da manhã perdeu, porque eles só votaram... porque eles não votaram, só votaram porque eram seus amigos...

Melany: Mas agora a minha escola, como se diz? Vai fazer algumas mudanças. Agora vai poder, como se diz? Vai poder tudo liberar. Algumas coisas vai liberar.

Julia: Que coisas?

Melany: Eu não sei, é sobre o grêmio, que é... uma pessoa, né? Vai... ela vai como presidente da sala. É que sempre a nossa escola ganha dinheiro, e com isso elas pergunta pras crianças o que tem. Então agora a gente votou em que a gente ia votar, na segunda que acho que era... adolescentes. Aí elas falaram pra arrumar as luzes, o fio, né? Que controla as luzes, porque esse fio é superantigo então por isso que às vezes as luzes apagam... aí eles vão mudar isso também e também as luzes, as goteiras que... que tem no teto da escola. Eles vão mudar algumas coisas, porque a nossa escola ela é muito antiga. Ela... aí a gente tá fazendo tudo isso. Aí quando não tem presidente, quando falta, né? A gente... A gente pega outros presidentes que já sabem tudo. Os mais inteligentes. Aí a gente pega e fala pra eles irem.

As fotos tiradas por Melany de aspectos relacionados à escola são fotos de fotos tiradas em situações que viveu. Uma delas é uma foto de sua turma, que segundo ela foi tirada para que pudesse lembrar-se de seus amigos. As fotos, para ela, como discuti no primeiro capítulo, eram formas de recordação. Além disso, sua mãe pretende mudar-se de volta para a Bolívia em 2020, fato que a tem preocupado bastante e que, segundo ela, a fez querer registrar algumas coisas como forma de não se esquecer.

Figura 45 – Grupo da escola. Foto tirada por Melany

A outra foto a representa andando a cavalo em um passeio a um local chamado Chácara Encantada, que, segundo ela e Gabriel, é visitado com frequência por suas escolas. No lugar há piscinas, tirolesa, passeio a cavalo, entre outras atividades. Gabriel também relatou querer tirar uma foto desse passeio, porém disse que acabou não indo e que também não era permitido levar câmeras.

Figura 46 – Lembrança da Chácara Encantada. Foto tirada por Melany

Ao contar sobre o passeio, Melany e Gabriel se empolgam ao falar da piscina e da tirolesa:

Julia: E por que você queria tirar foto desse passeio?

Gabriel: É que esse passeio é muito legal! Eu queria mostrar...

Melany: É, a gente faz tirolesa, várias... nossa e era muito grande!

Gabriel: É, e até nadar na piscina.

Melany: Ah, na piscina era o mais legal. Mas tinha (inaudível) na tirolesa, e eu não conseguia agarrar porque minha mão tava esquentando. Aí quase que eu caio. Mas tinha um seguro que era como se fosse... quadradinhos, só que são feitos de corda. E... se a criança caísse, ele ia cair ali.

Gabriel: E, num sei se você já foi na piscina na xicara encantada. Eu fui.

Além da Chácara Encantada, por exemplo, Melany relata também uma ida ao Aquário de São Paulo. A escola, portanto, além de ser um local de aprendizagem, onde suas habilidades e dedicação são valorizadas, aparece também como um local de lazer, onde se pode ler livros e gibis, onde se brinca com os colegas (apesar das eventuais desavenças) e onde também se fazem passeios a lugares aos quais normalmente não teriam acesso ou os quais não frequentam, como apontado por Melany na seção 4.2.

Estes espaços/tempos de lazer foram muito valorizados pelas crianças dentro de cada um dos aspectos analisados pela pesquisa. A seguir, tratarei mais profundamente sobre o tema.

4.4. Lazer/Sonhos

Como mencionei antes, durante nossas conversas, por diversas vezes o tema lazer apareceu em relação a diferentes contextos. Fosse na ocupação da Praça Kantuta aos domingos, fosse nas viagens à Bolívia ou nos passeios e brincadeiras na escola. O aspecto de lazer mais mencionado pelas crianças, no entanto, foram programas de TV e YouTube, além de passeios ao Shopping D.

Figura 47 – Mickey. Desenho feito por Gabriel

Figura 48 – Mickey. Desenho Feito por Samuel

Figura 49 – Pikachu. Desenho Feito por Samuel

Figura 50 – Bendy. Desenho feito por Samuel

Das 33 fotos tiradas por Melany, quase metade (14) são da tela da TV ou de quadrinhos, o que fala da importância que estes têm para ela. Quando Gabriel a questionou sobre o motivo de ter tirado essas fotos, respondeu apenas: “Porque eu queria. Eu só queria tirar do Ben 10... eu tirei de vários YouTubes”.

Figura 51 – Ben 10. Foto tirada por Melany

Figura 52 – Ben 10. Foto tirada por Melany

Figura 53 – Jogo Minecraft assistido no YouTube. Foto tirada por Melany

Figura 54 – Jogo Minecraft assistido no YouTube. Foto tirada por Melany

Figura 55 – Jogo Minecraft assistido no YouTube. Foto tirada por Melany

Além disso, diversos desenhos feitos por Samuel e Gabriel ao longo de nossos encontros representavam personagens como Mickey, Pikachu e Bendy. Nos diálogos travados entre eles, os programas apareciam com bastante frequência e eram quase sempre conhecidos por todos, ou disparavam discussões calorosas sobre outros deles. Esse era o aspecto nas quais suas experiências mais se aproximavam e que gerava mais entusiasmo por parte de todos. O acesso aos programas e canais é bastante valorizado por eles e por vezes disputam para ver quem conhece mais programas, o que fica claro na fala de Gabriel:

Gabriel: É, mas eu tenho YouTube ilimitado, porque na minha casa tem... como podemos dizer? Tem... um monte daquelas barrinhas que tem, um círculo aqui, aí depois tem aqui. É tudo. Bem legal. Eu tenho muito, não trava nunca.

Figura 56 – Programa de YouTube. Foto tirada por Melany

Figura 57 – Enaldinho. Foto tirada por Melany

Figura 58 – Programa televisivo. Foto tirada por Melany

Figura 59 – Programa televisivo. Foto tirada por Melany

Figura 60 – Programa televisivo. Foto tirada por Melany

Gabriel: Quem é esse aqui? [pergunta apontando para uma foto tirada por Melany de um programa televisivo].

Melany: Rei Davi. Você conhece o Rei Davi?

Gabriel: Eu conheço todos. Eu já assisti tudo deles. Quem tirou essa foto? [apontando para uma foto de uma página de gibi].

Melany: Eu.

Gabriel: Mas por que você tirou?

Melany: Por que eu gosto de ler meu gibi. Ah, não, é o gibi da minha professora.

Gabriel: Sua professora tem gibis?

Melany: Aham, são os gibis da *Turma da Mônica Jovem*.

Figura 61 – Gibi *Turma da Mônica Jovem*. Foto tirada por Melany

Figura 62 – Gibi *Turma da Mônica Jovem*. Foto tirada por Melany

Figura 63 – Gibi. Foto tirada por Melany

Gabriel afirma que costuma assistir aos programas no celular de sua avó, ao passo que Melany relata assisti-los na televisão em casa e no celular de sua mãe. Em algumas ocasiões, Samuel também disse assistir a programas televisivos, mencionando canais como Cultura e RedeTV. Em uma passagem, ao falar da predileção de sua irmã mais nova pela cor rosa, surgiu a seguinte conversa com Gabriel:

Samuel: Ela quer rosa. Ela desenha tudo com rosa.

Gabriel: Por quê?

Samuel: Eu não sei também, quero descobrir. É assim, vocês conhecem pônei?

Gabriel: Não... eu conheço.

Samuel: Lá no canal 2, que é canal Cultura, né?!

Gabriel: Aham, eu já sei, eu já sei! Tem um do canal Cultura que tem uma garota chamada Dorothea que gosta de pôneis e aí gosta de cor-de-rosa e depois tem um pônei de cor-de-rosa.

Samuel: Não, não. Tipo, conhecem um programa que se chama My Little Pony?

Gabriel: Ah, conheço, conheço, conheço!

Samuel: Então, ela gosta desse.

Julia: E você, gosta de qual?

Gabriel: Eu conheço de todos os desenhos de lá, eu também olho. Mas eu tenho um aparelho que funciona em outros canais.

Já em outro momento, menciona assistir também a um programa da RedeTV, com vídeos de encrenca e coisas engraçadas. Interessante notar que, ao falar deste programa, associa seu horário ao momento em que chegam em casa após a feira em que vendem seus produtos aos sábados.

Samuel: É assim, quando acaba, né, esse restaurante, né, no estacionamento. Quando você chega na sua casa, acende a TV, você coloca o canal RedeTV. Aí vai tar vídeos de encrenca...

Ao falar sobre um canal do YouTube chamado Você Sabia?, conhecido também por Melany e Samuel, Gabriel afirma que seu pai não gosta muito que veja esse tipo de programa, pois às vezes lhe dá medo à noite. Samuel diz que ele também sente medo às vezes, mas que ele aguenta.

Gabriel: Ontem, quando eu vi um assassinato, eu acordei às 3 da manhã. Na hora que falaram de um assassinato no Você Sabia?.

Além dos programas de TV, como mencionei, o Shopping D foi outra experiência de lazer bastante mencionada pelas crianças. Segundo eles, lá tem cinema, uma piscina grande de bolinhas e lugares para comer. Quando vão ao shopping, costumam ir ao cinema e ficam olhando as vitrines, vendo coisas para comprar, mas nem sempre dá para comprar as coisas que querem.

O cinema foi um dos elementos mais destacados pelas crianças:

Gabriel: Eu já fui vinte vezes no cinema do Shopping D.

Melany: Eu já fui três vezes.

Gabriel: E você?

Samuel: Eu... eu não contei, mas eu sei que eu já fui muitas vezes.

Melany: É muito legal e às vezes tem 3D.

Julia: 3D, uau!

Gabriel: Quarta eu vou no Shopping D olhar Lego 2.

Ao desenhar a cidade, o shopping foi um elemento de bastante destaque e as crianças descreveram-no em detalhe, por dentro e por fora, mostrando-se muito familiarizadas com o local.

Melany: Eu vou desenhar uma amarelinha, porque quando entra no Shopping D tem uma amarelinha.

Ângelo: Sabia que no Shopping D dentro tem um cinema? Posso desenhar ele por dentro? Eu conheço ele todinho.

Para além do lazer midiático, os desenhos e fotos das crianças também revelaram outros elementos de fantasia e brincadeira. Melany, por exemplo, tirou fotos de nuvens, dizendo que queria ver se conseguia encontrar algum desenho nelas.

Figura 64 – Nuvens. Foto tirada por Melany

Figura 65 – Nuvens. Foto tirada por Melany

Outros desenhos traziam imagens do espaço, navios, balões, foguetes e a Torre Eiffel. Temas que figuraram nas conversas entre eles, evidenciando desejos de viagens, aventuras e sonhos das crianças. Gabriel, por exemplo, disse que queria ir à França, pois lá há pão francês e a Torre Eiffel. Balões, navios e foguetes nos levam para outros lugares a serem descobertos e explorados, e os próprios desenhos levavam a conversas imaginativas e brincadeiras entre eles. Ao desenhar o espaço, por exemplo, Gabriel descreveu seu desenho da seguinte forma: “A lua entrando dentro da terra. Depois a terra explode, depois vai até o sol, que aí depois queima, e aí depois explode o sol que depois vai explodir outros planetas”. Assim que terminou de explicar, avistou algo curioso no céu, que não poderia estar ali, como um óvni, que ele e Melany partiram logo a perseguir, ansiosos.

Melany: A gente foi ver de perto e não era avião!

Gabriel: Não era avião!

Figura 66 – Torre Eiffel. Desenho feito por Gabriel

Figura 67 – Foguete. Desenho feito por Gabriel

Figura 68 – Navio. Desenho feito por Gabriel

Para além das brincadeiras e fantasias, os desenhos revelam também os saberes das crianças. Ao falar sobre o desenho de Gabriel, por exemplo, Melany pergunta:

Melany: Me parece ou você copiou uma teoria sobre os cientistas? Porque os cientistas dizem que a cada ano a lua vai se aproximando mais da terra. Uns quatro metros.

Figura 69 – Universo. Desenho feito por Melany

Estes saberes, assim como os elementos de seus desenhos, revelam também suas referências e concepções sobre o lazer. No desenho que fizeram coletivamente da praia, muitas referências a desenhos animados e programas infantis apareceram, como ilhas e animais trajando roupas, mas também uma diversidade grande de animais marinhos, como peixes, tubarões, golfinhos, águas-vivas e caranguejos. Há também cadeiras de praia e guarda-sol, que segundo eles são importantes para que as pessoas possam sentar-se, e uma ponte entre a ilha e a areia, para que todos possam chegar até lá.

Figura 70 – Praia. Desenho feito pelas crianças

A praia não é um local que frequentam muito, porém todos dizem já ter ido alguma vez.

Samuel: Eu já fui um dia na praia com ela [apontando para a irmã], meu pai e minha mãe. E os ajudantes da minha mãe e a mãe dela foi com ela [falando de Melany].

O desejo de desenhá-la surgiu junto com a vontade de representar a cidade e também a Feira Kantuta, o que diz da importância que esse espaço tem em seu imaginário. Além disso, seus relatos de experiências na praia são trágicos e também fantásticos e se relacionam com este universo de brincadeiras:

Gabriel: Eu fui um dia na praia com a minha tia.

Samuel: O dia que eu fui choveu muito. Caiu um raio no teleférico e aí meus pais sentiram o raio. Caiu um raio na água, em qualquer lado.

Gabriel: Um dia quando eu tava... quando eu era, quando eu tinha um aninho, eu fui pra praia. Mas depois também choveu muito forte, e eu tava na água. Aí, o choque tava indo na água. Aí depois meu pai me pegou e me levou. Aí depois esse choquee... encostou na água aqui, aí depois a água... Fez choque! [onomatopeias]. E também tinha piranhas nessa água.

Para além das fantasias e sonhos relacionados ao lazer, as crianças expressaram também alguns sonhos que têm para suas vidas futuras, principalmente relacionados às profissões que seguirão. Melany diz que sua mãe insiste para que continue os estudos, pois, por conta da gravidez, ela acabou não tendo essa oportunidade.

Em diversos momentos, Melany mencionou que gostaria de ser detetive, pois adora saber das coisas. “Quando tem polícia, vou lá e descubro o que está acontecendo e depois conto pra minha mãe”. Porém, em uma conversa mais específica sobre faculdade, disse querer ser advogada e médica.

Melany: Porque eu posso aí, quando a minha mãe se formar, eu posso ajudar ela, e quando eu, quando alguém da minha família sofrer violação, eu vou poder ser advogada.

[...]

Gabriel: E por que advogada e doutora?

Melany: Porque daí eu vou poder ajudar a minha família na advocação se alguma das filhas ou dos nossos parentes sofrer violação. Aí... eu ajudo as pessoas que ficarem doentes, como a minha avó. Porque quando eu crescer eu acho que ela já vai estar um pouco mais doente... aí eu vou ter que cuidar dela. Aí por isso que eu quero ser médica.

Os sonhos de Melany estão bem calcados em ajudar sua família. Já Gabriel traz outros tipos de ambição. Segundo ele, quer ser lutador de boxe.

Gabriel: Pra esfregar o troféu na cara dos outros, pra eles aprenderem.

Gabriel: eu posso ir pra festa se eu ser lutador de boxe.

Ao ouvir a fala de Gabriel, Melany faz uma referência à polícia, associando o ser lutador de boxe a uma profissão de segurança, o que gerou um diálogo interessante entre eles, em que refletem sobre a profissão policial.

Melany: Sim, mas na polícia, sua vida é só ficar na polícia. Você vai ter que ficar pendente, por isso que eu não prefiro ser polícia.

Gabriel: Antes eu queria ser polícia. Mas aí, quando eu vi na notícia que um policial morreu, outro policial morreu, eu não queria ser mais da polícia.

Melany: Não, ó. Se você quer ser policial, sua vida vai ser só na polícia, não vai ser mais de você.

Julia: Por que você acha isso?

Melany: Porque... sua vida só vai ficar na polícia, porque... vai ter vários casos, vai ter guerra.

Julia: E você viu um policial que morreu, Gabi?

Gabriel: Uhum, policiais que morrem na notícia. Aí eu não quero ser mais policial quero ser lutador de boxe.

Julia: E lutador de boxe não se machuca?

Gabriel: Sim, mas vale a pena porque você pode levar pra casa um cinturão. Um cinturão que eu sempre sonhei, com diamantes.

Melany: Mas você pode pedir pra alguma pessoa fazer um cinturão.

Gabriel: Mas com diamantes?! Não conseguem fazer com diamante um cinturão!

Melany: Minha avó, ela é dona de uma mina.

Julia: Sua avó é dona de uma mina?

Melany: Ela não é dona, mas ela trabalha com uma mina, então, eu posso ir com ela na mina e achar um.

Gabriel: Se conseguir achar, dá.

Melany: Mas não, eles fazem um buraco na mina e depois estão buscando. Então com certeza é provável de achar um diamante... como se fosse Minecraft.

Neste trecho de conversa, as crianças trazem dados muito importantes do que observam do mundo para fazer suas escolhas e planos futuros. Ao falarem sobre o que querem fazer, Gabriel parece estar mais preocupado com dinheiro e reconhecimento, uma imagem bastante midiática, enquanto Melany se preocupa em poder ajudar sua família. Ao mesmo tempo, os dois parecem concordar que a profissão policial é muito perigosa por conta das notícias que veem na TV. É interessante notar como a TV aqui tem dois papéis, de lazer e informação, e ambos estão presentes nas construções que fazem e ideias que têm.

Discussão final

Um dos objetivos deste trabalho, como mencionei, era refletir sobre a metodologia de pesquisa com crianças e, mais especificamente, com crianças bolivianas entendendo que as relações de poder entre pesquisador e participantes, assim como as ideias do pesquisador, podem afetar suas visões do campo e que uma metodologia que pretendesse escutar as crianças era preciso ser construída na relação com os participantes.

Esta se constitui na tensão entre o ser criança/adulto ou imigrante/nativo, na pesquisa com crianças imigrantes a consciência da alteridade e as reflexões sobre ela se fazem ainda mais necessárias. Os papéis, no entanto, não são estáticos e, ao entrar em campo em um espaço que não era meu, me tornei eu mesma estrangeira. As crianças, por sua vez - que muitas vezes são vistas como menos sabidas - tornaram-se meus informantes e puderam também determinar o rumo da pesquisa, sugerindo a feitura dos desenhos coletivos, indicando novos locais para desenharmos na praça, escolhendo o que de suas vidas gostariam de compartilhar. Para além disso, ressignificaram os métodos que propus, entendendo, por exemplo, a fotografia como uma forma de recordação, o que mostra como os métodos que propomos podem ir muito além daquilo que planejamos e como as crianças podem contribuir também com a criação de métodos e se apropriar da pesquisa.

É importante ressaltar que este espaço aberto à participação e mudanças na pesquisa pelas crianças é intrínseco à proposta de fazer uma pesquisa *com* crianças. Ao optar por esse caminho, entendendo que só assim é possível chegar um pouco mais perto de suas concepções e seus modos de compreender o mundo, foi preciso abdicar de alguma forma de controle, não só nas escolhas de métodos e ressignificações feitas pelas crianças, como descrito acima, mas também no entendimento e aceitação de que não quisessem participar em alguns momentos e na tentativa de não atropelar as crianças com minhas perguntas, dando-lhes espaço para trazerem seus próprios assuntos.

Os desenhos e fotografias se mostraram de fato um bom meio de me aproximar das visões das crianças e dos temas que para eles eram importantes e, mais do que tudo, a conversa associada a eles permitiu um aprofundamento essencial, além de despertar novos temas. Sobre isso, gostaria de destacar a importância das conversas terem sido gravadas, para que eu pudesse estar mais atenta à interação com as crianças, sem me

preocupar em fazer muitas anotações durante os encontros. Além disso, me pareceu que o fato de eu estar gravando conferia importância àquele momento e às falas das crianças; algumas vezes em que me esquecia de ligá-lo, eles mesmos me cobravam: “você não vai gravar?”, o que adiciona mais uma camada quando pensamos na tentativa de minimização da relação de poder e na valorização das ideias e percepções das crianças.

No início deste trabalho, tratei um pouco sobre a invisibilidade das crianças dentro de pesquisas acadêmicas bem como na cidade. Neste sentido, ao falar sobre as crianças na cidade, Lúcia Rabello de Castro afirma:

Como sujeitos ainda limitados em sua mobilidade na cidade, crianças e jovens têm a si destinados os espaços “naturais” da casa e da escola. [...] Como se, poderíamos dizer, a ocupação da cidade pela criança e pelo jovem não fosse bem-vinda, a não ser dentro da ordenação prevista pelo adulto. (CASTRO, 2001, p. 114).

Aqui, expus como, de fato, na fala das crianças integrantes desta pesquisa, a casa e a escola parecem ocupar espaços centrais em suas vidas, ao mesmo tempo em que o uso da cidade de São Paulo é bastante restrito – limitando-se, na maior parte das vezes, ao ir e vir entre lugares – e frequentemente marcado pela violência.

O uso de automóveis aparece tanto na fala delas como no desenho e nas fotografias produzidas por elas, caracterizando a cidade como um espaço para carros. Sua percepção aproxima-se àquela descrita por Tonucci de que:

La ciudad se ha tornado hostil para sus propios ciudadanos: es peligrosa, agresiva, está privada de solidaridad, de espíritu acogedor. Señor de la ciudad es ahora el automóvil, que produce peligro, contaminación acústica y atmosférica, vibraciones, ocupación del espacio público (2004, p. 9).

Mesmo o uso do transporte público como ônibus ou a possibilidade de andar a pé são descartadas: o ônibus não passa perto de casa e tomá-lo ou estar nas ruas é tido como algo muito perigoso. O medo da violência prevalece, confinando-as aos carros, às suas casas, endossando também o jargão de que “lugar de criança é na escola” (GOMES; GOUVEA, 2008, p. 58).

Esta imagem da criança confinada, muitas vezes, aparece na literatura como sendo algo mais frequente nas classes mais altas, fechadas em condomínios autossuficientes, passando seu tempo entre aulas de diferentes tipos (inglês, esportes, música), ou em espaços de lazer privados, enquanto nas classes mais baixas as crianças usariam mais o espaço da rua, circulando muitas vezes sem o acompanhamento dos adultos (ARRUDA; MÜLLER, 2010; CARVALHO; MACHADO, 2006; DEBORTOLI

et al., 2008; DIAS; FERREIRA, 2015; GOMES; GOUVEA, 2008; SARAIVA, 2009, 2014). Por outro lado, Dias e Ferreira (2015, p.125) afirmam que apesar deste maior uso da cidade por parte das classes populares, as crianças, de forma geral “deparam-se com a carência de infraestrutura urbana e de equipamentos de educação, cultura e lazer”.

Aqui, no entanto, mesmo pertencentes à classe popular³² as crianças parecem viver uma grande segregação do espaço público na maior parte do tempo, tendo-a no máximo como um local de passagem. Ângelo é o único que declara usá-la um pouco mais, dizendo conhecer bem o bairro próximo à Praça Kantuta, o Museu dos Transportes Públicos e o metrô.

Se por um lado, no entanto, a vida das crianças em São Paulo é marcada pelo medo, na Bolívia parecem usufruir de grande liberdade de circulação, tendo autonomia para circular pelo bairro e fazer compras para suas avós. E, ainda, identificam as cidades que frequentam (Santa Cruz e La Paz) como sendo mais tranquilas do que São Paulo, com menos carros e menos barulho, além de possuir vendedores de frutas que passeiam pelas ruas, que as crianças identificam com essa sensação de tranquilidade.

Para as crianças, assim como propõe Tonucci (2004), é importante uma cidade em que possam viver, onde possam andar, onde não haja barulho, em que haja uso dos espaços e em que se sintam seguros. Segundo ele:

Para la ciudad, el niño puede ser considerado como un sensible indicador ambiental si en la ciudad hay niños que juegan, que pasean solos, significa que la ciudad es sana; si en la ciudad no se encuentran niños, significa que la ciudad está enferma (idem, p. 31).

A Praça Kantuta, então, para além de ser um espaço onde ocorrem diversas manifestações culturais bolivianas, um espaço de trabalho de seus pais e de lazer, é também um lugar onde podem experimentar um pouco da liberdade de circulação e do

³² Para o uso do termo Classe Popular baseio-me nos estudos de Marie Jane Soares Carvalho e Juliana Brandão Machado (2006), que apoiadas nas ideias de Marcelo Ridenti, definem classe social como um termo que “identifica os grandes grupos humanos que se relacionam e lutam entre si para produzir seu próprio sustento” (RIDENTI, 2001, apud CARVALHO; MACHADO, 2006, p. 71). Da luta entre os grupos derivam as relações de dominação em torno do excedente de produção. Dentro da lógica capitalista de produção e consumo, o uso da renda como indicador de classe social é, então, pertinente. Aliado a ele, outros fatores são usados para identificar esses grupos na sociedade, como escolaridade, ocupação e renda (CARVALHO; MACHADO, 2006, p. 71). O termo é usado como caráter comparativo a partir da identificação da diferença de uso do tempo de crianças de diferentes classes sociais por diversos trabalhos (ARRUDA; MÜLLER, 2010; CARVALHO; MACHADO, 2006; DEBORTOLI et al., 2008; GOMES; GOUVEA, 2008; MÜLLER, 2007) .

uso do espaço público como o vivem na Bolívia. Nela, as crianças³³ circulam sem a companhia dos adultos, sentindo-se seguras para explorar o espaço da maneira como preferirem. A praça parece ser como uma pequena vila, um espaço delimitado onde há muitas pessoas conhecidas que de alguma forma zelam pelas crianças em conjunto — uma vez que frequentemente encontramos as crianças em barracas de outros feirantes que não seus pais. No entanto, é possível que essa liberdade de circulação venha menos por uma confiança no lugar do que por uma impossibilidade dos pais de estarem com as crianças, como é o caso da circulação de crianças de classes populares pela cidade.

Por outro lado, este é um espaço do qual claramente se apropriam, usando-o para suas brincadeiras de diversas maneiras, seja nos brinquedos permanentes da praça, nos brinquedos infláveis, reinventando seus espaços como na brincadeira de navio pirata ou percorrendo-o todo como no carnaval. Como propõe Gomes e Gouvêa:

Ao ocupar as ruas para os jogos coletivos [...] a criança investe os espaços públicos de novos significados. [...] A rua torna-se palco do desenvolvimento de jogos e brincadeiras coletivas, expressão de uma cultura geracional específica. Nesse sentido, assume um significado de iniciação na vida social. Afirma-se também como espaço de transição entre a esfera privada doméstica, expressa na casa, e a cidade mais ampla, esfera pública por excelência. (2008, p. 56).

Dias e Ferreira (2015) partem da ideia de Certeau em relação à criatividade dos cidadãos sobre o uso do espaço, fator que faz com que o uso frequentemente supere o planejado, (ver CERTEAU, 2008; LEFEBVRE, 2011) propondo que:

Esse espaço apropriado pelo cidadão nas suas práticas cotidianas é mais que um espaço concreto: é vivido, subjetivado, ressignificado, torna-se parte de seu espaço, *seu lugar* (DIAS; FERREIRA, 2015, p. 126).

Sobre a ideia de lugar, Ana Fani Carlos faz uma belíssima reflexão:

O lugar é a base da reprodução da vida e pode ser analisado pela *tríade habitante - identidade - lugar*. A cidade, por exemplo, produz-se e revela-se no plano da vida e do indivíduo [...] É o espaço passível de ser sentido, pensado, apropriado e vivido através do corpo. [...] É através de seu corpo de seus sentidos que ele constrói e se apropria do espaço e do mundo. O lugar é a porção do espaço apropriável para a vida — apropriada através do corpo — dos sentidos — dos passos de seus moradores, é o bairro é a praça, é a rua, e nesse sentido poderíamos afirmar que não seria jamais a metrópole ou mesmo a cidade *latu sensu* a menos que seja a pequena vila ou cidade — vivida/ conhecida/ reconhecida em todos os cantos (CARLOS, 2007, p. 16-17).

³³ As crianças que fazem parte desta pesquisa, filhas dos feirantes da praça. As crianças frequentadoras da praça costumam estar acompanhadas por seus pais.

Neste sentido, São Paulo nunca poderia de fato ser um *lugar* para as crianças, porém a Praça Kantuta é um espaço que podem vivenciar com seu corpo, apropriar-se e recriá-lo em suas brincadeiras e usos do espaço. Além disso, pensando nos espaços de que nos apropriamos e sobre as sensações de cada um deles, como estávamos discutindo acima acerca das cidades, a Praça Kantuta é um lugar que é por essência um lugar de uso e um lugar de festa, o que o torna extremamente convidativo para ser vivenciado. Até mesmo os grafites, que são destacados pelas crianças como importantes por se tratar de arte, compõem o espaço e o evidenciam como um espaço apropriado, compondo o que, segundo Chisté (2018, p. 247), Lefebvre denominaria semiologia da cidade:

A fala da cidade (aquilo que acontece na rua, nas praças, nos vazios, aquilo que esses espaços dizem); a língua da cidade (as particularidades próprias a uma tal cidade expressas nas conversas, nos gestos, nas roupas, nas palavras e nos empregos das palavras pelos habitantes); a linguagem urbana (linguagem de conotações no interior do sistema denotativo); e a escrita da cidade (aquilo que se escreve em seus muros).

Voltando a pensar na tríade proposta por Carlos, a praça seria também, portanto, lugar de identidade e, assim, de pertencimento. Para além do pertencimento em relação ao espaço, a praça traz também um elemento cultural e é parte importante da relação das crianças com as diferentes manifestações culturais bolivianas e da identidade que constroem. A praça, afinal, está ali para “mostrar que a Bolívia é legal”. Ao mesmo tempo, é um lugar onde se confrontam com o ser boliviano/ser brasileiro, como é o caso de Melany em relação às danças tradicionais. Além disso, apesar de viverem intensamente as manifestações culturais e a venda de produtos bolivianos, as crianças raras vezes demonstraram interesse pelas festas e eventos que acontecem na feira, com exceção do Carnaval e do Dia das Crianças, mais voltados para brinquedos e brincadeiras.

Por outro lado, Melany, diferentemente das crianças e jovens participantes de outras pesquisas, não hesita em se declarar boliviana, mostrando-se muito orgulhosa de sua cultura em vários momentos. No entanto, a cultura boliviana que ela descreve com tanto orgulho é diversa daquela vivida na feira, e se manifesta através de sabedorias sobre técnicas e desenhos, por exemplo, ou no “fato” de na Bolívia não haver assassinos. Gabriel, por sua vez, destaca outros elementos como importantes para ele na Bolívia, como o teleférico, as paisagens e alguns meios de transporte.

Como vimos antes, para Oliveira e Baeninger (2012), a segunda geração seria aquela que determinaria a manutenção ou não das práticas culturais maternas. Além

disso, a partir das ideias de Canclini (2015) e Silva (2012) discutimos como há uma diferença na concepção de identidade cultural propostas pelos dois autores, pois Silva foca em alguns aspectos culturais como determinantes da manutenção do que se entende por cultura materna, enquanto Canclini propõe uma visão mais ampla de identidade, tratando da hibridez cultural como um fenômeno histórico e propondo que precisamos reconhecer os repertórios heterogêneos que formam uma cultura.

Neste sentido, se por um lado ouvimos por parte de alguns adultos uma lamentação por seus filhos – ou no caso de Ernesto, seu sobrinho – não se interessarem pela dança, por exemplo, por outro há uma valorização por parte das crianças de outros aspectos culturais que provavelmente não são identificados ou valorizados pelos adultos. As crianças escolhem outros repertórios simbólicos (SEIXAS, 2017) para formar suas identidades, o que não significa que no futuro não possam também se apropriar destes elementos que agora rechaçam.

Se por um lado, no entanto, as crianças dizem preferir a Bolívia, principalmente pela autonomia que têm ao andar pelas cidades e por sua tranquilidade, por outro, reconhecem alguns elementos de sua vida em São Paulo como vantajosos, especialmente no que se refere ao acesso a bens como televisão, transporte ou chuveiro com água quente. E, na fala de Melany, fica explícita a sensação de pertencimento ao Brasil quando ela fala do medo de viver na Bolívia e não ser compreendida ou não se acostumar com o local ou com a culinária do país.

A questão da dupla pertença aparece também na relação com o ambiente escolar. Ao falar sobre a escola, todos afirmaram que os bolivianos eram mais bem-vistos pelas professoras por serem sabidos e mais atentos, identificando-se como bolivianos neste espaço. Além disso, diferentemente das outras pesquisas sobre o tema (GONÇALVES, 2019; MAGALHÃES, 2010; SILVA, 2014), o ser boliviano no espaço escolar não aparece em seu discurso como algo que geraria conflitos ou qualquer tipo de preconceito por parte das crianças brasileiras, o que de alguma forma os coloca como pertencentes a esse local. Por outro lado, como discuti anteriormente, a situação vivida com as crianças brasileiras pode demonstrar que o preconceito é vivido pelas crianças mesmo não sendo mencionado por elas em suas falas.

A escola é também para elas um espaço de lazer. Todas as menções que fizeram de amigos se referiam ao ambiente escolar e, quando perguntei à Melany sobre sua escola, a primeira coisa que me respondeu foi “Eu tenho bastante amigos”. Tschoke, Tardivo e Rechia (2011) afirmam que na sociedade moderna, a escola passou a ser um

espaço privilegiado para a experimentação da dimensão lúdica. Isso acontece por haver uma carência de espaços de lazer nas cidades, que deriva do crescimento urbano desordenado, da especulação imobiliária, da falta de planejamento e de políticas públicas. Além disso, pensando nas discussões feitas sobre cidade e o lugar das crianças como sendo restrito à casa e à escola, parece evidente que esta seria um lugar privilegiado de brincadeira.

A única brincadeira de fato descrita pelas crianças, no entanto, foi o jogo com *cards* de jogadores de futebol, o que também foi ressaltado como uma fonte de brigas entre elas e os colegas. Na fala de Melany aparece o fato de o empréstimo de brinquedos entre as crianças ser também motivo de desavenças entre elas. Apesar de não descreverem em tantos detalhes situações de brincadeira³⁴, a escola se caracteriza em suas falas como um espaço de socialização³⁵ e encontro com os amigos.

Dentro da escola, as salas temáticas foram também bastante valorizadas pelas crianças. A sala de leitura apareceu em destaque em suas falas como um de seus locais favoritos por permitir o aluguel de livros, tanto na hora do recreio quanto para levar para casa, permitindo também o acesso a este tipo de lazer. Além dela, a possibilidade de assistir filmes na escola na sala de vídeo ou na sala de leitura também foi ressaltada, assim como o acesso à sala de informática e de cinema, como espaços interessantes da escola.

Pensando ainda no acesso à cidade, a escola representa também um ponto de acesso a equipamentos de lazer da cidade como a Chácara Encantada ou o Aquário de São Paulo. Como mencionado por Melany, o acesso de sua família a esses espaços é restrito pela distância e pelo tempo disponível de sua mãe, que trabalha na costura durante a semana e nas feiras aos finais de semana.

Os aspectos de lazer mais mencionados pelas crianças em diferentes contextos foi o uso da televisão ou do celular para ver vídeos no YouTube. Tonucci (2004, p. 16) fala de como o confinamento das crianças ao espaço doméstico faz com que passem muitas horas na frente da televisão. Estudos sobre o uso do tempo por crianças apontam para um uso médio de três a quatro horas por dia de uso de televisão ou celular por

³⁴ Ana Paula Silva (2014) descreve um pouco algumas brincadeiras das crianças bolivianas na educação infantil.

³⁵ Nesse sentido, é interessante notar a construção de Melany a respeito do grêmio escolar e a possibilidade de união dos estudantes na luta pela solução dos problemas identificados por eles em relação à escola.

crianças de diferentes idades – a partir de nove anos (NUNES; EMMEL, 2015; VASCONCELLOS; ANJOS; VASCONCELLOS, 2013). O grande uso do tempo de lazer vinculado a programas televisivos ou na internet é, portanto, um fenômeno que parece abranger diversos grupos de crianças, e não é restrito ao Brasil.

É interessante notar que os personagens mais desenhados pelas crianças, como Mickey, Bendy, Ben10 e Pikachu, são todos estrangeiros, assim como o jogo Minecraft, fazendo parte de uma cultura infantil globalizada. Já os programas televisivos ou de YouTube fotografados por Melany³⁶ são de youtubers brasileiros, assim como o gibi *Turma da Mônica Jovem*.

Giovana Rafaela Botti Resende (2019), em sua pesquisa sobre elementos identitários em programas televisivos infantis na Argentina e na Colômbia, afirma que pela grande quantidade de programas estrangeiros presentes em nossa programação, acabamos com referências culturais as quais não estão presentes em nosso cotidiano e com as quais não podemos nos identificar. Como exemplo, ela cita uma entrevista com o argentino e roteirista de produções infantis Nicolás Zalcman, em que ele fala de como quando está escrevendo e pensa em uma lata de lixo, tem como referência as latas de lixo redondas e metálicas presentes no desenho Tom e Jerry – a que assistia em sua infância – apesar de nunca ter visto uma lata de lixo como aquela.

Segundo a autora, a TV tem seu papel no processo de construção simbólica das identidades (RESENDE, 2019, p. 37). Apoiada nas ideias de Jesus Martín-Barbero, ela afirma ainda que “a televisão se configura em espaço estratégico de representação do vínculo entre os cidadãos, de pertencimento a uma comunidade” (idem). Nesse sentido, as produções locais poderiam ajudar a promover as identidades e culturas locais, porém como Resende afirma: “a produção local por si só não garante a diversidade se servir só à reprodução de modelos” (idem, p. 14). Se faz necessário pensar então em quais identidades produzimos/reproduzimos com nossos programas de TV. Pensando nas crianças bolivianas e principalmente estas que vivem em São Paulo, mesmo que a cultura brasileira em sua diversidade estivesse bem representada nestes programas, com quais aspectos desta cultura diversa se identificariam? Onde encontrariam programas que os representariam?

³⁶ Aqueles identificados pela pesquisa.

Como contraponto a questão de homogeneização das identidades que seria resultado da globalização dos programas televisivos, Resende utiliza as ideias de Stuart Hall, que propõe que “o que estaria em jogo no “pós-moderno global” é a tensão entre o “global” e o “local” na transformação das identidades” (RESENDE, 2019, p. 37). Seixas (2008) afirma que a identidade se constrói também na alteridade, ou seja, só se sabe quem é ao saber quem não é. Além disso,

Esses processos de formação, transformação e afirmação de identidades culturais tendem a oscilar entre a universalização crescente e a preservação tenaz das identidades locais (SEIXAS, 2008, p. 117).

Dessa forma, os programas televisivos se constituem como mais um elemento que afeta as construções identitárias por parte das crianças.

Por último, a casa, para além de um lugar de lazer, onde brincam ou assistem TV, aparece em suas falas como um lugar de pertencimento e acolhimento. A casa, como diz Gaston Bachelard “é nosso canto do mundo” (BACHELARD, 1978, p. 200). Para as crianças, ela é grande e “limpinha” e abriga a eles e seus familiares. Não importa o que aconteça, seja a chuva que a adentre, seja o espaço pequeno que dividem entre tantos membros da família, a casa é um lugar especial, importante e sólido em suas representações. Ela é segura, fechada por cadeados e com grandes portões, mas ao mesmo tempo tem janelas que os permitem olhar para fora e espaços para brincar. Além disso, como indiquei anteriormente, o trabalho com a costura está muito presente na descrição de ambas as casas, ocupando cômodos inteiros de cada uma delas, seja a cozinha ou a sala.

Este trabalho buscou identificar a complexidade de aspectos que permeiam a vida das crianças bolivianas filhas de trabalhadores da Praça Kantuta na cidade de São Paulo. Como pontos mais importantes, destaco a exclusão das crianças da cidade, tanto pelo medo quanto pela dificuldade de acesso de equipamentos de lazer, devido à distância e ao custo, assim como a falta de tempo de seus pais, que trabalham de segunda à segunda. O lazer, bastante valorizado pelas crianças, acontece principalmente na televisão ou no YouTube, além de locais fechados como o Shopping D ou a escola. A Praça Kantuta também se caracteriza como um espaço de lazer, sendo um dos poucos espaços públicos cujo uso é descrito pelas crianças e está vinculado ao trabalho de seus pais. É um espaço onde as crianças podem circular livremente e no qual podem criar diferentes brincadeiras, além de aproveitar os brinquedos existentes na praça. Apesar disso, algumas crianças descrevem usar o telefone de seus pais ou avós para assistir a

vídeos ou jogar jogos enquanto permanecem na praça, o que pode também estar relacionado com o longo tempo que permanecem na praça e a frequência com que a visitam. Nesse sentido, o trabalho de seus pais influencia muito suas vidas e está bastante presente em seu cotidiano. O ambiente da costura divide o espaço com a casa e aos fins de semana as feiras ocupam seus dias. O capitalismo que motiva as migrações não deixa aqui de terminar de cumprir sua função. O trabalho na costura, superexplorado, toma conta da vida. Vivemos para trabalhar e trabalhamos para sobreviver e consumir. Como explicito na fala de Melany: “Por isso que a gente não faz quase nada. Ela só sabe trabalhar e eu só sei assistir celular”. As questões relacionadas a identidade permeiam diversos aspectos de suas vidas como na forma como vivem ou rejeitam as manifestações culturais na feira Kantuta, nas relações que estabelecem com professores e colegas na escola ou nas imagens que fazem de São Paulo e da Bolívia.

Esses elementos foram levantados aqui como uma forma de mapeamento da complexidade da vida das crianças em São Paulo e poderão ser explorados por outras pesquisas com mais profundidade, visando adquirir um maior conhecimento sobre a vida das crianças bolivianas em São Paulo.

Bibliografia

ADAMS, M. Stories of fracture and claim for belonging: young migrants' narratives of arrival in Britain. **Children's Geographies**, v. 7, n. 2, p. 159-171, maio 2009.

ALDERSON, P. As crianças como pesquisadoras: os efeitos dos direitos de participação sobre a metodologia de pesquisa. **Educação & Sociedade**, v. 26, n. 91, p. 419-442, ago. 2005.

ALVES, U. S. **Imigrantes bolivianos em São Paulo: a Praça Kantuta e o futebol**. Campinas: Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação Física, 2011.

ARIÈS. **História Social da Criança e da Família**. Rio de Janeiro: LTC, 2006.

ARRUDA, F. M.; MÜLLER, V. R. Brincadeiras e espaços urbanos: um estudo da prática lúdica de crianças de diferentes classes sociais da cidade de Maringá – PR. **Licere**, v. 13, n. 4, p. 29, 2010.

BACHELARD, G. A poética do espaço. In: **Os Pensadores**. São Paulo: Abril, 1978. p. 181-349.

BAENINGER, R. São Paulo e suas migrações no final do século 20. **São Paulo em Perspectiva**, v. 19, n. 3, p. 84-96, set. 2005.

BAENINGER, R. (Ed.). **Imigração Boliviana no Brasil**. Campinas: Nepo/Unicamp, 2012.

BARTHES, R. **A câmara clara**. Edição: 7ª ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1984.

BECKER, H. A Escola de Chicago. **Mana**, v. 2, n. 2, p. 177-188, out. 1996.

BENJAMIN, W. **Magia e técnica, arte e política**. São Paulo: Brasiliense, 1987.

BITTENCOURT, L. Algumas considerações sobre o uso da imagem fotográfica na pesquisa antropológica. In: FELDMAN-BIANCO, Bela; LEITE, Miriam (Ed.). **Desafios da Imagem**. Campinas: Papyrus, 1998.

BLOCH, E. **O Princípio Esperança – Volume 1**. 1ª ed. Rio de Janeiro: Contraponto, 2005.

CAIUBY NOVAES, S. Corpo, Imagem e Memória. In: MAMMI, L.; SCHWARCZ, L. M. (Eds.). **8 X fotografia**. São Paulo: Companhia das Letras, 2008. p. 113-131.

CALEGARI, M. **“Felicidade clandestina”: refúgio e família no Brasil**. Dissertação (Mestrado) – Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 2014.

CANCLINI, N. G. **Culturas Híbridas: estratégias para entrar e sair da modernidade**. 4ª ed. São Paulo: Edusp, 2015.

CARLOS, A. F. A. **O lugar no/do mundo**. São Paulo: FFLCH, 2007.

CARVALHO, M. J. S.; MACHADO, J. B. Análise dos usos do tempo entre crianças acerca das relações de gênero e de classe social. **Curriculo sem Fronteiras**, v. 6, n. 1, p. 70-81, jun. 2006.

CASTRO, L. R. DE. Crianças, jovens e cidades: vicissitudes da convivência, destinos da cidadania. In: CASTRO, L. R. DE (Ed.). **Subjetividade e cidadania: um estudo com crianças e jovens em três cidades brasileiras**. Rio de Janeiro: 7Letras, 2001. p. 113-157.

CELADE (ED.). **América Latina y el Caribe: migración internacional, derechos humanos y desarrollo**. Santiago de Chile: Naciones Unidas, CEPAL, 2008.

CERTEAU, M. DE. **A Invenção do cotidiano: artes de fazer**. 14. ed. Petrópolis: Vozes, 2008.

CHISTÉ, P. D. S. CONTRIBUIÇÕES DE HENRI LEFEBVRE PARA A LEITURA DA CIDADE. **Germinal: Marxismo e Educação em Debate**, v. 10, n. 1, p. 239, 29 maio 2018.

CHRISTENSEN, P. H. Children's participation in ethnographic research: Issues of power and representation. **Children & Society**, v. 18, n. 2, p. 165-176, 2004.

COGO, D.; RIEGEL, V. "I'm an immigrant": cosmopolitismo, alteridade e fluxos comunicacionais em uma campanha anti-xenofobia no Reino Unido. **REMHU: Revista Interdisciplinar da Mobilidade Humana**, v. 24, n. 46, p. 23-43, abr. 2016.

CORSARO, W. A. Entrada no campo, aceitação e natureza da participação nos estudos etnográficos com crianças pequenas. **Educação & Sociedade**, v. 26, n. 91, p. 443—464, ago. 2005.

CORTINA, A. **Aporofobia, el rechazo al pobre: un desafio para la democracia**. Barcelona: Paidós, 2016.

DEBORTOLI, J. A. O. et al. As experiências de infância na metrópole. In: DEBORTOLI, J. A. O.; MARTINS, M. DE F. A.; MARTINS, S. (Eds.). **Infâncias na metrópole**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008.

DELGADO, L. DE A. N. História oral e narrativa: tempo, memória e identidades. **História Oral**, v. 6, n. 0, 2003.

DIAS, M. S.; FERREIRA, B. R. Espaços públicos e infâncias urbanas: a construção de uma cidadania contemporânea. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, v. 17, n. 3, p. 118, 20 dez. 2015.

DOMENECH, E.; MAGLIANO, M. J. Migraciones internacionales y política en Bolivia: pasado y presente. **Estudios Migratorios Latinoamericanos**, v. 21, n. 62, p. 3-41, 2007.

DUBOIS, P. **O Ato Fotográfico**. Lisboa: Vega, 1992.

FASSETTA, G. Using photography in research with young migrants: addressing questions of visibility, movement and personal spaces. **Children's Geographies**, v. 14, n. 6, p. 701-715, nov. 2016.

FERREIRA, M. DE M. História, tempo presente e história oral. **Topoi (Rio de Janeiro)**, v. 3, n. 5, p. 314-332, dez. 2002.

FREHSE, F. A rua no Brasil em questão (etnográfica). **Anuário Antropológico**, n. II, p. 99-129, 31 dez. 2013.

FREITAS, P. T. DE. **Imigração e experiência social: o circuito de subcontratação transnacional de força-de-trabalho boliviana para o abastecimento de oficinas de costura na cidade de São Paulo**. Dissertação (Mestrado) – Departamento de Sociologia, IFCH, Universidade estadual de Campinas. Campinas, 2009.

GEERTZ, C. **The Interpretation Of Cultures**. New York: Basic Books, 1973.

GOBBI, M. Desenho infantil e oralidade: instrumentos para pesquisas com crianças pequenas. In: FARIA, A. L. G. DE; DEMARTINI, Z. DE B. F.; PRADO, P. D. (Ed.). **Por Uma Cultura na Infância: metodologias de pesquisa com crianças**. 3ª ed. Campinas: Autores Associados, 2009.

GOBBI, M. Desenhos e fotografias: marcas sociais de infâncias. **Educar em Revista**, n. 43, p. 135-147, mar. 2012.

GOBBI, M. A. Mundos na ponta do lápis: desenhos de crianças pequenas ou de como estranhar o familiar quando o assunto é criação infantil. **Linhas Críticas**, v. 20, n. 41, p. 147-165, abr. 2014.

GOMES, A. M. R.; GOUVEA, M. C. S. DE. A criança e a cidade: Entre a sedução e o perigo. In: DEBORTOLI, J. A. O.; MARTINS, M. DE F. A.; MARTINS, S. (Ed.). **Infâncias na metrópole**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008. p. 47-69.

GONÇALVES, C. A. **Ser criança imigrante boliviana na Ocupação Prestes Maia: o cotidiano e os sonhos da infância**. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo. São Paulo, 2019.

GOUVÊA, M. C. S. Infância: entre a anterioridade e a alteridade. **Educação & Realidade**, v. 36, n. 2, 5 ago. 2011.

GUEVARA, J. P. Migraciones bolivianas en el contexto de la globalización. **Alternativas sur**, n. 1, p. 171-187, 2004.

HALBWACHS, M. A **Memória Coletiva**. São Paulo: Vértice, 1990.

HOBBSBAWM, E. J. O presente como história: escrever a história de seu próprio tempo. **Novos Estudos – CEBRAP**, v. 43, p. 10, nov. 1995.

IBGE. **Reflexões sobre os deslocamentos populacionais no Brasil**. Rio de Janeiro: IBGE, 2011.

IBGE. **Censo Demográfico 2010**: Resultados gerais da amostra. Rio de Janeiro: IBGE, 2012.

INGOLD, T. Antropologia não é Etnografia. In: **Estar vivo: ensaios sobre movimento, conhecimento e descrição**. 1ª. ed. Petrópolis: Vozes, 2015.

INGOLD, T. **Antropologia: para que serve?**. 1ª. ed. Petrópolis: Vozes, 2019.

JACOBS, J. **Morte e vida de grandes cidades**. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2014.

KRAMER, S. Autoria e autorização: questões éticas na pesquisa com crianças. **Cadernos de Pesquisa**, n. 116, p. 41-59, jul. 2002.

KURZ, R. Barbárie, Migração e Guerras de Ordenamento Mundial: para uma caracterização contemporânea da sociedade mundial. In: Serviço Pastoral dos Migrantes (Ed.). **Travessias na desordem global: Fórum Social das Migrações**. São Paulo: Paulinas, 2005.

LAZARIN, M. R. **Quando a infância pede refúgio: os processos de crianças no Comitê Nacional para os Refugiados**. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de São Carlos. São Carlos, 2019.

LE GOFF, J. **História e Memória**. Campinas: Editora da Unicamp, 1990.

LEFEBVRE, H. **O Direito à Cidade**. São Paulo: Centauro, 2011.

LÉVI-STRAUSS, C. **Tristes trópicos**. 1ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

LOPES, J. J. M.; DE VASCONCELLOS, T. GEOGRAFIA DA INFÂNCIA: Territorialidades Infantis. **Curriculo sem Fronteiras**, v. 6, n. 1, p. 103-127, jun. 2006.

MAGALHÃES, G. M. **Fronteiras do direito humano à educação: um estudo sobre os imigrantes bolivianos nas escolas públicas de São Paulo**. Dissertação (Mestrado) – Universidade de São Paulo. São Paulo, 2010.

MAGNANI, J. G. Quando o campo é a cidade: fazendo antropologia na metrópole. In: MAGNANI, J. G. C.; TORRES, L. DE L. (Ed.). **Na Metrópole: textos de antropologia urbana**. São Paulo: Edusp, 1996.

MAGNANI, J. G. **Da periferia ao centro: trajetórias de pesquisa em antropologia urbana**. 1ª ed. São Paulo: Terceiro Nome, 2012.

MAGNANI, J. G. C. Antropologia Urbana: desafios e perspectivas. **Revista de Antropologia**, v. 59, n. 3, p. 174, 22 dez. 2016.

MARTINE, G. A globalização inacabada: migrações internacionais e pobreza no século XXI. In: SERVIÇO PASTORAL DOS MIGRANTES (Ed.). **Travessias na desordem global: Fórum Social das Migrações**. São Paulo: Paulinas, 2005.

MARTINS, J. D. S. **A Chegada do Estranho**. São Paulo: Hucitec, 1993.

MARTINS, J. DE S. **(Des)figurações a vida cotidiana no imaginário onírico da metrópole**. São Paulo: Hucitec, 1996.

MARTINS, J. DE S. O artesanato intelectual na sociologia. **Revista Brasileira de Sociologia (RBS)**, v. 1, n. 2, p. 13-48, 15 nov. 2013.

MAYALL, B. Conversations with Children: working with generational issues. In: CHRISTENSEN, P.; JAMES, A. (Eds.). **Research with Children: perspectives and practices**. London ; New York: Routledge, 2008.

MAZUREK, H. Three pre-concepts regarding the internal migration in Bolivia. **Revista de Humanidades y Ciencias Sociales (Santa Cruz de la Sierra)**, v. 3, n. se, 2007.

MBEMBE, A. Necropolítica. **Arte e Ensaios**, v. 2, n. 32, 2016.

MENESES, U. T. B. DE. A História, Cativa da Memória? Para um mapeamento da memória no campo das Ciências Sociais. **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros**, n. 34, p. 9-23, 31 dez. 1992.

MÜLLER, F. **Retratos da infância na cidade de Porto Alegre**. Faculdade de Educação: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2007.

MÜLLER, F.; NUNES, B. F. Infância e cidade: um campo de estudo em desenvolvimento. **Educação & Sociedade**, v. 35, n. 128, p. 659-674, set. 2014.

MUMFORD, L. **A Cidade na História: suas origens, transformações e perspectivas**. 4ª. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

NI LAOIRE, C. et al. Children and young people on the move: geographies of child and youth migration. **Geography**, v. 97, p. 129-134, 1 jan. 2012.

NORA, P. Entre memória e história: a problemática dos lugares. **Projeto História: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História**, v. 10, n. 0, 1993.

NUNES, A. C.; EMMEL, M. L. G. O uso do tempo nas atividades cotidianas de crianças de classe popular de 9 a 12 anos. **Revista de Terapia Ocupacional da Universidade de São Paulo**, v. 26, n. 2, p. 176, 4 set. 2015.

NUNES, J. H. Praças públicas na contemporaneidade: história, multidão e identidade. **Cadernos de Estudos Lingüísticos**, v. 53, n. 2, p. 157-168, 26 dez. 2011.

OLIVEIRA, A. T. Um panorama da migração internacional a partir do Censo Demográfico de 2010. **REMHU: Revista Interdisciplinar da Mobilidade Humana**, v. 21, n. 40, p. 195-210, jun. 2013.

OLIVEIRA, G. C. DE; BAENINGER, R. A segunda geração de bolivianos na cidade de São Paulo. In: BAENINGER, R. (Ed.). **Imigração Boliviana no Brasil**. Campinas: Nepo/Unicamp, 2012.

ORELLANA, M. F. et al. Transnational Childhoods: the participation of children in processes of family migration. **Social Problems**, v. 48, n. 4, p. 572-591, nov. 2001.

PATARRA, N. L. Movimentos Migratórios Internacionais Recentes de/para o Brasil e Políticas Sociais: um debate necessário. In: Serviço Pastoral dos Migrantes (Ed.). **Travessias na desordem global: Fórum Social das Migrações**. São Paulo: Paulinas, 2005.

PATARRA, N. L. Migrações internacionais: teorias, políticas e movimentos sociais. **Estudos Avançados**, v. 20, n. 57, p. 7-24, ago. 2006.

PATARRA, N. L.; BAENINGER, R. Mobilidade espacial da população no Mercosul: metrópoles e fronteiras. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 21, n. 60, p. 83-102, fev. 2006.

PEIRANO, M. Etnografia, ou a teoria vivida. **Ponto Urbe. Revista do núcleo de antropologia urbana da USP**, n. 2, 1 fev. 2008.

PEIXOTO, F. A. O olho do etnógrafo. **Sociologia & Antropologia**, v. 1, n. 2, p. 195-215, nov. 2011.

PORTES, A.; RIVAS, A. The Adaptation of Migrant Children. **The Future of Children**, v. 21, n. 1, p. 219-246, 2011.

PUNCH, S. Research with Children: the same or different from research with adults? **Childhood**, v. 9, n. 3, p. 321-341, 1 ago. 2002.

PUNCH, S. Negotiating Migrant Identities: young people in Bolivia and Argentina. **Children's Geographies**, v. 5, n. 1-2, p. 95-112, maio 2007.

QVORTRUP, J. A dialética entre a proteção e a participação. **Currículo sem fronteiras**, v. 15, n. 1, p. 11-30, abr. 2015.

RASMUSSEN, K.; SMIDT, S. Children in the neighbourhood: the neighbourhood in the children. In: CHRISTENSEN, P.; O'BRIEN, M. (Eds.). **Children in the City: home neighbourhood and community**. London ; New York: Routledge, 2003.

RESENDE, G. R. B. **Janelas de empatia: elementos identitários da América Latina em programas infantis de TV da Argentina e da Colômbia**. Dissertação (Mestrado em Integração da América Latina) – Universidade de São Paulo. São Paulo, 2019.

ROBERTS, H. Listening to Children: and Hearing Them. In: CHRISTENSEN, P.; JAMES, A. (Eds.). **Research with Children: perspectives and practices**. London; New York: Routledge, 2008.

SALA, G. A.; CARVALHO, J. A. M. DE. A presença de imigrantes de países do Cone Sul no Brasil: medidas e reflexões. **Revista Brasileira de Estudos de População**, v. 25, n. 2, p. 287-304, dez. 2008.

SANTOS, C. J. F. DOS. **Nem Tudo Era Italiano: São Paulo e pobreza**. São Paulo: Annablume/FAPESP, 2008.

SARAIVA, M. R. DE O. **A fábula da metrópole: a cidade do ponto de vista de crianças moradoras de condomínios fechados de luxo**. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas: Universidade Estadual de Campinas, 2009.

SARAIVA, M. R. DE O. **Espacialidades da infância: etnografia das redes de relações de crianças ricas na cidade de Fortaleza-CE**. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Universidade de São Paulo. São Paulo, 2014.

SARLO, B. **Tempo Passado: cultura da memória e guinada subjetiva**. São Paulo: Companhia das Letras; UFMG, 2007.

SASAKI, E. M.; ASSIS, G. DE O. **Teorias das migrações internacionais**, 2000. Disponível em: <<http://www.abep.org.br/publicacoes/index.php/anais/article/view/969>>. Acesso em: 17 nov. 2019.

SASSEN, S. **Expulsions: brutality and complexity in the global economy**. Cambridge, Massachusetts: Belknap Press, 2014.

SEIXAS, R. Identidade Cultural da América Latina: conflitos culturais globais e mediação simbólica. **Cadernos PROLAM/USP**, v. 7, n. 12, p. 93, 1 jun. 2008.

SEIXAS, R. Migração Simbólica e Dialética da Identidade Cultural nos Processos de Migração. In: NASCIMENTO, M. L.; GOBBI, M. (Eds.). **Infâncias sul-americanas: crianças nas cidades, políticas e participação**. São Paulo: FEUSP, 2017. p. 1154.

SILVA, A. P. ¡No hablamos español! – Crianças bolivianas na educação infantil paulistana. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de São Paulo. São Paulo, 2014.

SILVA, C. F. DA. **Trabalho informal e redes de subcontratação: dinâmicas urbanas da indústria de confecções em São Paulo**. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Universidade de São Paulo. São Paulo, 2008.

SILVA, S. A. DA. Estigma e mobilidade: o imigrante boliviano nas confecções de São Paulo. **Revista Brasileira de Estudos de População**, v. 16, n. 1/2, p. 111-120, 1999.

SILVA, S. A. DA. Os imigrantes e os direitos humanos no Brasil. In: Serviço Pastoral dos Migrantes (Ed.). **Travessias na desordem global: Fórum Social das Migrações**. São Paulo: Paulinas, 2005.

SILVA, S. A. DA. Bolivianos em São Paulo: entre o sonho e a realidade. **Estudos Avançados**, v. 20, n. 57, p. 157-170, ago. 2006.

SILVA, S. A. Bolivianos em São Paulo: dinâmica cultural e processos identitários. In: BAENINGER, R. (Ed.). **Imigração Boliviana no Brasil**. Campinas: Nepo/Unicamp, 2012.

SILVA, S. A. Festas e tradições bolivianas na metrópole: o caso das devoções marianas. **Domínios da Imagem**, v. 10, n. 18, p. 67-85, 28 abr. 2016.

SIMÕES LASEVITZ, R. Máquinas de costura e máquinas de escape: três narrativas de fuga e a criação de um espaço-tempo boliviano em São Paulo. **ILUMINURAS**, v. 15, n. 36, 30 dez. 2014.

SOCHACZEWSKI, S. O proletariado, a esperança e o sonho de uma vida boa. **Estudos Avançados**, v. 26, n. 75, p. 281-288, ago. 2012.

SOUCHAUD, S. A imigração boliviana em São Paulo. In: FERREIRA, A. P. et al. (Eds.). **A Experiência Migrante: entre deslocamentos e reconstruções**. 1ª ed. Rio de Janeiro: Garamond, 2010. p. 267-290.

SOUCHAUD, S. A confecção: nicho étnico ou nicho econômico para a imigração latino-americana em São Paulo? In: BAENINGER, R. (Ed.). **Imigração Boliviana no Brasil**. Campinas: Nepo/Unicamp, 2012.

TEODOSIO, A. DOS S. DE S. **Escola de Chicago: heranças para o pensamento social contemporâneo sobre as cidades**. In: XI CONGRESSO BRASILEIRO DE SOCIOLOGIA. Campinas: set. 2003.

TODOROV, T. **Conquista da América: a questão do outro**. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

TONUCCI, F. **La ciudad de los niños**. Madrid: Fundacion German Sanchez Ruiperez, 2004.

TSCHOKE, A.; TARDIVO, T. G.; RECHIA, S. Por que a escola se tornou também espaço de lazer das crianças? **Pensar a Prática**, v. 14, n. 1, 27 maio 2011.

UNITED NATIONS. **International Migration Report**. Department of Economic and Social Affairs, Population Division: United Nations, 2017.

VASCONCELLOS, M. B. DE; ANJOS, L. A. DOS; VASCONCELLOS, M. T. L. DE. Estado nutricional e tempo de tela de escolares da Rede Pública de Ensino Fundamental de Niterói, Rio de Janeiro, Brasil. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 29, n. 4, p. 713-722, abr. 2013.

VIDAL, D. Convivência, alteridade e identificações: brasileiros e bolivianos nos bairros centrais de São Paulo. In: BAENINGER, R. (Ed.). **Imigração Boliviana no Brasil**. Campinas: Nepo/Unicamp, 2012.

XAVIER, I. R. **Projeto migratório e espaço: os migrantes bolivianos na Região Metropolitana de São Paulo**. Campinas: Universidade Estadual de Campinas, 2010.

XAVIER, I. R. A inserção socioterritorial de migrantes bolivianos em São Paulo. Uma leitura a partir da relação entre projetos migratórios, determinantes estruturais e os espaços da cidade. In: BAENINGER, R. (Ed.). **Imigração Boliviana no Brasil**. Campinas: Nepo/Unicamp, 2012.

ZEIHER, H. Shaping daily life in urban environments. In: CHRISTENSEN, P.; O'BRIEN, M. (Eds.). **Children in the City: home neighbourhood and community**. London ; New York: Routledge, 2003.

ANEXO A – Perguntas para a entrevista semiestruturada com os familiares

1. Onde nasceu? Idade?
2. Saiu desse lugar para o Brasil? Onde mais morou? Veio diretamente para São Paulo? Qual foi o caminho percorrido? Há quanto tempo está aqui?
3. Como era esse lugar? O que mais gosta/menos gosta lá? Como era o seu cotidiano lá?
4. Já trabalhava? O que fazia antes de vir para cá?
5. Por que resolveu sair de lá? Já conhecia algo sobre a cidade/país antes de vir? Quem te apresentou? O que ouvia dizer? É muito diferente do que encontrou?
6. Já voltou para o país desde que chegou ao Brasil? Quantas vezes e por quê?
7. Com o que trabalha aqui? Como conheceu a feira? O que acha?
8. Gosta do seu trabalho? O que gostaria de fazer se pudesse escolher?
9. O que acha das escolas?
10. O que acha da cidade? Que lugares da cidade já frequentou? Que lugares da cidade mais gosta? Onde gosta de ir com seu(sua) filho(a)?
11. Como é o contato com os brasileiros? Quais são as diferenças entre brasileiros e bolivianos? A convivência é fácil? E de seu(sua) filho(a)?
12. Pretende ficar no Brasil? Pretende retornar?
13. Qual o maior sonho?

ANEXO B – Perguntas para a entrevista semiestruturada com os organizadores da feira

1. Como começou a feira?
2. Você estava envolvido desde o início? Como se envolveu?
3. O que é a feira?
4. Quem frequenta?
5. Como é a organização? Todo mundo pode participar? Quem decide sobre os eventos? Como financiam as ações?

**ANEXO C – Termo de autorização de participação em pesquisa –
Pais/responsáveis**

Eu, _____ RG _____
declaro saber e consentir a participação de meu(minha) filho(filha)
_____ na pesquisa intitulada “Narrativas de um novo
lugar: imigração e apropriação da cidade de São Paulo pelas crianças bolivianas”
desenvolvida na Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo pela
pesquisadora Júlia Audi Feigenblatt, orientada pela Profa. Dra. Márcia Aparecida Gobbi
junto ao departamento de metodologia do ensino e educação comparada – FE-USP.
O trabalho tem por objetivos conhecer aspectos da vida importantes para as crianças,
sua relação com a Praça Kantuta, com a cidade e seus sonhos para o futuro.
Os métodos de pesquisa incluem conversas com as crianças, acompanhamento de suas
atividade na Praça, bem como uso de câmeras fotográficas e desenhos. Compreendo que
tenho a liberdade de retirar meu consentimento em qualquer fase da pesquisa, sem
penalização alguma e que a qualquer momento posso buscar mais esclarecimentos,
inclusive relativos à metodologia de trabalho. AUTORIZO o uso de sua imagem em
fotos ou filme, sem finalidade comercial, para ser utilizada neste trabalho. A presente
autorização é concedida a título gratuito, abrangendo o uso da imagem acima
mencionada em todo o território nacional e no exterior, em todas as suas modalidades e,
em destaque, das seguintes formas: (I) Dissertação; (II) Apresentações em congressos;
(III) Publicação de artigos em revistas científicas. Por esta ser a expressão da minha
vontade, declaro que autorizo o uso acima descrito sem que nada haja a ser reclamado a
título de direitos conexos à minha imagem ou a qualquer outro. Declaro compreender
que as informações obtidas só podem ser usadas para fins científicos, de acordo com a
ética na pesquisa e que esta participação não comporta qualquer remuneração.

Nome e assinatura do responsável

São Paulo, ____ de _____ de 201__.

ANEXO D – Termo de autorização de uso de imagem e depoimentos

Eu _____,

RG _____, depois de conhecer e entender os objetivos, procedimentos metodológicos, riscos e benefícios da pesquisa intitulada “Narrativas de um novo lugar: imigração e apropriação da cidade de São Paulo pelas crianças bolivianas” desenvolvida na Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo pela pesquisadora Júlia Audi Feigenblatt, orientada pela Profa. Dra. Márcia Aparecida Gobbi junto ao departamento de metodologia do ensino e educação comparada – FE-USP, bem como estar ciente da necessidade do uso de minha imagem e/ou depoimento, especificados no Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), **AUTORIZO**, o uso de minha imagem e depoimento sem quaisquer ônus financeiros a nenhuma das partes.

Ao mesmo tempo, **LIBERO** a utilização destas fotos e/ou vídeos (suas respectivas cópias) e/ou depoimentos somente para fins científicos e de estudos (livros, artigos e slides), em favor da pesquisa anteriormente citada.

Por ser a expressão da minha vontade assino a presente autorização, cedendo, a título gratuito, todos os direitos decorrentes dos elementos por mim fornecidos, abdicando do direito de reclamar de todo e qualquer direito conexo à minha imagem e qualquer outro direito decorrente dos direitos abrangidos pela Lei 9160/98 (Lei dos Direitos Autorais).

Participante da Pesquisa

São Paulo, ____ de _____ de 201____.